

investimento crescimento
atividade governança durabilidade ética EVOLUÇÃO
criatividade desempenho cultura MARCA
excelência fidelização
INTEGRAÇÃO DIVERSIDADE resultado PROGRESSO
liderança MOTIVAÇÃO qualidade
DESENVOLVIMENTO SABER tradição
capacidade INFORMAÇÃO responsabilidade
difusão sociedade expansão SUSTENTABILIDADE
foco CONHECIMENTO cidadania PERFORMANCE
SOLIDEZ ideia

Demonstrações

Contábeis Completas

31 de Dezembro de 2011

ITAÚSA

segurança confiabilidade
relacionamento pessoas GLOBALIZAÇÃO ORGANIZAÇÃO
talento VALORES internacionalização

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2011, elaborados de acordo com a Legislação Societária e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis disponibilizadas nesta data à CVM e à BM&FBovespa contemplam o padrão internacional de reporte IFRS (*International Financial Reporting Standards*), em consonância com as instruções CVM 457/07 e CVM 485/10.

Com o objetivo de fazer uma transição transparente e dentro das melhores práticas, apresentaremos, quando aplicável, os destaques financeiros antes e após os ajustes, para melhor comparabilidade.

1) DESTAQUES

Itaúsa

A Itaúsa foi selecionada pela oitava vez para compor a carteira *Dow Jones Sustainability World Index* (DJSI) em sua edição 2011/2012. A nova carteira é integrada por 342 empresas de 30 países, das quais apenas oito brasileiras – entre elas também o Itaú Unibanco Holding S.A. e sua controlada Redecard S.A. Os destaques da participação da Itaúsa são:

- Líder em seu setor (Serviços Financeiros) pelo quinto ano consecutivo.
- Maior nota do setor em nove quesitos: 1) Gerenciamento de Marca; 2) Código de Conduta e Corrupção; 3) Riscos do Negócio/*Project Finance*; 4) Código de Ética – Financiamentos/Investimentos; 5) Indicadores Laborais; 6) Filantropia e Cidadania Corporativa; 7) Saúde e Segurança Ocupacional; 8) Inclusão Financeira e Capacitação; e 9) Padrões para Fornecedores.
- Pontuação acima da média do setor em todos os itens avaliados.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE) selecionou a Itaúsa para integrar sua carteira na edição 2012, pelo quinto ano consecutivo. Criado em 2005, o ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com os melhores desempenhos nas três dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental. Sua nova composição reúne 51 ações de 38 companhias.

Como parte desse processo de evolução e aprimoramento constante na gestão sustentável dos negócios, a Itaúsa realizou em janeiro de 2012, pela primeira vez, um Diálogo com Especialistas, que contou com a participação de profissionais destacados em suas áreas de atuação. As opiniões e expectativas desses especialistas colaboraram para o entendimento sobre os desafios, os riscos e as oportunidades que a sustentabilidade representa para a Itaúsa, considerando seu perfil de *holding* pura de capital aberto. O resultado desse diálogo servirá tanto para a definição de temas e indicadores relevantes que serão abordados no Relatório Anual de Sustentabilidade de 2011, que segue as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), como para a orientação estratégica de sustentabilidade da Itaúsa.

Itaú Unibanco

Pela oitava vez consecutiva, a marca Itaú foi reconhecida como a mais valiosa no Brasil pela consultoria *Interbrand*, pioneira no desenvolvimento do método de valoração de marcas, sendo avaliada em R\$ 24,3 bilhões, 18% superior ao apresentado em 2010 e 130% maior do que em 2008 (ano da associação entre Itaú e Unibanco).

Pelo sétimo ano consecutivo, o Itaú Unibanco manteve-se dentre o grupo de empresas selecionadas para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE) em sua edição 2012.

O processo de remodelação na rede de atendimento de varejo, baseado no novo modelo de relacionamento com os clientes, que reformula conceitos de atendimento e *layouts*, atingiu cerca de 1.500 unidades reformadas no final de 2011, tendo sido 535 remodeladas durante 2011.

Finalizada a integração das agências do Itaú e do Unibanco em 2010, o Itaú Unibanco implantou o “Projeto Eficiência”, que propicia a gestão orçamentária e de acompanhamento matricial dos custos e de receitas, o estabelecimento de metas para cada unidade de negócio e a disseminação de uma forte cultura de eficiência operacional. Os princípios desse projeto determinam a análise detalhada de indicadores de resultados, o compartilhamento das melhores práticas e o seu controle. Esse projeto permitiu ao Itaú Unibanco estabelecer o desafio de atingir o índice de eficiência, que mede a relação entre despesas e receitas operacionais, de 41% ao final de 2013.

Além dessas conquistas, 2011 foi marcado também pela disseminação de diversos filmes de campanhas, além dos tutoriais com foco no Uso Consciente do Dinheiro, que tiveram grande repercussão nas redes sociais e somaram mais de 20 milhões de visualizações. O Itaú está presente no *Facebook* (facebook.com/itau), no *Youtube* (youtube.com/bancoitau) e no *Twitter* (twitter.com/itau) e, com menos de cinco meses no ar, a *Fanpage* do Itaú Unibanco no *Facebook* ultrapassou a marca dos 730 mil fãs, ocupando a liderança em número de seguidores de toda a categoria. O Banco ainda detém a liderança no *Twitter*, onde possui mais de 80 mil seguidores em todos os seus perfis.

Em fato relevante de 7 de fevereiro deste ano, o Itaú Unibanco comunicou aos acionistas e ao mercado sua intenção de adquirir as ações dos acionistas não controladores da Redecard, por meio de Oferta Pública de Ações (OPA) unificada, que visa ao cancelamento do registro de companhia aberta e à saída do Novo Mercado da BM&FBovespa. A realização da OPA está sujeita à aprovação dos órgãos reguladores, e seus termos e condições serão oportunamente divulgados ao mercado, de acordo com as normas aplicáveis.

Duratex

Ciente dos desafios que tem pela frente, a Duratex mantém seu plano estratégico de expansão de capacidade produtiva. Isso se dá pela percepção de que as condições do mercado interno continuam favoráveis aos seus segmentos de atuação. Nessa linha, é destaque o investimento de R\$ 635,8 milhões realizado no período, composto principalmente por:

Divisão Madeira: (i) realizado o pagamento inicial para aquisição de equipamentos voltados à instalação das duas novas linhas de MDF, com capacidade de 1,2 milhão de m³; (ii) execução das obras civis do prédio que receberá a primeira das duas linhas planejadas, em Itapetininga (SP); (iii) conclusão da montagem e início de operação de uma linha de revestimento em Baixa Pressão (BP), localizada em Agudos (SP), que contribui para incrementar o *mix* de venda de painéis; e (iv) inauguração de uma linha de pisos laminados, em Agudos (SP), que permite atendimento à demanda crescente por esse tipo de produto.

Divisão Deca: (i) aquisição da Elizabeth Louças Sanitárias; (ii) conclusão da montagem e início de atividade de um novo equipamento de galvanoplastia, no segmento de metais sanitários; (iii) implantação de um novo forno com capacidade de queima de 800 mil peças anuais de louças, na unidade de Cabo de Santo Agostinho (PE); e (iv) ainda no segmento de louças sanitárias, revisão dos investimentos voltados à unidade de Queimados (RJ), cujo projeto inicial previa investimentos de R\$ 100 milhões para uma capacidade de 1,9 milhão de peças anuais, para R\$ 130 milhões para uma capacidade de 2,4 milhões de peças anuais.

Para 2012, são estimados investimentos adicionais de aproximadamente R\$ 650 milhões voltados para: (i) a conclusão das obras civis e montagem dos equipamentos da nova linha de MDF que está sendo implantada na unidade de Itapetininga (SP), com capacidade efetiva de 520 mil m³ anuais e início previsto para o começo de 2013; (ii) plantio de árvores e manutenção da base florestal existente; e (iii) conclusão e inauguração, na segunda metade do ano, da nova unidade de louças sanitárias em Queimados (RJ).

Em comemoração aos seus 60 anos, a Duratex promoveu uma série de 12 concertos com a Filarmônica Bachiana Sesi (SP), sob a regência de João Carlos Martins, nas cidades onde possui unidades instaladas. As apresentações foram voltadas a colaboradores e à comunidade local, e a cada exibição o público foi convidado

a doar livros ou alimentos a instituições da região. O maestro também fez visitas aos projetos sociais apoiados pelas prefeituras locais.

Juntamente com a série de concertos, foi realizado, a partir de setembro, o projeto Rino Mania, que reuniu 75 esculturas de rinocerontes decoradas por artistas. Dessas, 60 ficaram expostas na cidade de São Paulo e outras 15 seguiram um roteiro itinerante por 11 localidades onde a empresa atua com unidades fabris e florestais. Ao final do ciclo de exposição, as esculturas foram leiloadas, e a renda apurada, de aproximadamente R\$ 600 mil, revertida ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), à diversas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e à organizações não governamentais.

Itautec

De acordo com seu Plano Estratégico, a Itautec investiu R\$ 82,2 milhões no ano, dos quais R\$ 68,7 milhões em pesquisa e desenvolvimento, em especial direcionados ao desenvolvimento de produtos nos segmentos de automações bancária e comercial, incluindo *hardwares* e *softwares*, e R\$ 13,5 milhões em imobilizado operacional, com destaque para os investimentos na expansão da fábrica de cofres, que permitiu aumentar a capacidade produtiva para 600 unidades/mês a partir de dezembro. Também foram direcionados investimentos à Tecnologia da Informação.

A Itautec realizou expressiva expansão do portfólio, com ofertas adequadas às necessidades dos clientes em todos os segmentos, incluindo soluções de segurança e aplicativos. Entre os destaques está o projeto da ATM Adattis Touchless 3D, primeiro equipamento no mundo com essa tecnologia. Na linha de produtos de computação, a empresa contava, ao final do exercício, com 16 modelos, entre *notebooks*, *netbooks* e *desktops*, sete plataformas de servidores, dois modelos All-in-One e o TabWay, tablet Itautec, lançado em novembro, que combina *hardware*, *software* e serviços para otimização de negócios no segmento corporativo.

A flexibilidade na fabricação de produtos, o desenvolvimento de soluções sob medida e a ampla oferta de serviços tecnológicos permitiram à companhia expandir os negócios em automações para pequenas e médias empresas, projetando crescimento consistente e sustentado. No mercado externo, a Itautec fortaleceu sua estratégia de expansão internacional com a realização de importantes negócios que impulsionaram as vendas de soluções de automação bancária, especialmente ATMs.

No segmento de serviços, direcionou investimentos para a redefinição organizacional de processos, que incluiu treinamento e desenvolvimento das equipes, novas ferramentas de gestão e novos modelos de atendimento. Os resultados esperados foram atingidos, com crescimento de receita e melhora nas margens e na satisfação dos clientes. A capilaridade da rede de assistência técnica, um diferencial da empresa, foi o principal instrumento para a geração de novos negócios em serviços, incluindo logística reversa e instalação e manutenção de equipamentos.

Elekeiroz

Concluídas no site de Camaçari (BA) as ampliações: (a) de 70% da capacidade de produção da planta de ácido 2-etil hexanoico; (b) de 20% da capacidade da unidade de gás oxo, o que tornou a empresa autossuficiente na produção dessa importante matéria-prima para a planta de oxo-alcoóis.

Outro destaque foi o lançamento do plastificante Plastek 81, ocorrido durante a realização da feira e congresso da 12ª ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas. Esse plastificante emprega em sua formulação matéria-prima de fonte renovável, possuindo excelente desempenho nos transformadores de PVC.

A Elekeiroz realizou no último trimestre de 2011 um encontro com seus públicos de interesse (*stakeholders*), que contou com a participação de clientes, fornecedores de matérias-primas e serviços, profissionais das comunidades, governos e instituições de ensino e pesquisa que se relacionam com os sites de Camaçari (BA) e Várzea Paulista (SP) e ainda com os representantes dos colaboradores desses dois sites.

2) AMBIENTE ECONOMICO

O ano de 2011 foi marcado pela elevação da volatilidade no cenário internacional, particularmente a partir de agosto. No final do quarto trimestre houve ligeira melhora no humor dos mercados internacionais, mas o ambiente de incerteza ainda prevalecia. A perspectiva de crescimento das economias desenvolvidas deteriorou-se, influenciada ainda pela necessidade de grandes ajustes fiscais nos próximos trimestres, notadamente entre as economias integrantes da zona do euro. A contenção no crédito privado devido à crise também deve ser um fator de moderação no crescimento. Na Europa, o Banco Central Europeu proveu liquidez de três anos para um grande número de instituições financeiras em dezembro. Essa medida contribuiu para algum alívio, pelo menos no curto prazo, nas condições financeiras da região. Nos Estados Unidos, o crescimento acima do esperado no segundo semestre de 2011 foi a surpresa positiva. A China deve apresentar desaceleração suave ao longo dos próximos trimestres, mas a posição externa do país continua sólida, a dívida das famílias é baixa, e o consumo tem potencial para crescer.

No cenário doméstico consolidou-se a tendência de desaceleração da atividade econômica. Esse arrefecimento é consequência do aperto fiscal e monetário realizado entre o final de 2010 e meados de 2011, mas também reflete a recente deterioração do cenário econômico global. As expectativas dos consumidores e empresários permaneceram em níveis inferiores àquelas verificadas no passado recente. O Produto Interno Bruto (PIB) do quarto trimestre de 2011 deve ter registrado alta em torno de 0,2%, uma leve recuperação em relação à estabilidade observada no trimestre anterior. Em 2011, a expectativa é de que o PIB tenha crescido 2,7%.

A inflação medida pelo IPCA encerrou o ano em 6,5%. A tendência para a inflação é de desaceleração ao longo de 2012. O arrefecimento da atividade econômica, a menor pressão dos preços das *commodities* e a diminuição dos reajustes de itens administrados contribuem para a perspectiva de acomodação da inflação adiante.

Com a elevação das incertezas sobre o cenário externo e o possível impacto sobre a atividade doméstica, o Banco Central do Brasil iniciou um processo de redução da taxa Selic em agosto de 2011. A taxa básica de juros encerrou o exercício em 11,0% ao ano, ante os 12,5% antes do ciclo de redução. Além do afrouxamento da política monetária, o governo tem utilizado outros instrumentos para estimular a economia, incluindo a redução de IPI para um segmento de eletrodomésticos e a diminuição do IOF para algumas operações de crédito.

O mercado de crédito mostrou crescimento moderado ao longo do ano passado, quando as novas concessões de crédito para pessoa física elevaram-se, em termos reais, 4,4% em relação a 2010, após crescimento de 15,4% em 2010 frente a 2009. No segmento pessoa jurídica, as concessões em 2011 cresceram 1,4% ante 2010, ano em que a expansão foi de 2,5% em relação a 2009. O total de crédito como percentual do PIB atingiu 49,1% em dezembro de 2011 ante 45,2% em dezembro de 2010. A inadimplência acima de 90 dias subiu para 5,5% em dezembro, ante 4,5% no fechamento de 2010, influenciada pela elevação das taxas de juros dos empréstimos e pelo menor dinamismo da economia.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO**PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA – ANTES DOS AJUSTES EM IFRS**

	Controladora		Não Controladores		Conglomerado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro Líquido	5.192	4.953	9.768	9.714	14.960	14.667
Patrimônio Líquido	27.909	23.743	48.025	44.424	75.934	68.167
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	20,1%	23,0%	21,6%	23,7%	21,0%	23,4%

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA – ANTES DOS AJUSTES EM IFRS

	Janeiro a Dezembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS		ÁREA INDUSTRIAL		CONSOLIDADO/ CONGLOMERADO (1)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Elekeiroz S.A.	
Lucro Líquido	2011	14.621	372	41	15	14.960
	2010	13.323	442	3	47	14.667
Patrimônio Líquido	2011	71.347	2.849	534	489	75.934
	2010	60.879	2.624	520	477	68.167

(1) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO – EM IFRS

	Controladora		Não Controladores		Conglomerado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro Líquido	4.837	4.417	530	596	5.367	5.013
Lucro Líquido Recorrente	5.040	4.837	514	578	5.554	5.415
Patrimônio Líquido	29.341	26.159	2.949	2.877	32.290	29.036
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,5%	17,5%	18,3%	21,4%	17,6%	17,9%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	18,3%	19,2%	17,8%	20,8%	18,2%	19,3%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS – EM IFRS

	31/12/2011	31/12/2010	Evolução %
Resultados por lote de mil ações - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	1,10	1,01	8,7
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	1,15	1,11	3,4
Valor Patrimonial da Controladora	6,66	5,98	11,4
Dividendos/JCP Líquido	0,37	0,33	12,5
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	11,18	13,14	(14,9)
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	49.268	57.478	(14,3)

(1) Com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente em IFRS

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o Lucro Líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Controladora		Não Controladores		Conglomerado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro Líquido	4.837	4.417	530	596	5.367	5.013
Exclusão dos Efeitos não Recorrentes	204	421	(16)	(18)	188	403
Próprios	-	40	-	-	-	40
Hedge Operações BAC x Itaú Unibanco Holding	-	30	-	-	-	30
Despesa Financeira Operações BAC x Itaú Unibanco Holding	-	10	-	-	-	10
Decorrentes de Participação Acionária no Itaú Unibanco Holding	212	372	-	-	212	372
Movimentação de Ações em Tesouraria	205	(55)	-	-	205	(55)
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei nº 11.941/09	(170)	(48)	-	-	(170)	(48)
Contingências Fiscais	-	135	-	-	-	135
Ajuste a Valor de Mercado - BPI	82	-	-	-	82	-
Provisão para contingências - Planos Econômicos	95	156	-	-	95	156
Gastos com a Associação Itaú e Unibanco	-	185	-	-	-	185
Decorrentes de Participação nas demais empresas controladas	(9)	9	(16)	(18)	(25)	(10)
Outros	(9)	9	(16)	(18)	(25)	(10)
Lucro Líquido Recorrente	5.040	4.837	514	578	5.554	5.415

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA - EM IFRS

	Janeiro a Dezembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS		ÁREA INDUSTRIAL		CONSOLIDADO/ CONGLOMERADO (1) (2)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Elekeiroz S.A.	
						<i>R\$ Milhões</i>
Ativos Totais	2011	818.136	6.814	1.176	654	312.002
	2010	727.082	6.171	1.081	633	275.492
Receitas Operacionais (3)	2011	124.877	2.970	1.542	777	56.238
	2010	104.414	2.742	1.571	851	47.492
Lucro Líquido	2011	13.837	375	44	15	5.367
	2010	11.708	467	12	45	5.013
Patrimônio Líquido	2011	73.941	3.693	538	477	32.290
	2010	65.875	3.453	514	466	29.036
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (4)	2011	19,9%	10,5%	8,3%	3,1%	17,6%
	2010	18,9%	14,1%	2,2%	10,1%	17,9%
Geração Interna de Recursos (5)	2011	43.182	861	66	35	17.166
	2010	40.100	839	70	88	16.668

(1) O Conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas; e a consolidação proporcional à participação detida, das empresas sob controle conjunto.

(2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco foram consolidados proporcionalmente a participação detida pela Itaúsa em dezembro de 2011 de 36,82% (36,57% em dezembro de 2010).

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Resultado de Operações de Seguros Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e Comercialização e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun + set + dez) / 5).

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DECORRENTES DA ADOÇÃO DO IFRS

As principais alterações da adoção do IFRS estão demonstradas nos quadros abaixo:

A – Operações de Crédito

O CPC 38 determina que a entidade deve avaliar a cada data-base se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda por redução do seu valor recuperável.

B – Reconhecimentos da totalidade de Crédito Tributários

O CPC 32 determina que os créditos tributários devem ser mensurados usando-se substancialmente a alíquota efetiva e reconhecidos quando for provável que lucros futuros tributáveis serão gerados, possibilitando a compensação do ativo.

C – Combinação de Negócios

O CPC 15 requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Ajustes em decorrência da operação de associação entre Duratex e Satipel e da associação entre Itaú Unibanco e Porto Seguro.

D – Ativos Biológicos

Esse ajuste refere-se ao reconhecimento do valor justo de reservas florestais da Duratex, conforme requerido pelo CPC 29.

E – Dividendos Excedentes

Esse ajuste refere-se ao fato de que o dividendo proposto, acima do mínimo obrigatório, somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral, CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

I) Reconciliação do patrimônio líquido

	Referências	31/12/2011	31/12/2010
Patrimônio Líquido antes dos ajustes de IFRS		27.909	23.743
Patrimônio Líquido de acionistas não controladores		2.948	2.877
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre BR GAAP e IFRS		1.433	2.416
Operações de Crédito	A	433	444
Reconhecimento da totalidade de Crédito Tributário	B	400	631
Combinação de Negócios	C	620	698
Ativos biológicos	D	230	219
Dividendos Excedentes	E	-	445
Outros		(250)	(21)
Patrimônio Líquido em IFRS		32.290	29.036
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas não controladores		2.949	2.877
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores		29.341	26.159

II) Reconciliações do lucro líquido consolidado:

	Referências	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Lucro Líquido antes dos ajustes de IFRS		5.192	4.953
Lucro Líquido Acionistas não controladores		530	596
Ajustes que afetam o lucro líquido entre BR GAAP e IFRS		(355)	(536)
Operações de Crédito	A	(11)	(523)
Reconhecimento da totalidade do Crédito Tributário	B	(231)	(241)
Combinação de Negócios	C	(78)	(339)
Ativos Biológicos	D	11	34
Outros		(46)	306
Lucro Líquido em IFRS		5.367	5.013
Lucro Líquido atribuível aos acionistas não controladores		530	596
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores		4.837	4.417

Consolidação Proporcional do Itaú Unibanco Holding

O CPC 19 (R), vigente já em 2011, permite que os investimentos controlados em conjunto sejam tratados por equivalência patrimonial ou consolidação proporcional. Desta forma, as demonstrações contábeis do Itaú Unibanco foram consolidadas proporcionalmente nas demonstrações contábeis da Itaúsa. Em 31 de dezembro de 2011 o impacto da parcela não consolidada do Itaú Unibanco no total de ativos do Consolidado da Itaúsa, foi de aproximadamente R\$ 516.902 milhões (2010 – R\$ 461.188 milhões).

3.1) ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,82% detida pela Itaúsa.

Em 2011, o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores foi 18,2% maior que no ano anterior e totalizou R\$ 13,8 bilhões. Esse período apresentou rentabilidade anualizada de 19,9% sobre o patrimônio líquido médio (18,9% em 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, o total de ativos consolidado alcançou R\$ 818,1 bilhões e evoluiu 12,5% em relação ao final do ano de 2010. O patrimônio líquido dos acionistas controladores somava R\$ 73,9 bilhões ao final do quarto trimestre de 2011.

O Itaú Unibanco recolheu ou provisionou impostos e contribuições próprios no total de R\$ 14,5 bilhões em 2011. Também foram retidos e repassados tributos no montante de R\$ 12,1 bilhões, que incidiram diretamente sobre a intermediação financeira.

O saldo das operações de crédito, incluindo avais e fianças, totalizou R\$ 397,8 bilhões em 31 de dezembro de 2011, que representa crescimento de 19,4% no ano. O Itaú Unibanco efetua a classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos entre os níveis de risco baixo, médio, alto e com redução ao valor recuperável (*impairment*), e verifica a probabilidade de perda associada a cada um desses níveis. Ao final do ano de 2011, a relação entre o saldo de crédito classificado como baixo risco e o total da carteira de crédito sem avais e fianças atingiu 65,6%, enquanto a relação entre o crédito com redução ao valor recuperável e a carteira de crédito total alcançou 5,4%, o que evidencia a qualidade da carteira de crédito.

O Itaú Unibanco Holding possui fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 444,1 bilhões em 31 de dezembro de 2011 e teve evolução anual de 23,1%.

Solidez do Capital

Com base nas avaliações da Moodys, Standard & Poors e Fitch Ratings, o banco e suas subsidiárias possuem os melhores *ratings* do mercado brasileiro. Em 2011, obteve melhora no *rating* de Depósito de Longo Prazo em Moeda Estrangeira de Baa2 para Baa1 pela agência Moodys.

O Índice de Basileia atingiu 16,0% ao final dezembro de 2011, evidenciando a solidez na base de capital do banco. Em 2011, foram emitidas letras financeiras subordinadas no valor total de R\$ 7,4 bilhões, um incremento significativo na base de capital. Desse total, R\$ 2,0 bilhões correspondem a recursos novos. O banco também realizou novas colocações de dívida subordinada nível II no montante total de US\$ 750 milhões.

Negócios

O segmento Banco Comercial oferece produtos e serviços bancários a uma diversificada base de clientes, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda, clientes com elevado patrimônio financeiro (*Private Bank*) e o segmento empresas (micro, pequenas e médias empresas).

Ao final de 2011 o banco contava com 4.984 pontos de atendimento, entre Agências e Postos de Atendimento Bancário (PAB), um crescimento de 105 agências no período de um ano.

No segmento *Private Bank*, o Itaú Unibanco é o maior da América Latina e permanece como líder absoluto no mercado nacional, com mais de 25% de participação de mercado, de acordo com a ANBIMA, atendendo mais de 5.500 grupos econômicos.

Em Administração de Ativos, em que são administrados Fundos de Privatização, Renda Fixa, Ações, Ações Carteira Livre, Clubes de Investimentos e Carteiras de Clientes e do Grupo, no Brasil e no exterior, o Itaú Unibanco possui 19,7% de participação de mercado e ocupa a segunda posição no *ranking* global de administração, segundo a ANBIMA.

Na área de Soluções para o Mercado de Capitais, líder na prestação de serviços de custódia e na escrituração de ações servindo 63,0% das empresas listadas na BM&FBovespa, o Itaú Unibanco também oferece soluções às corporações, tais como: a Administração Fiduciária de Fundos de Investimento e atuação como Agente de Garantias.

As operações de Seguros, Vida, Previdência e Capitalização apresentaram volume de receitas de prêmios, contribuições previdenciárias e com títulos de capitalização que atingiram R\$ 19,0 bilhões em 2011; as provisões técnicas totalizaram R\$ 73,8 bilhões ao final de dezembro de 2011, incluindo as operações no exterior. Cabe destacar que o Itaú Unibanco detém 30% do capital do Grupo Porto Seguro, seguradora líder em seguros de veículos e residenciais no País.

O Itaú Unibanco está presente em 18 países, além do Brasil. Na América do Sul, atua na Argentina, no Chile, Uruguai e Paraguai com foco nas atividades de banco comercial, no atendimento ao varejo bancário e empresas. Adicionalmente, possui operações na Europa (Portugal, Reino Unido, Luxemburgo e Suíça), nos EUA (Miami e Nova Iorque), Oriente Médio (Dubai) e na Ásia (Hong Kong, Xangai e Tóquio), sobretudo em operações de clientes institucionais, *corporate* e *private banking*. Em 2011, esses negócios atingiram lucro líquido recorrente de R\$ 2.559 milhões, com ativos totais em R\$ 162,1 bilhões em 31 de dezembro de 2011.

O Itaú Unibanco iniciou operação na Suíça através do Banco Itaú Suisse, localizado em Zurique. A operação tem como principal objetivo atender clientes do segmento *private*, sejam brasileiros ou latino-americanos, que buscam globalmente outras oportunidades de investimentos.

Em novembro de 2011, o Itaú BBA obteve autorização do Banco Central do Brasil para estruturar sua operação de Banco de Atacado e Investimentos na Colômbia. O início da operação ainda depende da aprovação dos órgãos reguladores locais. O mercado-alvo do Itaú BBA será composto por investidores institucionais e pelas grandes empresas com presença no país. O portfólio de produtos incluirá operações de crédito, financiamento ao comércio exterior, câmbio e derivativos e atividades de banco de investimentos, tais como assessorias para fusões e aquisições e acesso ao mercado de capitais. Esse movimento é mais um passo importante no processo de expansão da operação do banco de atacado e investimento no exterior e reforça a atuação da empresa na América Latina.

O Itaú Unibanco é líder no segmento de Crédito ao Consumidor no Brasil e, por meio da Itaucard, Hipercard e parcerias, oferece um amplo portfólio de produtos para clientes correntistas e não correntistas, originados em canais proprietários, além de contar com parcerias com empresas de destaque em seus respectivos mercados de atuação. Em 2011, o valor transacionado atingiu R\$ 154,2 bilhões, o que representou acréscimo de 20,3% em relação a 2010. Recentemente, alcançou 1 milhão de cartões de crédito emitidos nos outros países da América Latina. Atuando no Cone Sul, possui a liderança de cartões de crédito no Paraguai e no Uruguai, sendo o quarto maior no Chile e presente também na Argentina e no México.

A Redecard, companhia na qual o Itaú Unibanco detém 50% de participação, apresentou lucro líquido de R\$ 1.404,3 milhões no ano de 2011, com crescimento das receitas de prestação de serviços de 7,3% sobre o ano de 2010.

Itaú BBA – Na área de banco de investimento, foi mantida no ano performance diferenciada, apesar da desaceleração da atividade econômica. Destacam-se:

- Em renda variável, o banco coordenou 19 das 23 ofertas públicas, que totalizaram R\$ 13,5 bilhões, uma representatividade de 83% do total de transações e 87% do volume financeiro emitido,

consolidando a liderança desse mercado conforme *ranking* de Originação ANBIMA de novembro de 2011. Adicionalmente, prestou assessoria financeira a 38 transações de fusões e aquisições, encerrando o período em 2º lugar no *ranking* Thomson Reuters em volume, acumulando um total de US\$ 22,8 bilhões em 2011.

- Em Renda Fixa, participou de operações de distribuição de debêntures, notas promissórias e securitização que totalizaram R\$ 15,1 bilhões. No *ranking* ANBIMA de distribuição de renda fixa, o Itaú BBA manteve a 1ª posição, com 29% de *market share*. Em emissões internacionais de renda fixa, atuou como *joint bookrunner* de ofertas com volume total de US\$ 3,1 bilhões, alcançando o 2º lugar em quantidade no *ranking* Bloomberg de Emissões de Empresas Brasileiras em dezembro de 2011.
- Banco de Investimento líder em receitas no Brasil, segundo a Dealogic (plataforma de Banco de Investimentos globais e regionais). Pela primeira vez, um banco brasileiro alcança a liderança nesse *ranking*.

Itaú BBA – Na área de banco de atacado, ressaltam-se as seguintes operações:

- Em derivativos, o Itaú BBA conquistou sua posição de liderança na CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos), em operações de derivativos registradas no balcão com empresas. O foco se concentrou em operações de proteção sobre as exposições de moedas estrangeiras, taxas de juros e *commodities* com os clientes.
- Ao longo do ano de 2011 foram executados 71 projetos pela área de *Project Finance*, os quais totalizam R\$ 87,1 bilhões em investimentos.
- A área de *Cash Management* do Itaú BBA apresentou crescimento dos volumes transacionados na ordem de 28% em 2011 comparativamente a 2010.

A Itaú Corretora intermediou na BM&FBovespa durante o ano de 2011 um volume financeiro de R\$ 191,4 bilhões em ações com clientes pessoas físicas, investidores institucionais, estrangeiros e empresas. No período, a empresa ficou em 5º lugar no *ranking* das corretoras, com uma participação de 5,9% do volume de mercado. Em mercado futuro, a Itaú Corretora terminou o ano de 2011 com *market share* de 7,9%, com R\$ 100,7 milhões de contratos negociados, quantidade 21,4% superior ao ano de 2010.

3.2) ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

No ano, a receita líquida totalizou R\$ 2,9 bilhões, expansão anual de 8,3%, resultado da evolução de 17,9% no volume expedido na Divisão Deca e da melhora da receita líquida unitária em ambas as divisões – Deca e Madeira. O mercado doméstico continua a ser o principal destino das vendas, responsável por aproximadamente 95% do total no ano.

O custo dos produtos vendidos, líquido de depreciação, amortização e exaustão e da variação do valor justo do ativo biológico, ou seja, o custo caixa, somou R\$ 1,7 bilhão no ano, o que representa evolução de 17,4% em relação ao ano anterior. Esse aumento é consequência da maior incidência de custo variável na Divisão Deca, decorrente dos maiores volumes expedidos, e do incremento dos custos no período, principalmente dos atrelados à mão de obra e *commodities*, como cobre e resinas. Adicionalmente, no 4º trimestre, houve pressão nos custos em dólares, em virtude do efeito da desvalorização cambial no período.

Desta forma, o Ebitda somou R\$ 839 milhões no acumulado do ano, equivalente a uma margem, em relação à receita líquida, de 28,3%. Finalmente, o lucro líquido totalizou R\$ 374,9 milhões no ano.

O desempenho da Divisão Madeira no acumulado do ano apresentou retração de 1,9% do volume expedido, enquanto a indústria de painéis apresentou expansão de 3,6%, de acordo com dados setoriais da ABIPA. Esse desempenho se explica pela antecipação da empresa nos aumentos de preços como ferramenta de manutenção das margens operacionais num ambiente de custos pressionados. Assim, a receita líquida cresceu 2,5%, no ano, para R\$ 1.875,9 milhões.

O desempenho da Deca no ano foi destaque. O volume de expedição cresceu 17,9%, atingindo 25,5 milhões de peças. Contribuiu para essa capacidade de atendimento ao mercado, além de investimentos realizados no passado, voltados à expansão orgânica de capacidade, a aquisição da Elizabeth Louças Sanitárias. Mesmo desconsiderado o volume agregado por essa operação, o crescimento orgânico das expedições teria atingido aproximadamente 10%. A receita líquida apresentou evolução ainda mais expressiva, 20,1%, totalizando R\$ 1.094,4 milhões. Como base de comparação, o Índice ABRAMAT, que mede a receita no mercado doméstico da indústria de materiais de construção, apresentou evolução de 2,9% no ano.

Itautec

A receita líquida consolidada de vendas e serviços de 2011 atingiu R\$ 1.542,3 milhões, inferior em 1,9% em relação a 2010, impactada pela menor atividade do segmento de automações, ocorrida no primeiro semestre de 2011, e pela queda no preço médio dos equipamentos de computação, especialmente no segmento de varejo. Apesar da redução na receita líquida consolidada, as ações estruturais de melhoria de eficiência operacional implementadas ao longo do ano contribuíram para a recuperação da margem bruta, que encerrou o período em 18,2%, 0,7 pontos percentuais superior a de 2010.

No segmento de automações, a receita líquida com a comercialização de produtos e soluções de automações bancária e comercial destinados aos mercados brasileiro e internacional atingiu R\$ 380,2 milhões, 19,7% inferior em relação a 2010, resultado da menor atividade no primeiro semestre, em razão da postergação dos investimentos em Tecnologia da Informação pelas empresas. Foram expedidos no ano 15,7 mil equipamentos, sendo 8,4 mil ATMs, volume 31,5% inferior em relação ao ano anterior. No mercado internacional, a Itautec fechou importante contrato para fornecimento de ATMs com uma grande instituição financeira mexicana, com previsão de entrega dos equipamentos até 2013. Até o final de 2011, foram expedidas 652 unidades.

Na Unidade de Computação, a receita líquida acumulada de 2011 com a comercialização de microcomputadores (*desktops*, *notebooks*, *netbooks* e servidores), de soluções integradas de computação e revenda de *software* atingiu R\$ 721,2 milhões, 1,1% superior na comparação com 2010, com a comercialização de 549,6 mil unidades, volume 21,3% maior, impulsionado pelas vendas ao segmento varejo, que apresentou crescimento de 38,2%. Apesar do aumento no volume em relação ao período anterior, a redução no preço médio de venda dos equipamentos, especialmente *notebooks*, impactou a receita líquida do ano, em razão da maior competitividade ocorrida nesse segmento.

Em Computação Corporativa, a postergação dos investimentos pelo segmento governo, principalmente no primeiro semestre, impediu que a empresa atingisse melhor desempenho no exercício.

No acumulado do ano, a receita líquida da Unidade de Serviços Tecnológicos atingiu R\$ 440,9 milhões, 14,5% maior em relação a 2010. O crescimento está relacionado a novos projetos de infraestrutura e cabeamento estruturado realizados em grandes clientes, a contratos de serviços de suporte e manutenção *on site* para clientes do varejo em equipamentos de computação e telefonia de várias marcas, e a projetos que incluíram logística reversa.

O resultado operacional consolidado do exercício foi de R\$ 50,7 milhões e o Ebitda, de R\$ 53,4 milhões, montante 56,2% superior ao de 2010. No acumulado do ano, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 43,6 milhões, 278,3% maior em relação ao ano anterior.

Elekeiroz

O desempenho da empresa foi afetado por eventos atípicos que prejudicaram a produção e, conseqüentemente, as expedições, sendo eles: a inesperada interrupção do fornecimento de energia elétrica ocorrida no início de fevereiro em Camaçari (BA) e o subsequente abastecimento irregular de matérias-primas; as paradas programadas de manutenção das plantas de anidrido maleico, formol e sulfúrico em Várzea Paulista (SP) e de alcoóis e anidrido ftálico em Camaçari; e, finalmente, problemas financeiros surgidos durante a parada com uma das empresas contratadas para a realização dos serviços de manutenção programada das unidades de alcoóis em Camaçari, o que atrasou o retorno da planta aos seus níveis normais de eficiência e produção.

A expedição total da empresa, prejudicada pelas atípicas ocorrências, foi de 442,8 mil t, com redução de 7% em relação a 2010. Os produtos orgânicos recuaram 11,7% e os produtos inorgânicos ficaram praticamente estáveis, com decréscimo de 0,7%.

No total dos produtos orgânicos e inorgânicos, as expedições para o mercado interno foram priorizadas, apresentando queda de 1%; a redução nas exportações foi de 46%.

A receita líquida do período totalizou R\$ 776,7 milhões, o que representa queda de 8,7% em relação ao ano anterior (de 1,0% no mercado interno e de 41,3% nas exportações). A relação entre o total exportado e a receita líquida, que em 2010 alcançara 15%, foi reduzida para 10% em 2011.

Em 2011 os resultados foram: lucro líquido de R\$ 14,8 milhões (R\$ 45,2 em 2010); Ebitda de R\$ 29,9 milhões (R\$ 87,7 milhões em 2010); margem Ebitda de 3,9% (10,3% em 2010).

O endividamento com instituições financeiras continuou reduzido e fechou o ano em R\$ 65,8 milhões, equivalentes a 14% do patrimônio líquido.

4) GESTÃO DE PESSOAS

Em 31 de dezembro de 2011, a Itaúsa e suas controladas somavam 122 mil colaboradores. O valor distribuído a eles na forma de remuneração, encargos sociais e benefícios totalizou R\$ 14 bilhões no acumulado do ano. Também no período foram investidos R\$ 264 milhões em programas de educação, treinamento e desenvolvimento.

5) SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Itaú Unibanco

Ao longo de 2011, o Itaú Unibanco promoveu intenso processo de reflexão sobre sua estratégia de sustentabilidade, envolvendo a alta gestão, as áreas de negócios e os representantes de públicos de relacionamento. Esse trabalho forneceu subsídios para estabelecer o que é *performance* sustentável para o Banco: gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade dos negócios. Foram definidos ainda três focos prioritários de atuação: Educação Financeira; Riscos e Oportunidades Socioambientais; e Diálogo e Transparência, que, desde 2009, concretizam as iniciativas para disseminar a sustentabilidade nos negócios.

A organização foi selecionada pela 12ª vez consecutiva para compor a carteira do *Dow Jones Sustainability World Index (DJSI)*, principal índice de sustentabilidade do mundo, em sua edição 2011/2012. Assim, é o único banco latino-americano a participar da composição do índice desde a sua criação.

Outro destaque do ano no mesmo sentido foi a certificação do Centro Administrativo Tatuapé na norma ISO 14001 – padronização internacional para gestão ambiental que estabelece requisitos ao gerenciamento de impactos ao meio ambiente e à segurança das pessoas.

Além disso, pela sétima vez, o Itaú Unibanco foi eleito uma das 20 empresas modelo em sustentabilidade pelo *Guia Exame de Sustentabilidade*. O reconhecimento é fruto especialmente da ação de análise de impacto socioambiental das empresas que solicitam financiamentos ao Banco. Essa política incorpora a avaliação de riscos e oportunidades sociais e ambientais aos empreendimentos.

Duratex

No decorrer de 2011, a empresa investiu R\$ 26,7 milhões em ações ambientais, sendo destaque o tratamento de efluentes, a coleta de resíduos e a manutenção de áreas florestais. O valor é 51,7% maior do que o destinado em 2010 a ações da mesma natureza.

Foi lançado em junho de 2011 um periódico eletrônico intitulado *Sustentabilidade Duratex*. O informativo mensal é utilizado para a divulgação de temas relacionados às práticas de sustentabilidade realizadas pela Duratex nos níveis social, econômico e ambiental.

Itautec

Em 2011, a Itautec protocolou seu programa de Responsabilidade Pós-Consumo de equipamentos eletroeletrônicos na Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. O programa contém a descrição de cada etapa do processo dos produtos e disposição final ambientalmente adequada.

Dando sequência ao processo de engajamento de fornecedores, foi realizado um *workshop* sobre a inserção da sustentabilidade na cadeia de suprimentos. O evento reuniu 60 fornecedores estratégicos para a companhia e contribuirá para o desenvolvimento e a implantação de uma política de sustentabilidade para a cadeia de fornecimento.

Visando compartilhar conhecimento e boas práticas de sustentabilidade com o público acadêmico, em 2011 a Itaotec recebeu a visita de 29 escolas em sua unidade industrial, em Jundiaí (SP), totalizando 768 estudantes, número 20% superior na comparação com 2010. O objetivo do programa é permitir que os alunos de escolas, universidades ou cursos técnicos consolidem e vivenciem os conhecimentos adquiridos em sala de aula e conheçam o processo produtivo da Itaotec e o Centro de Reciclagem, que no ano destinou 5,0 mil toneladas de resíduos recicláveis, o que corresponde a 93% do total gerados na unidade.

A Itaotec se tornou uma das empresas apoiadoras do Instituto Akatu, ONG sem fins lucrativos que tem como principal objetivo disseminar o consumo consciente, tema amplamente abordado entre os colaboradores e clientes da companhia, por meio do *Guia do Usuário Consciente de Produtos Eletrônicos*.

Elekeiroz

Em 2011, o sistema de coleta e recuperação de gás carbônico para a venda a terceiros, em operação desde o ano passado no site de Camaçari (BA), respondeu pela redução das emissões de 4,9 mil toneladas de CO₂ na atmosfera.

Além dessa iniciativa, a empresa mantém diversos programas que, por meio de incentivo aos colaboradores, tem como objetivo a melhoria contínua dos sistemas e procedimentos laborais. No ano de 2011 foram realizadas 4.800 melhorias relacionadas à segurança operacional e dos colaboradores, preservação ambiental, reciclagem de materiais e redução de custos.

Todas as linhas de produção e produtos da Elekeiroz são certificados pela ISO 9001. A empresa coloca em prática também o Programa de Atuação Responsável, do International Council of Chemical Associations, administrado no Brasil pela Abiquim.

Em continuidade ao processo de aprimoramento da governança corporativa da empresa, em 2011 foram aprovadas as políticas de Seleção dos Membros do Conselho de Administração, que define as competências, qualificações e conhecimentos necessários para a seleção de seus membros, e a de Remuneração Variável dos Membros do Conselho de Administração e Diretoria, que vincula a remuneração variável estatutária desses órgãos ao cumprimento não só de metas relativas ao desempenho econômico-financeiro, mas também ao de metas sociais e ambientais da companhia.

Os três Comitês de Assessoramento do Conselho – Pessoas, Estratégia e de Governança e Riscos –, coordenados por conselheiros independentes, realizaram todas as reuniões programadas ao longo de 2011 para tratar dos assuntos a eles pertinentes, contribuindo na elaboração de análises e propostas que auxiliaram o Conselho em suas deliberações.

6) INVESTIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS

Itaú Unibanco

O Itaú Unibanco fez importantes investimentos sociais e culturais em 2011, sempre reforçando seu propósito de ser agente de transformação. Foram R\$ 293,8 milhões, destinados especialmente às áreas de educação e cultura, que usufruíram R\$ 184,2 milhões.

A Fundação Itaú Social foi a única instituição brasileira convidada a participar da Feira de Inovação do encontro anual do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, realizada em julho, em Genebra, na Suíça. O evento reuniu 600 participantes de todo o mundo, que trataram do tema Educação, debatendo experiências que contribuem para manter e acelerar o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio e da agenda Educação para Todos, compromissos assumidos pela ONU. Em âmbito nacional, a Fundação Itaú Social e o Cenpec foram as únicas organizações da sociedade civil convidadas pelo Ministério da Educação para a discussão sobre a ampliação de jornada/aumento de dias letivos.

Outro destaque do período foi o lançamento de campanha nacional de incentivo à leitura para crianças de até 6 anos de idade. A iniciativa, da Fundação Itaú Cultural, está inserida no programa Itaú Criança, e tem como objetivo contribuir para uma educação de qualidade. Para isso, serão disponibilizadas 4 mil Bibliotecas Itaú Criança, compostas por 100 títulos criteriosamente selecionados e direcionados ao público infanto-juvenil e adulto, totalizando 400 mil livros.

Já a 9ª edição do Prêmio Itaú-Unicef, iniciativa pioneira em estimular experiências de educação integral no Brasil, bateu recorde de projetos inscritos: 2.922. As organizações responsáveis pelos quatro projetos vencedores nacionais foram premiadas na etapa regional, sendo que o grande vencedor nacional foi o Projeto Verde Vida, de Crato (CE).

O Instituto Unibanco firmou parceria com o Ministério de Educação (MEC) e com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) para institucionalizar o Programa Jovem de Futuro como política pública federal em seis estados, estabelecendo um canal oficial de apoio financeiro às escolas públicas de ensino médio beneficiadas. A projeção é de que a iniciativa beneficiará alunos de ensino médio em 4.117 escolas no Brasil nos próximos três anos.

Duratex

Em 2011, foram desenvolvidos projetos sociais, de incentivo ao esporte e de cunho ambiental, que demandaram investimento de R\$ 3.265 mil, entre os quais se destacam: Temporada de Concertos gratuitos com Maestro João Carlos Martins, na regência da Filarmônica Bachiana e da Orquestra de Câmara de João Pessoa, beneficiando cerca de 35 mil espectadores; Projeto Cantando por um Brasil Melhor, com o grupo musical Trovadores Urbanos, que beneficiou a população de 12 cidades do Estado de São Paulo onde a companhia mantém unidades industriais e florestais; Projeto Musical Vozes pela Infância, que se apresentou com a participação do Maestro João Carlos Martins, da Filarmônica Bachiana, da bateria da Escola de Samba Vai Vai e de jovens talentos da música clássica, em evento cuja renda foi doada à Childhood Brasil, no âmbito do Programa Na Mão Certa; Teatro Itinerante Um Mundo Sustentável, realizado em Estrela do Sul (MG) e cidades do entorno, que beneficiou 2.600 crianças e adolescentes da rede pública de ensino; e Exposição Morada Ecológica, no Museu de Arte Moderna de São Paulo, com projetos pioneiros de arquitetos de várias partes do mundo que abordam a necessidade de preservação das reservas naturais, tendo atraído mais de 25 mil visitantes.

A empresa investiu ainda cerca de R\$ 0,5 milhão em projetos estruturados e recorrentes como a Escola de Marcenaria Tide Setubal, que oferece ensino qualificado e profissionalização a jovens carentes; Área de Vivência Ambiental Piatan, que tem por objetivo difundir o manejo de plantações florestais sustentáveis por meio de visitas dirigidas a escolas, clientes e comunidade; e Programa Escola Formare, realizado em parceria com a Fundação lochpe de São Paulo e a Universidade Federal Tecnológica do Paraná, para prover formação profissional a jovens carentes em situação de risco. Para 2012, estão previstos a realização de uma série de eventos que contarão com aporte de R\$ 3.141 mil.

Itautec

No âmbito da parceria com o Instituto Ayrton Senna – que compartilha os mesmos princípios e acredita na educação como forma de inclusão social e desenvolvimento humano e sustentável do País –, a Itautec destinou R\$ 1,5 milhão no ano para a manutenção de projetos da instituição. O aporte resulta de parte da renda de cada computador vendido pela companhia no varejo.

Outro destaque foi o patrocínio da empresa, por intermédio da Lei Rouanet, à temporada 2011 da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp), instituição reconhecida nacional e internacionalmente pela qualidade e pela excelência.

Elekeiroz

A Elekeiroz apoiou o documentário *Serra do Japi*, que tem como principal tema a conscientização da preservação da fauna e da flora dessa floresta, localizada em Jundiá (SP), que é reconhecida pela Unesco como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Desde 2009 a empresa apoia o Programa na Mão Certa, com objetivo de combater a exploração sexual infantil nas estradas brasileiras.

Outro projeto patrocinado pela companhia foi o da Morada Ecológica com objetivo de abordar as principais inovações da arquitetura contemporânea ao redor do mundo e a forma como a sustentabilidade vem influenciando a maneira de pensar as construções e desenvolvimento urbano na atualidade.

A Elekeiroz, em conjunto com a Abiquim, foi uma das empresas patrocinadoras de eventos realizados ao longo de 2011 em comemoração ao Ano Internacional da Química. Uma das ações patrocinadas foi a exposição “Química para um mundo melhor”, na estação Ciência da USP. A empresa patrocinou a visita a essa exposição de seus funcionários e respectivos familiares, bem como de 144 aprendizes da Associação de Educação do Homem de Amanhã de Várzea Paulista (SP). Patrocinou ainda a distribuição de 5.000 Cartilhas “Onde está a Química” para seus colaboradores e para alunos das escolas das comunidades de Várzea Paulista e Camaçari (BA).

Visitas de estudantes de universidades e escolas técnicas: Em continuidade à Política Portas Abertas, promovendo intercâmbio de experiências com escolas, universidades e pessoas interessadas em conhecer a empresa, em Camaçari (BA) foram atendidas dez instituições, num total de 252 visitantes, o que representou crescimento de 47% em relação a 2010. Em Várzea Paulista (SP), foram atendidas cinco instituições, num total de 61 visitantes, o que representou crescimento de 125% em relação a 2010.

7) PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

7.1) ÁREA FINANCEIRA

Itaú Unibanco

Bank of the Year 2011 – Bank of the Year in Brazil and Latin America – Promovido pela revista *The Banker*, o prêmio detém grande prestígio no calendário global de bancos. Os vencedores são escolhidos por comissões julgadoras independentes da revista, que avaliam os critérios: atendimento às necessidades dos clientes, complexidade das operações, capacidade de inovação e performance.

Banco Mais Sustentável do Mundo – Prêmio 2011 FT/IFC Sustainable Finance Awards, concedido pelo jornal britânico *Financial Times* e pelo IFC (International Finance Corporation), braço financeiro do Banco Mundial.

Safest Emerging Market Banks – Outorgado pela revista *Global Finance*. Foram classificados os dez Bancos Mais Seguros de Mercados Emergentes da América Latina, sendo o Itaú Unibanco a instituição brasileira mais bem colocada no *ranking*.

Private Banker International Awards 2011 – Outstanding Private Banking in Latin America – Desenvolvido pela revista britânica *Private Banker International*, reconhece as melhores organizações da indústria financeira.

Global Private Banking Awards – Best Private Bank in Brazil and Latin America – O prêmio tem como finalidade reunir informações quantitativas e qualitativas provenientes de *private banks* para conferir-lhes destaques por excelência em suas atuações. As duas publicações organizadoras da premiação pertencem ao Grupo Financial Times.

As Empresas de Maior Prestígio no Brasil – Realizada anualmente pela revista *Época Negócios*, o Itaú Unibanco posicionou-se entre as 15 primeiras.

As Marcas Mais Valiosas no Brasil – A marca do Itaú foi considerada a segunda mais valiosa do mercado nacional a primeira entre bancos, de acordo com *ranking* da Brand Analytics.

BrandZ Top 100 Most Valuable Global Brands 2011 – Pela primeira vez, a marca Itaú figurou no *ranking* de marcas globais, elaborado pela Millward Brown Optimor. Ficou em 90º lugar no *ranking* geral e em 1º entre marcas de instituições financeiras latino-americanas.

As Empresas Mais Admiradas no Brasil – Promovida pela revista *Carta Capital*, o Itaú Unibanco foi o vencedor na categoria Banco de Varejo e posicionou-se como a 6ª empresa mais admirada do País.

IR Magazine Brazil Awards 2011 – Organizado pela *IR Magazine*, publicação global sobre relação com investidores, deu ao Itaú Unibanco a vitória na categoria Grand Prix, com o melhor programa de relações com investidores, considerando as empresas com capitalização de mercado acima de R\$ 3 bilhões.

Os 25 Melhores Bancos da América Latina – O Itaú Unibanco lidera o *ranking*, publicado anualmente pela revista *América Economia*.

Top of Mind – Vencedor na categoria Bancos, segundo a pesquisa feita pela Associação Brasileira dos Anunciantes (ABA) em parceria com a Consultoria TopBrands. O Itaú Unibanco foi reconhecido pelo terceiro ano consecutivo.

Top 1000 World Banks – Elaborado pela revista britânica *The Banker*. O Itaú Unibanco conquistou o 1º lugar entre as instituições financeiras do País. No *ranking* geral de bancos mundiais, ocupou a 34ª posição.

As Melhores da Dinheiro – Promovido pela revista *IstoÉ Dinheiro*, elege as companhias de destaque no ano em cada setor. O Itaú Unibanco foi contemplado na categoria Melhor Governança Corporativa do setor bancário.

Best Investment Bank for Brazil – Concedido ao Itaú BBA pela *Latin Finance*, uma das publicações mais importantes sobre finanças corporativas da América Latina.

Melhor Equipe de Research do Brasil – Título concedido pela revista *Institutional Investor* à equipe do Itaú BBA pelo segundo ano consecutivo; pela primeira vez, a equipe conquistou também o posto de melhor da América Latina.

Prêmio Intangíveis Brasil (PIB) – Segundo o Grupo Padrão/DOM Strategy Partners, o Itaú Unibanco foi o vencedor do prêmio na categoria Governança Corporativa.

Melhor Cash Manager Brasil – Outorgado ao Itaú BBA pela revista *Euromoney*.

Deal of the Year 2011 (Américas) – Concedido pela Project Finance International ao Itaú BBA.

7.2) ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

Melhores do Agronegócio 2011 – Na 7ª edição do prêmio, realizado pela revista *Globo Rural*, a Duratex foi vencedora na categoria Exploração Vegetal e Reflorestamento.

Top of Mind – A Deca foi a marca mais lembrada no segmento de metais e louças sanitárias e a Duratex foi eleita a Empresa do Ano no prêmio promovido pela revista *Casa & Mercado*.

Empresas que Mais Geram Valor ao Acionista – A Duratex obteve a 2ª colocação na versão 2011 do prêmio elaborado pela revista *Capital Aberto*.

Itautec

World Finance Technology Awards 2011: A Itautec conquistou três prêmios, concedidos pelo World Finance Technology Institute (Inglaterra): Automated Banking Branch Technology Of The Year Latin America, que reconhece a capacidade de entrega no ambiente da agência em todos os pontos de contato com o cliente; Retail Banking Systems Technology Provider Of The Year Latin America, que evidencia a experiência no desenvolvimento de soluções focadas nos processos dos clientes; e Security Technology Provider Of The Year Latin America, que atesta a capacidade de oferecer soluções de segurança, monitoramento e combate a fraudes aos clientes.

Fintech 100 – Edição 2011: Pelo terceiro ano consecutivo, reconhecida como melhor empresa latino-americana de tecnologia para o setor financeiro, ocupando a 29ª posição. O levantamento é realizado pela IDC Financial Insights e pelas publicações *American Banker* e *Bank Technology News*.

500 Melhores Empresas do Brasil: Primeira colocada em governança corporativa no setor de eletroeletrônico e destaque em todos os outros aspectos analisados na edição 2011, publicada pela revista *IstoÉDinheiro*.

IF Product Design Award 2011: Conferido ao Prizis Kiosk Full.

Fórum de Marketing Empresarial: Premiada na categoria Marketing Institucional na edição 2011 do Fórum de Marketing Empresarial, realizado pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide).

As 50 Empresas do Bem: Reconhecida como uma das 50 empresas destaque em sustentabilidade na edição de 2011 da revista *IstoÉDinheiro*.

Elekeiroz

A empresa foi destacada durante a Jornada Europeia de Compositórios (JEC) – evento ocorrido em Paris e que é referência mundial no mercado de compositórios – por ter contribuído para levar sua cliente de resinas, a MVC Soluções em Plástico, a conquistar o prêmio Winner JEC 2011. O projeto vencedor foi o de painéis de revestimentos feitos para o novo aeroporto de Carrasco, no Uruguai, que utilizou a linha de resinas Biopoli, produzida com fontes renováveis. Ressalte-se que as resinas da família Biopoli, lançadas ao final de 2010, teve plena aceitação em seus mercados-alvo e já representavam, ao final de 2011, cerca de 30% do volume total de resinas poliéster expedido pela empresa.

A Elekeiroz ganhou da empresa Sherwin-Williams, uma das líderes no segmento de tintas no Brasil, o prêmio na categoria Maior Crescimento. A premiação, em sua 15ª edição, é conferida aos melhores fornecedores de matérias-primas. A Elekeiroz é fornecedora de anidrido ftálico, anidrido maleico e plastificantes.

8) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

. Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2011, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 02 de fevereiro de 2011 – Contrato para prestação de serviços relacionados com a análise do processo de registro contábil pela mesa flow da tesouraria do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco - Itaú Unibanco Holding S.A – Brasil;
- 17 de março de 2011 – Contrato para prestação de serviços relacionados com os efeitos tributários gerados no Banco Itaú Chile – Banco Itaú Chile S.A - Chile;
- 28 de março de 2011 – Participação em treinamento no curso QI/FATCA Módulo 3 Critical Customer Grups – Banco Itaú Europa Luxembourg S.A - Luxemburgo;
- 05 de abril de 2011 - Contrato de prestação de serviços profissionais relacionados com o aperfeiçoamento dos conhecimentos dos nossos auditores internos nas práticas e recomendações para o exercício da atividade de auditoria interna (THE IIA The Institute of Internal Audit) – Redecard S.A – Brasil;
- 13 de maio de 2011 – Participação em treinamento no curso Finanças: Consolidação de Contas Contábeis – Banco Itaú BBA International S.A. – Portugal;
- 18 de maio de 2011 – Contrato de prestação de serviços de consultoria no projeto da Asset Management Internacional em obter a certificação GIPS (Global Investment Performance Standards) para fundos de investimento – Itaú USA Asset Management Inc. – Estados Unidos da América;
- 09 de junho e 11 de julho de 2011 – Licenças para utilização de biblioteca eletrônica relativa às regras internacionais de contabilidade (Comperio) – Banco Itaú Europa International – Estados Unidos da América; Itaú Unibanco S.A. e Itaú Unibanco Holding S.A.– Brasil;
- 01 de agosto de 2011 – Contrato para a aquisição de relatórios com projeções macroeconômicas e apresentações sobre a evolução da economia nacional, regional e mundial oferecido pelo Club Económico – Banco Itaú Paraguai S.A. – Paraguai;
- 11 de agosto de 2011 - Contrato para a extensão da prestação de serviços de revisão dos aspectos relacionados ao Programa de Continuidade de Negócios do Banco Itaú BBA – Banco Itaú BBA S.A. – Brasil;
- 06 de setembro de 2011 - Contrato de prestação de serviços relacionados com a revisão dos documentos a serem encaminhados ao Financial Services Authority – FSA para abertura de sua subsidiária no Reino Unido – Banco Itaú BBA International S.A. – Portugal;
- 15 de setembro de 2011 - Contrato de prestação de serviços relacionados com a avaliação dos aspectos regulatórios da transferência da *trading desk* do Banco Itaú Suisse. – Banco Itaú Suisse S.A. – Suíça;
- 03 de outubro de 2011 – Contrato de prestação de serviços relacionados com a avaliação dos requerimentos para o Federal Branch Charter definidos pela Regulation K do Federal Reserve e pelo Office of the Comptroller of the Currency. – Banco Itaú Europa International – Miami;
- 10 de fevereiro e 01 de dezembro de 2011 - Contrato para prestação de serviços relacionados à asseguaração limitada dos dados do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa – Itaú Unibanco Holding S.A. – Brasil;

- 08 de dezembro - Contrato para a extensão da prestação de serviços relacionados com a revisão dos documentos a serem encaminhados ao Financial Services Authority – FSA para abertura de sua subsidiária no Reino Unido – Banco Itaú BBA International S.A. – Portugal;
- 30 de agosto e 19 de dezembro de 2011 – Participação em pesquisa salarial denominada *Encuesta Financiera de Remuneraciones y Beneficios* – Banco Itaú Paraguay S.A. – Paraguai; OCA S.A. – Uruguai.

Justificativa dos Auditores Independentes

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas/coligadas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

9) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas pela confiança a nós dispensada, por acreditarem em nosso plano estratégico e no potencial de crescimento da empresa, que procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 28/02/2012).

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

CARLOS DA CAMARA PESTANA

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

PAULO SETUBAL

RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

RICARDO EGYDIO SETUBAL

RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Diretores Vice-Presidentes

HENRI PENCHAS (*)

JAIRO CUPERTINO

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

PRESIDENTE DE HONRA

JOSÉ CARLOS MORAES ABREU

CONSELHO FISCAL

Presidente

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

Conselheiros

LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS

PAULO RICARDO MORAES AMARAL

Contador

REGINALDO JOSÉ CAMILO

CT-CRC-1SP - 114.497/O – 9

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

PEDRO MOREIRA SALLES

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
ALFREDO EGYDIO SETUBAL
CANDIDO BOTELHO BRACHER
FERNANDO ROBERTO MOREIRA SALLES
FRANCISCO EDUARDO DE ALMEIDA PINTO
GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA
HENRI PENCHAS
ISRAEL VAINBOIM
PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES
RICARDO VILLELA MARINO

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA

Membros

EDUARDO AUGUSTO DE ALMEIDA GUIMARÃES
GUY ALMEIDA ANDRADE
ALKIMAR RIBEIRO MOURA

CONSELHO FISCAL

Presidente

IRAN SIQUEIRA LIMA

Conselheiros

ALBERTO SOZIN FURUGUEM
ARTEMIO BERTHOLINI

DIRETORIA

Diretor Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretores Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO SETUBAL (*)
CANDIDO BOTELHO BRACHER

Diretores Executivos

CAIO IBRAHIM DAVID
CLAUDIA POLITANSKI
MARCOS DE BARROS LISBOA
RICARDO BALDIN
SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

Diretores

CARLOS EDUARDO DE SOUZA LARA
EDUARDO HIROYUKI MIYAKI
EMERSON MACEDO BORTOLOTO
JACKSON RICARDO GOMES
MARCO ANTONIO ANTUNES
RODRIGO LUÍS ROSA COUTO
ROGÉRIO PAULO CALDERÓN PERES

(*) Diretor de Relações com Investidores

DURATEX S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

SALO DAVI SEIBEL

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
ÁLVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA
FABIO SCHVARTSMAN
HELIO SEIBEL
PAULO SETUBAL
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

ANDREA LASERNA SEIBEL
OLAVO EGYDIO SETUBAL JUNIOR
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

HENRI PENCHAS

Diretores

ALEXANDRE COELHO NETO DO NASCIMENTO
ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA
ANTONIO MASSINELLI
FLÁVIO MARASSI DONATELLI (*)
JOÃO JACÓ HAZARABEDIAN
RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO
RENATO AGUIAR COELHO
ROBERTO SZACHNOWICZ

Diretores Gerentes

FLÁVIO DIAS SOARES
FRANCISCO DE ASSIS GUIMARÃES
MARCO ANTONIO MILLEO
RONEY ROTENBERG

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RICARDO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Conselheiros

LUIZ ANTONIO DE MORAES CARVALHO
MARIO ANSELONI NETO
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
RENATO ROBERTO CUOCO
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

PAULO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

MÁRIO ANSELONI NETO (*)

Diretores Vice-Presidentes

CLÁUDIO VITA FILHO
JOÃO BATISTA RIBEIRO
JOSÉ ROBERTO FERRAZ DE CAMPOS
RICARDO HORÁCIO BLOJ
SILVIO ROBERTO DIREITO PASSOS
WILTON RUAS DA SILVA

(*) Diretor de Relações com Investidores

ELEKEIROZ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RODOLFO VILLELA MARINO

Vice-Presidente

OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR

Conselheiros

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ EDUARDO SENISE
REINALDO RUBBI
RICARDO EGYDIO SETUBAL
ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS

Conselheiros Suplentes

PAULO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

REINALDO RUBBI (*)

Diretores

CARLOS CALVO SANZ
RICARDO JOSÉ BARALDI

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A**Balanco Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	31/12/2011	31/12/2010
Disponibilidades	3	3.994	4.029
Depósitos Compulsórios no Banco Central	4	36.105	31.469
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5	10.244	5.425
Aplicações no Mercado Aberto	5	35.001	32.786
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6a	45.049	42.619
Dados em Garantia		4.471	19.896
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		40.578	22.723
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado	6b	69	112
Derivativos	7 e 8	3.240	2.846
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	17.805	16.803
Dados em Garantia		3.113	3.766
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		14.692	13.037
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10	1.144	1.159
Dados em Garantia		85	98
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		1.059	1.061
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	11	118.710	100.518
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		127.501	107.830
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(8.791)	(7.312)
Outros Ativos Financeiros	21a	14.925	15.831
Estoques	13	771	663
Investimentos em Empresas não Consolidadas	14 II	938	1.079
Imobilizado, Líquido	15	5.085	4.617
Ativos Biológicos	16	1.094	1.030
Ativos Intangíveis, Líquidos	17	3.012	2.691
Ativos Fiscais		10.716	9.545
Imposto de Renda e Contribuição Social - a Compensar		1.364	1.438
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	25b	9.006	7.741
Outros		346	366
Bens Destinados a Venda		31	32
Outros Ativos	21a	4.069	2.238
TOTAL DO ATIVO		312.002	275.492

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A

Balanco Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhões de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2011	31/12/2010
Recursos Captados		212.890	187.876
Depósitos	18	89.326	74.129
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	19	1.037	488
Captações no Mercado Aberto	20a	68.273	73.020
Recursos de Mercados Interbancários	20a	33.323	22.894
Recursos de Mercados Institucionais	20c	20.931	17.345
Derivativos	7	2.486	2.077
Outros Passivos Financeiros	21b	16.246	14.999
Provisão de Seguros e Previdência Privada	29c III	26.108	20.789
Passivos de Planos de Capitalização		1.045	952
Provisões	31b	6.221	5.581
Obrigações Fiscais		4.449	5.650
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		707	364
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	25b	3.133	3.114
Outras		609	2.172
Outros Passivos	21b	10.267	8.532
Total do Passivo		279.712	246.456
Patrimônio Líquido			
Capital Social	22a	13.678	13.266
Ações em Tesouraria	22a	(80)	-
Reservas	22c	16.083	13.032
Resultado Abrangente Acumulado		(340)	(139)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		29.341	26.159
Participações de Acionistas não Controladores		2.949	2.877
Total do Patrimônio Líquido		32.290	29.036
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		312.002	275.492

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A

Demonstração Consolidada do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Vendas de Produtos e Serviços		5.094	5.240
Custo dos Produtos e Serviços		(3.279)	(3.624)
Receita de Juros e Rendimentos		35.809	28.210
Despesas de Juros e Rendimentos		(20.525)	(10.378)
Receita de Dividendos		91	75
Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos financeiros		532	698
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		1.844	636
Receita de Prestação de Serviços Financeiros		7.126	7.239
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros		1.982	1.810
Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	29	6.322	4.989
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(4.520)	(3.336)
Receita de Operações de Capitalização		180	157
Outras Receitas Operacionais	24a	1.083	884
Perdas com Créditos e Sinistros		(6.341)	(5.483)
Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11b	(7.358)	(5.686)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		2.011	1.534
Despesas com Sinistros		(994)	(1.331)
Outras Despesas Operacionais	24b	(3.182)	(5.684)
Despesas Gerais e Administrativas	24c	(11.770)	(11.061)
Despesas Tributárias		(1.681)	(1.660)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas Não Consolidadas	14b	(152)	161
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		6.631	7.063
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	25	(2.568)	(1.596)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	25	1.304	(454)
LUCRO LÍQUIDO		5.367	5.013
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		4.837	4.417
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		530	596
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO			
Ordinárias	26	1,10	1,01
Preferenciais	26	1,10	1,01
Média ponderada da quantidade de ações em circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		1.690.030.662	1.676.313.114
Preferenciais		2.704.942.594	2.686.114.746

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
LUCRO LÍQUIDO		5.367	5.013
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(205)	20
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao resultado por alienação	9	(163)	(55)
Variação de Valor Justo		(148)	85
Efeito fiscal		106	(10)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		115	(97)
Hedge de fluxo de caixa		(111)	(25)
Variação de Valor Justo		(168)	(38)
Efeito fiscal		57	13
Total do Resultado Abrangente		5.166	4.911
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Controladores		4.636	4.315
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores		530	596

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhões de Reais)

	Nota	31/12/11	31/12/10
Lucro Líquido		5.367	5.013
Ajustes ao Lucro Líquido:		11.655	11.575
Outorga de Opções Reconhecidas	23a II.IV	60	48
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(800)	231
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11b	7.358	5.686
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		1.635	952
Despesa de Juros de Operações com Debêntures		164	83
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		4.520	3.336
Resultado de Operações de Capitalização		(180)	(157)
Depreciações, Amortizações e Exaustão	15, 16 e 17	1.398	1.185
Tributos Diferidos		(1.304)	454
Resultado de Participações em Empresas não Consolidadas		152	(161)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	(163)	(55)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(1.379)	(1.059)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(150)	(163)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	24 a e b	(13)	26
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	24 a e b	(20)	(10)
(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado	24 a e b	(35)	3
(Ganho) Perda nos Distratos de Operações Intangíveis		(16)	(20)
Perda por Impairment do Intangível	17	11	7
Juros, Variações Cambiais e Monetárias, Líquidas		206	131
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos		(154)	(184)
Outros		(126)	1.241
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES		(18.900)	(24.756)
(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		(781)	1.708
(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto		(8.549)	7.499
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(4.487)	(26.312)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(2.348)	(21.952)
(Aumento) Redução em Derivativos (Ativos/Passivos)		36	(676)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Designados a Valor Justo		233	353
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		(24.615)	(24.231)
(Aumento) Redução em Estoques		(126)	25
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros		277	(5.126)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Fiscais		506	489
(Aumento) Redução em Outros Ativos		(689)	650
(Redução) Aumento em Depósitos		14.216	4.449
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto		(5.248)	24.746
(Redução) Aumento em Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		545	246
(Redução) Aumento em Recursos de Mercados Interbancários		10.256	6.543
(Redução) Aumento em Outros Passivos Financeiros		1.113	5.193
(Redução) Aumento em Provisão de Seguros e Previdência		637	(74)
(Redução) Aumento em Passivos de Planos de Capitalização		266	282
(Redução) Aumento em Provisões		204	(170)
(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais		(237)	2.040
(Redução) Aumento em Outros Passivos		1.368	706
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.477)	(1.144)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(1.878)	(8.168)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Investimentos em Empresas Não Consolidadas		26	38
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(12.372)	(6.448)
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		12.927	6.406
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(22)	(213)
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		196	105
Alienação de Bens Destinados a Venda		52	135
Alienação de Investimentos		13	86
Aquisição de Investimentos		(5)	-
Alienação de Imobilizado de Uso	15	278	83
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(1.286)	(1.047)
Distrato de Contratos do Intangível		68	53
Aquisição de Participação Adicional no Itaú Unibanco Holding		-	(1.649)
Alienação de Intangível	17	397	40
Aquisição de Intangível	17	(1.310)	(1.237)
Alienação do Investimento no Unibanco Saúde Seguradora S.A.		-	20
Alienação do Investimento no Unibanco Rodobens Adm. De Consórcios S.A.		-	15
Alienação do Investimento na Cia. Hipotecária Unibanco Rodobens		-	4
Aquisição e Formação de Ativo Biológico		(105)	(145)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.143)	(3.754)
Captação em Mercados Institucionais		6.098	6.721
Resgate em Mercados Institucionais		(4.251)	(1.607)
Aquisição/Aumento de Participação de Acionistas Não Controladores		(458)	(453)
Redução da Participação dos Acionistas Não Controladores		-	90
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		130	148
Subscrição de Ações		412	266
Ações em Tesouraria		(80)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Não Controladores		(244)	(261)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1.788)	(1.633)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(672)	3.260
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.693)	(8.662)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3	16.990	25.883
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		800	(231)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	14.097	16.990
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa			
Juros Recebidos		34.948	29.185
Juros Pagos		13.314	14.806
Transações Não Monetárias			
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		1	25
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e ainda Não Pagos		776	712

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Consolidada
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2011	%	01/01 a 31/12/2010	%
RECEITAS	48.211		41.286	
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.094		5.240	
Resultado das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	1.982		1.810	
Juros, Rendimentos, Dividendos e Prestação de Serviços Financeiros	43.026		35.524	
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.347)		(4.152)	
Outras	3.456		2.864	
DESPESAS	(26.272)		(18.867)	
Juros e Rendimentos	(20.525)		(13.450)	
Sinistros	(994)		(840)	
Outras	(4.753)		(4.577)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(7.815)		(7.965)	
Custos dos Produtos, Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(2.945)		(3.531)	
Materiais, Energia, Serviços e Outros	(169)		(166)	
Serviços de Terceiros	(1.203)		(998)	
Outras	(3.498)		(3.270)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1.165)		(1.081)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(388)		(452)	
Instalações, Conservação e Manutenção de Bens	(417)		(467)	
Transporte	(260)		(217)	
Segurança	(177)		(164)	
Viagens	(72)		(61)	
Outras	(1.019)		(828)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	14.124		14.454	
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(1.455)		(1.221)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	12.669		13.233	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(152)		161	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(152)		161	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	12.517		13.394	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12.517	100,00%	13.394	100,00%
Pessoal	3.237	25,86%	3.770	28,15%
Remuneração Direta	2.314		2.948	
Benefícios	639		579	
F.G.T.S.	284		243	
Impostos, Taxas e Contribuições	3.577	28,58%	4.299	32,10%
Federais	3.199		3.991	
Estaduais	88		77	
Municipais	290		231	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	336	2,68%	312	2,33%
Remuneração de Capitais Próprios	5.367	42,88%	5.013	37,43%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	1.308		1.191	
Lucros Retidos/(Prejuízo) do Período	3.529		3.226	
Participação dos Acionistas Não Controladores nos Lucros Retidos	530		596	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2011	31/12/2010
Ativos Financeiros		802	1.028
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		317	489
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		12	29
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio a Receber		473	510
Ativos Fiscais		618	519
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		160	136
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		458	383
Investimentos		29.000	25.638
Participação em Controladas	14	28.996	25.625
Outros Investimentos		4	13
Imobilizado, Líquido		72	7
Ativos Intangíveis	17	460	832
Outros Ativos não Financeiros		91	51
Depósitos em Garantia		91	50
Outros Créditos Diversos		-	1
TOTAL DO ATIVO		31.043	28.075

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhões de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2011	31/12/2010
<u>Recursos Captados em Mercados Institucionais - Debêntures</u>	20b	751	1.064
<u>Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social</u>		112	104
<u>Provisões</u>		58	14
<u>Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio a Pagar</u>		776	712
<u>Outros passivos não financeiros</u>		5	22
TOTAL DO PASSIVO		1.702	1.916
Patrimônio Líquido	22	29.341	26.159
<u>Capital Social</u>		13.678	13.266
<u>Reservas</u>		16.083	13.032
<u>Resultado Abrangente Acumulado</u>		(340)	(139)
<u>(-) Ações em Tesouraria</u>		(80)	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.043	28.075

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INDIVIDUAL
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
RECEITAS OPERACIONAIS (Líquidas)		5.041	4.663
Ganhos líquidos com Ativos Financeiros		58	41
Resultado de Equivalência Patrimonial	14	4.965	4.465
Outras Receitas Operacionais		18	157
DESPESAS OPERACIONAIS		(280)	(424)
Despesas Gerais e Administrativas		(40)	(51)
Outras Despesas Operacionais		(138)	(310)
Despesa Financeira		(102)	(63)
RESULTADO OPERACIONAL		4.761	4.239
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		4.761	4.239
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		76	178
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(1)	1
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		77	177
LUCRO LÍQUIDO		4.837	4.417
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO / DILUÍDO			
Ordinárias	26	1,10	1,01
Preferenciais	26	1,10	1,01
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - BÁSICA / DILUÍDA			
Ordinárias	26	1.690.030.662	1.676.313.114
Preferenciais	26	2.704.942.594	2.686.114.746

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 22)
Exercícios Fimados em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhões de reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores										Resultado Abrangente			Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas-De Capital e de Lucros	Reservas a Integralizar	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Disponível para Venda	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge de Fluxo de Caixa	Total do Patrimônio Líquido Acionistas Controladores	Total do Patrimônio Líquido Acionistas Controladores		
Saldo ajustado em 01/01/2010	13.000	(15)	12	11.313	-	380	(1.607)	225	(294)	32	23.046	2.649	25.695	
Transações com os Acionistas Controladores														
Subscrição de Ações	266										266		266	
(-) Cancelamento de Ações em Tesouraria		15		(15)										
Outorga de Opções - Despesas Reconhecidas				48									48	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio						445	(1.192)				(1.192)		(1.192)	
Dividendo - Valor a Ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório						(380)	(445)				(380)		(380)	
Dividendo - Exercícios Anteriores				12			56				56		56	
Variação da Participação dos Acionistas Minoritários			(12)				4.417			(25)	4.417	596	5.013	
Outros											(102)		(102)	
Lucro Líquido														
Outros Resultados Abrangentes														
Destinações:														
Reserva Legal				221			(221)							
Reservas a Integralizar					1.008		(1.008)							
Saldo em 31/12/2010	13.266	-	-	11.579	1.008	445	-	245	(391)	7	26.159	2.877	29.036	
Saldo em 01/01/2011	13.266	-	-	11.579	1.008	445	-	245	(391)	7	26.159	2.877	29.036	
Transações com os Acionistas Controladores														
Subscrição de Ações	412										412		412	
(-) Ações em Tesouraria		(80)									(80)		(80)	
Outorga de Opções - Despesas Reconhecidas				95							95		95	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio						551	(1.308)				(1.308)		(1.308)	
Dividendo - valor a ser proposto excedente ao mínimo obrigatório						(445)	(551)				(445)		(445)	
Dividendo - excedente ao mínimo obrigatório exercícios anteriores														
Variação da Participação dos Acionistas Minoritários														
Outros				(128)							(128)	(458)	(458)	
Lucro Líquido														
Outros Resultados Abrangentes														
Destinações:														
Reserva Legal				242			(242)							
Reservas a Integralizar					2.736		(2.736)							
Saldo em 31/12/2011	13.678	(80)	-	11.788	3.744	551	-	40	(276)	(104)	29.341	2.949	32.290	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhões de Reais)

	2011	2010
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	(81)	(374)
Lucro Líquido	4.837	4.417
Ajustes ao Lucro Líquido:	(4.918)	(4.791)
Juros sobre Debentures	102	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.965)	(4.465)
Impostos Diferidos	(77)	(177)
Outros	22	(149)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	145	464
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(501)	23
(Redução) Aumento em Provisões e Contas a Pagar e Outros Passivos	458	114
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1)	(1)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	189	328
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	64	90
Alienação de Investimentos	14	86
Aquisição de Investimentos	(4)	(1.649)
Aquisição de Imobilizado	(66)	(1)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	1.743	1.570
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.687	6
Subscrições de Ações	412	266
Aquisição de Ações para Tesouraria	(80)	-
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	(1.667)	(1.498)
Pagamento de Debêntures	(416)	-
Emissão de Recursos Institucionais - Debêntures	-	1.000
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.751)	(232)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	(136)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	-	136
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	-	-

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Individual
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhões de Reais)

	2011	%	2010	%
RECEITAS	76		198	
Ganhos Líquidos com Ativos Financeiros	58		41	
Outras Receitas Operacionais	18		157	
DESPESAS	(107)		(230)	
Outras Despesas	(107)		(230)	
Financeiras	(102)		(63)	
Outras	(5)		(167)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(21)		(28)	
Serviços de Terceiros	(5)		(5)	
Outras	(16)		(23)	
Convênio de Rateio de Custo Comum	(13)		(19)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1)		(2)	
Outras	(2)		(2)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	(52)		(60)	
DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	(1)		(1)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(53)		(61)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.965		4.465	
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.965		4.465	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.912	100,00%	4.404	100,00%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.912		4.404	
Pessoal	13	0,26%	18	0,41%
Remuneração Direta	13		18	
Impostos, Taxas e Contribuições	62	1,26%	(31)	-0,70%
Federais	62		(31)	
Remuneração de Capitais Próprios	4.837	98,47%	4.417	100,30%
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio	1.308		1.192	
Lucros Retidos do Período	3.529		3.225	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhões de reais)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controlada em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 32 “Informações por segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,1% das ações ordinárias e 17,8% das ações preferenciais.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 28 de fevereiro de 2012.

NOTA 02 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da ITAÚSA, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

- Alteração do IFRIC 13 – “Customer Loyalty Programmes” – esclarece o conceito de valor justo nos casos de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes. Essa alteração de interpretação não gerou impacto relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.
- Alteração do IFRIC 14 – “IAS 19 – The limit on a defined benefit assets, minimum funding requirements and their interaction”- remove uma consequência não intencional do IFRIC 14 relacionada a pré-pagamentos voluntários de planos de pensão quando existe um requerimento mínimo de financiamento. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IFRIC 19 – “Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments” – trata da contabilização da liquidação de um débito por meio de instrumento de patrimônio. Esclarece que o ganho ou perda na liquidação, de passivos financeiros, por meio de instrumento de patrimônio deve ser reconhecido no resultado. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.
- Alteração do IAS 1 – “Presentation of Financial Statements” – esclarece que uma entidade deverá divulgar uma análise de outros resultados abrangentes na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ou em notas explicativas. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.
- Alteração do IAS 24 – “Related Party Disclosures” – trata de novos requerimentos para o relacionamento com agências governamentais e exclui transações entre coligadas. Essa alteração no pronunciamento não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.
- Alteração do IAS 27 – “Consolidated and Separate Financial Statements” – determina que a perda de controle sobre uma subsidiária, perda de influência sobre uma coligada e perda de controle conjunto em uma joint venture são eventos similares e devem ser reconhecidos e mensurados a valor justo e os ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto em nossas demonstrações contábeis consolidadas.
- Alteração do IAS 32 – “Financial Instruments: Presentation” – estabelece condições nas quais a emissão de certos direitos, em moeda funcional diferente da moeda funcional da entidade, pode ser classificada como instrumento de patrimônio. Essa alteração no pronunciamento não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.
- Alteração do IAS 34 – “Interim Financial Reporting” – requer a divulgação sobre transações e eventos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias. Essa alteração no pronunciamento não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.
- Alteração do IFRS 1 – “First-time Adoption of International Financial Reporting Standards” – trata de isenções limitadas a partir das divulgações comparativas ao IFRS 7. Essa alteração no pronunciamento não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.
- Alteração do IFRS 3 (R) – “Business Combinations” – trata das participações dos acionistas não controladores e opções adquiridas. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.
- Alteração do IFRS 7 – “Financial Instruments: Disclosures” – enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros, especialmente as garantias mantidas. Os efeitos dos requerimentos de divulgação estão apresentados na Nota 34.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IAS 32 – “Financial Instruments: Presentation” – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de “offsetting” de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Estão sendo analisados os possíveis impactos da adoção dessa alteração.
- Alterações do IFRS 7 – “Financial Instruments: Disclosures” – Em Outubro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos (riscos remanescentes) e de transferências próximas da data do exercício. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de julho de 2011. Adicionalmente em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de “offsetting”. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos da adoção dessas alterações.

- IFRS 9 – “Financial Instruments” – o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “Financial Instruments: Recognition and Measurement”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros da ITAÚSA COSOLIDADO. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015, e o IASB permite sua adoção antecipada.
- Alteração do IAS 19 – “Employee Benefits” – não irá mais permitir o uso do método do “corredor” e todas as movimentações deverão ser lançadas nos Outros Lucros Abrangentes Acumulados. É efetivo para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos da adoção dessa alteração.
- IFRS 10 – “Consolidated Financial Statements” – o pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada. O IFRS 10 fornece guia adicional para ajudar na determinação do controle, quando há dificuldades em certos casos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos da adoção do normativo.
- IFRS 11 – “Joint Arrangements” – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de “Joint Arrangements” com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “Joint Arrangements” em duas formas: “Joint Operations” e “Joint Ventures”, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em “Joint Ventures”, a consolidação proporcional não é mais permitida. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos da adoção do normativo.
- IFRS 12 – “Disclosures of Interests in Other Entities” – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “Joint Arrangements”, associações e sociedades de propósitos específicos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos da adoção do normativo.
- IFRS 13 – “Fair Value Measurement” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos da adoção do normativo.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de operações de créditos a cliente para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante com provisão para créditos de liquidação duvidosa, que deve ser registrada nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado, para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, a ITAÚSA e suas controladas exercem seus julgamentos para determinar se evidências objetivas indicam que ocorreu um evento de perda. Esta evidência pode incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos e esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável.

A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes em provisões face à experiência de perda incorrida.

O montante de provisão em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 8.791 (R\$ 7.312 em 31 de dezembro de 2010).

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a provisão para créditos de liquidação duvidosa seria aumentada ou diminuída em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 em aproximadamente R\$ 1.187 e R\$ 1.005, respectivamente.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4(g) (VIII).

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4(o), ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 25. O montante de ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 9.006 (R\$ 7.741 em 31 de dezembro de 2010).

c) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011 totalizam ativos no valor de R\$ 66.163 (R\$ 62.380 em 31 de dezembro de 2010) (dos quais R\$ 3.240 são derivativos) (R\$ 2.846 em 31 de dezembro de 2010) e passivos no valor de R\$ 3.523 (R\$ 2.565 em 31 de dezembro de 2010) (dos quais R\$ 2.486 são derivativos) (R\$ 2.077 em 31 de dezembro de 2010). O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 30.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 30.

d) Planos de pensão de benefício definido

Em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 36 (R\$ 89 em 31 de dezembro de 2010) foi reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de benefício definido. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A ITAÚSA e suas controladas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a ITAÚSA e suas controladas consideram as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão aumentaria em aproximadamente R\$ 213.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 28.

e) Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa se razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como “Perdas Prováveis”, são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 31.

O valor contábil dessas provisões em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 6.221 (R\$ 5.581 em 31/12/10).

f) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 16. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta própria no demonstrativo de resultado.

g) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações das controladas da ITAÚSA para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da ITAÚSA CONSOLIDADO, benchmarks de mercado e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos nos resultados do respectivo período.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de controle financeiro e operacional com o objetivo de obter os benefícios de suas atividades e que normalmente detêm participações superior a 50% em seu capital votante.

II. Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”)

De acordo com SIC 12 – “Consolidation – Special Purpose Entities”, consolidamos as sociedades de propósito específico, quando a substância do relacionamento entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e as SPEs indica que elas são controladas pela ITAÚSA CONSOLIDADO. As seguintes circunstâncias podem evidenciar controle:

- Em substância, as atividades das SPEs estão sendo conduzidas em favor da ITAÚSA CONSOLIDADO, de acordo com as necessidades específicas do negócio e a ITAÚSA CONSOLIDADO obtém benefícios de sua operação;
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades das SPEs ou a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de delegar tais poderes;
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o direito de obter a maioria dos benefícios das SPEs e por consequência pode estar exposto aos riscos inerentes as suas atividades; ou
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO retém a maioria dos riscos residuais das SPEs ou seus ativos, com o fim de obter os benefícios de suas atividades.

III. Entidades sob Controle Conjunto (Joint Ventures)

O CPC 19 – Investimento em Empreendimento controlado em conjunto (“Joint Ventures”), define entidades sob controle conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detêm controle compartilhado em entidades ou têm operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que as afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

Ainda de acordo com o CPC 19:” o tratamento contábil das entidades sob controle conjunto pode ser consolidado proporcional ou pelo método de equivalência patrimonial”. A ITAÚSA CONSOLIDADO optou pela consolidação proporcional.

A tabela a abaixo apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA CONSOLIDADO que são consolidadas proporcionalmente nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	Pais de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/12/2011	Porcentagem do capital em 31/12/2010
Áreas de Serviços Financeiros - Controle Conjunto				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Banco	36,82%	36,57%
Área Industrial - Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,40%	35,32%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,60%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	94,01%	94,01%

A tabela abaixo apresenta os valores incluídos nos balanços patrimoniais consolidados e nas demonstrações do resultado de entidades controladas em conjunto (Joint Ventures) consolidadas proporcionalmente pela ITAÚSA:

	31/12/2011	31/12/2010
Total de Ativos	837.292	743.790
Total de Passivos	744.076	660.799
Total de Receitas	137.714	112.514
Total de Despesas	(120.756)	(97.968)

Consolidação Proporcional do Itaú Unibanco Holding

Consolidação proporcional é o método de contabilização pelo qual a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto são combinadas, linha a linha, com itens similares nas demonstrações contábeis do empreendedor, ou em linhas separadas nessas demonstrações contábeis.

Pelos termos definidos no Acordo de Acionistas da IUPAR (Itaú Unibanco Participações), a ITAÚSA e a Família Moreira Salles exercem o controle compartilhado da ITAÚ UNIBANCO HOLDING, com plenos direitos de sócios, que asseguram de modo permanente a maioria dos votos nas deliberações da Assembléia Geral e o poder de eleger a maioria dos administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas, usando efetivamente seu poder para dirigir todas as suas atividades.

Em decorrência da consolidação proporcional do Itaú Unibanco Holding e para melhor entendimento, as notas explicativas cujos valores têm maior correlação com a atividade financeira estão sendo apresentadas com os valores integrais do Itaú Unibanco Holding com a indicação do valor correspondente à participação da ITAUSA. Para as demais notas, os valores já estão apresentados na proporção da participação societária.

IV. Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 (R1), um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em inputs, processos aplicados a tais inputs e outputs, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio. O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4(I). Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas demonstrações contábeis consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II) Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o “desreconhecimento” ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como caixa e equivalentes a caixa as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial consolidado na rubrica “Disponibilidades”), aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

Os Bancos Centrais dos países, onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera, impõem atualmente diversas Exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4 (g) (vi).

e) APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta suas aplicações de depósitos interfinanceiros em seu balanço patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

f) VENDAS COM COMPROMISSO DE RECOMPRA E COMPRAS COM COMPROMISSO DE REVENDA

A ITAÚSA CONSOLIDADO dispõe de operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de juros e rendimentos e Despesas de juros e rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse das aplicações no mercado aberto é temporariamente transferida ao comprador. Monitoramos rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação.
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo.
- Ativos financeiros disponíveis para venda.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento.
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis.
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

A ITAÚSA categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

A ITAÚSA classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4(e)), Aplicações no mercado aberto (Nota 2.4(f)), Operações de crédito (Nota 2.4(g)(vi)) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4(g)(IX)).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixados, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são “desreconhecidos” quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando a ITAÚSA e suas controladas transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para “desreconhecimento” de acordo com os requerimentos do CPC 38. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, a ITAÚSA e suas controladas devem avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede o “desreconhecimento”. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. A ITAÚSA e suas controladas optaram por divulgar os derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial Consolidado (vide item III abaixo).

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e as perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de juros e rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de juros e rendimentos.

II. Ativos e passivos financeiros designados a valor justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o CPC 38, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e rendimentos são reconhecidas em “Receita de juros e rendimentos” e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica “Despesa de juros e rendimentos”, respectivamente.

A ITAÚSA e suas controladas designam certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III. Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros exceto se a Administração optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e podem ser qualificados como instrumento de “hedge” para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item objeto de hedge o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do CPC 38 são contabilizados como “hedge” contábil.

De acordo com o CPC 38, para qualificar-se como “hedge” contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do “hedge”, existe designação e documentação formais da relação de “hedge” e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o “hedge”.
- espera-se que o “hedge” seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de “hedge” em particular.
- quanto ao “hedge” de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de “hedge” tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.
- a efetividade do “hedge” pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de “hedge” podem ser confiavelmente medidos.
- o “hedge” é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações contábeis para o qual o “hedge” foi designado.

O CPC 38 apresenta três estratégias de “hedge”: “hedge” de valor justo, “hedge” de fluxo de caixa e “hedge” de investimento líquido em operações no exterior.

A ITAÚSA e suas controladas utilizam-se de derivativos como instrumento de “hedge” em estratégias de “hedge” de fluxo de caixa e “hedge” de investimento líquido de operações no exterior, conforme detalhado na Nota 8.

“Hedge” de fluxo de caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como “hedge” de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada na demonstração do resultado abrangente – Hedge de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por “hedge” afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de hedge excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no patrimônio e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de hedge relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o hedge não atender mais aos critérios de hedge contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do hedge contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em resultado abrangente acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em resultado abrangente acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

“Hedge” de investimento líquido em operação no exterior

O “hedge” de um investimento líquido em uma operação no exterior, incluindo “hedge” de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao “Hedge” de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de “hedge” que for determinada como “hedge” efetivo é reconhecida em resultado abrangente acumulado.
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de “hedge” relacionado à parcela efetiva do “hedge” que tiver sido reconhecida em resultado abrangente acumulado é reclassificado do Patrimônio Líquido para o resultado do período como um ajuste de reclassificação, na alienação total ou parcial da operação no exterior.

IV. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros a valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado como "Receita de dividendos" quando é provável que se estabeleça o direito da ITAÚSA CONSOLIDADO de receber tais dividendos e entradas de benefícios econômicos são prováveis.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia na data do balanço patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do resultado abrangente acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado em relação com instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

V. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

De acordo com o CPC 38 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que a ITAÚSA CONSOLIDADO tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil e reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI. Operações de crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, que é o valor para originá-las ou comprá-las, incluindo quaisquer custos de transação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimada ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Classificamos uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Quando uma operação de crédito é assim classificada a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda no valor recuperável o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando a taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da provisão para credores de liquidação duvidosa.

No Itaú Unibanco Holding o segmento de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. Nossa carteira de Micro/Pequenas e Médias Empresas corresponde a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. Nosso segmento de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No nível corporativo, o Itaú Unibanco Holding tem duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Á área de risco de crédito e a área de finanças, no nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear mudanças na provisão, na PD (probabilidade de "default") ou na LGD (perda dado o "default").

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita em nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em nível detalhado por segmento, por entender as razões relacionadas às estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII. Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando os ativos são mantidos em um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como um crédito no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pela ITAÚSA CONSOLIDADO são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido na ITAÚSA CONSOLIDADO e ocorre na Demonstração Consolidada do resultado na rubrica Receitas de juros e rendimentos.

VIII. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Geral

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária caso exista a evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do balanço patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui julgamento da administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela administração.

O critério utilizado pela ITAÚSA CONSOLIDADO para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros.
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem em uma deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteira de varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos.
- Início de processo de falência.
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Geralmente, os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que aqueles observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da característica da carteira e podem variar entre 9 e 12 meses. A Administração optou por utilizar o período de 12 meses como sendo o mais representativo, sendo que aqueles observados para as carteiras de créditos avaliados individualmente por impairment é de, no máximo 12 meses considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente, para créditos que sejam individualmente significativos, ou coletivamente, para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, utilizamos metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração, não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas), descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida, reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que eventualmente serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável, de forma a refletir (i) os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e (ii) excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, nós classificamos essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo nosso Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. Estimamos perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, a qual utiliza a nossa experiência histórica dos últimos anos para construir modelos internos usados tanto para estimar a PD (probabilidade de “default”) quanto para estimar a LGD (perda dado o “default”).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida por nossas áreas de risco de crédito e de finanças nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada um dos segmentos: Grandes empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro / Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada um dos quatro segmentos responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é ainda dividido em grupos: Os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada um dos quatro segmentos.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial e prazo esperado de recuperação de créditos inadimplentes (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de diferentes variáveis para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que ele não está capturando em um relativo curto espaço de tempo efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o modelo é validado por meio de “*back-testing*”, que é o processo de testar periodicamente os modelos por meio de sua aplicação a dados históricos. São aplicados métodos estatísticos para mensurar a performance do modelo, através da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado para chegar na atualização do modelo, esse detalhamento permite que uma área independente consiga replicar o processo. Essa validação é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu. A área de validação dos modelos emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática usada para alterar o modelo. O parecer técnico posteriormente é submetido ao CTAM (Comissão técnica de avaliação de modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada um dos segmentos (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro/ Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), equipes diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada um desses quatro segmentos. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada um dos quatro segmentos resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada segmento de portfólio na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, são utilizados dados e informações diferentes para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda) - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o nosso histórico de relacionamento do cliente, os resultados da análise das demonstrações financeiras da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é também aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- Pessoas Físicas – Os fatores considerados e as informações utilizadas são principalmente o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- Micro/Pequenas e Médias Empresas – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem, além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- Unidades Externas América Latina – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencidos” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, Write-off e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após os empréstimos apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

As operações de crédito cujos termos foram renegociados não são consideradas inadimplentes, mas consideradas como novos empréstimos. Em períodos posteriores se o ativo for considerado como tal, será divulgado como inadimplente, quando os termos renegociados não forem honrados.

IX. Outros ativos financeiros

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta estes ativos, cuja composição estão apresentadas na Nota 21a, em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subseqüentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de juros e rendimento.

X. Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subseqüentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração consolidada do resultado em Despesas de juros e rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos; (Nota 18).
- Captações no mercado aberto (conforme descrito anteriormente no item (f)).
- Recursos de mercados interbancários.
- Recursos de mercados institucionais.
- Obrigações de planos de capitalização.
- Outros passivos financeiros, (Nota 21b).

h) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão-de-obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

i) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

Empresas não consolidadas (termo que utilizamos para associadas, conforme definido pelo CPC 18) são aquelas empresas nas quais o investidor têm influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subseqüentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA CONSOLIDADO mantiver influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

j) COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (como arrendatária)

Como arrendatária, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

A ITAÚSA CONSOLIDADO arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais o Itaú Unibanco Holding detém substancialmente todos os riscos e benefício de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros passivos financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As operações realizadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO classificadas como arrendamentos operacionais têm sua despesa reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período.

k) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada exercício.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre: o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável. Reconhecemos no período findo em 31 de dezembro de 2011, perdas por redução ao valor recuperável referente ao Imobilizado de Uso, por conta dos resultados obtidos serem inferiores aos benefícios econômicos previstos, no valor de R\$ 6. Em 2010 não foram reconhecidas perdas por redução ao valor recuperável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras receitas Operacionais ou Despesas gerais e administrativas.

I) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em empresas não consolidadas e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

m) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC

01, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Reconhecemos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 perdas por redução ao valor recuperável, referentes aos Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento e Associações para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros, causadas por distratos de contratos e resultados inferiores ao previsto, no valor de R\$ 11 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2010).

Conforme previsto pelo CPC 04, a ITAÚSA e suas subsidiárias elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

n) BENS DESTINADOS A VENDA

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Despesas gerais e administrativas. Em caso de recuperação do valor justo, menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

o) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social a compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e contribuição social diferidos e Obrigações fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidas, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	2011 e 2010
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (*)	9%

(*) A partir de 01/05/2008, para as empresas financeiras e equiparadas, a alíquota foi alterada de 9% para 15% conforme artigos 17 e 41 da Lei nº 11.727 de 24/06/2008.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado. Juros e multas sobre imposto de renda e contribuição social são tratados como uma despesa não financeira.

p) CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O CPC 11 – “Contratos de Seguros” define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contra parte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

A ITAÚSA CONSOLIDADO, por meio das subsidiárias do Itaú Unibanco Holding, emite contratos a clientes que contêm riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual a ITAÚSA CONSOLIDADO aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 29 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de previdência privada

Segundo o CPC 11, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo somente, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, pois a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não é oferecida, havendo em todos os contratos o direito à contraparte de escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, a ITAÚSA CONSOLIDADO constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos no resultado durante o mesmo período em que os prêmios dos seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

No curso normal dos negócios, a ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). A ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura a maior parte de seus riscos junto ao IRB Brasil Resseguros S.A., entidade controlada pelo governo brasileiro. Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos e para os casos de perdas efetivamente pagas eles são reavaliados após 365 dias quanto à possibilidade de não recuperação destes. Em caso de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados, e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas provisões de seguros e previdência privada.

Derivativos Embutidos

A ITAÚSA efetua a análise de todos os contratos a fim de avaliar a existência de derivativos embutidos. Nos casos em que tais derivativos atendam a definição de contrato de seguros por si só, não efetuamos sua bifurcação. Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos do IFRS 4.

Teste de adequação do passivo

O CPC 11 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. A ITAÚSA efetua o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes para fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstre que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos contratos e ativos intangíveis de seguros) é inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, é contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira. O teste abrange tanto seguros de danos como seguros de vida e previdência.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação do passivo estão detalhadas no Nota 29 (f).

q) PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

A ITAÚSA através do Itaú Unibanco Holding comercializa títulos de capitalização nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil eles são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o CPC 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que a ITAÚSA tem a obrigação de reembolsar. Reconhecemos como despesa, o valor do passivo constituído para pagamento de prêmios em dinheiro mensurados atuarialmente.

r) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de aposentadoria e outros benefícios pós-aposentadoria

A ITAÚSA e suas controladas são obrigadas a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 526 no período findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 517 em 30 de dezembro de 2010).

Adicionalmente, a ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, contabilizados de acordo com o CPC 33.

Planos de pensão – planos de benefício definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por empresa atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos do governo brasileiro, denominados em reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado no período em que surgem na rubrica Despesas Gerais e Administrativas – Planos de aposentadoria e benefícios pós-aposentadoria.

Os seguintes montantes são reconhecidos na demonstração do resultado consolidada:

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas correspondentes à diferença entre os retornos esperados e os efetivos.
- Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais.
- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.

- Custo de serviço passado – é a alteração no valor presente das obrigações por benefícios definidos pelo serviço do empregado em períodos anteriores, que afeta o período corrente.
- Custo de juros - é o aumento durante o exercício no valor presente das obrigações como resultado do tempo decorrido.

De acordo com o CPC 33, uma redução é um evento que diminui significativamente os anos esperados de serviços futuros dos funcionários atuais ou que elimina ou reduz, para um número significativo de funcionários, a qualificação de benefícios para a totalidade ou parte dos seus serviços futuros. Já a liquidação é uma transação que é uma ação irrevogável, libera o empregador (ou o plano) da responsabilidade primária da obrigação de um benefício de pensão ou pós-aposentadoria, e, portanto elimina riscos significativos referentes à obrigação e aos ativos relacionados.

Um ganho ou uma perda na redução do plano é a soma de dois elementos: (a) do reconhecimento no resultado de um custo de serviço anterior diferido associado aos anos de serviço que não precisarão mais ser prestados e (b) da alteração na obrigação projetada do benefício. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício diminua, o resultado será um ganho de redução. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício aumente, o resultado será uma perda.

Quando ocorrer a liquidação do plano, um ganho ou uma perda será reconhecido.

Planos de pensão - contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições aos planos efetuadas pela ITAÚSA e suas controladas são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas das empresas adquiridas pela ITAÚSA ou por suas controladas ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e a ITAÚSA está comprometida pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o CPC 33, de forma semelhante aos planos de benefício definido.

s) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 – “Pagamentos baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo Itaú Unibanco Holding correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 23.

t) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o CPC 38, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem no Balanço Patrimonial consolidado como uma obrigação na rubrica “Outros passivos”, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de prestação de serviços financeiros.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

u) PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 25. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando a Administração da ITAÚSA entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 31.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

v) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA**Capital Social**

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

w) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração consolidada do resultado.

x) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,014 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

A ITAÚSA outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (consistindo de fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações da ITAÚSA.

y) RECEITAS**I) Venda de produtos e serviços**

A receita de venda é apurada em conformidade com o regime contábil de competência.

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Vendas de serviços

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através da sua subsidiária Itautec S.A., presta serviços no segmento de automações e computação. A receita é, geralmente, reconhecida com base nos serviços realizados até o momento.

II) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O Itaú Unibanco Holding presta diversos serviços a seus clientes tais como, administração de investimentos, relacionados a cartões de crédito, a banco de investimento e determinados serviços de banco comercial.

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado, de custódia e relacionadas a cartões de crédito, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

z) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: Área de Serviços Financeiros e área Industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 32.

NOTA 03 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/12/2011	31/12/2010
Disponibilidades	3.994	4.029
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.967	2.794
Aplicações em Operações Compromissadas - Mercado Aberto	3.136	10.167
Total	14.097	16.990

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto superiores a 90 dias são de R\$ 3.277 (R\$ 2.632 em 31/12/2010) e R\$ 31.865 (R\$ 22.619 em 31/12/2010), respectivamente.

NOTA 04 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

	31/12/2011	31/12/2010
Não Remunerados	2.110	1.734
Remunerados	33.995	29.735
Total	36.105	31.469

NOTA 5 - APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO ABERTO

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.384	2.437	27.821	14.315	520	14.835
Aplicações no Mercado Aberto (*)	92.248	-	92.248	82.094	6.588	88.682
Total	117.632	2.437	120.069	96.409	7.108	103.517
Participação Itaúsa	43.314	897	44.212	35.260	2.600	37.858
		36,82%			36,57%	
Empresas Industriais e Itaúsa	1.033	-	1.033	333	20	353
Total	44.347	897	45.245	35.593	2.620	38.211

NOTA 06 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DESIGNADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.326	35	(22)	1.339
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	93.914	184	(184)	93.914
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	868	42	-	910
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	787	28	(13)	802
Argentina	226	12	(13)	225
Estados Unidos	280	12	-	292
México	201	4	-	205
Chile	50	-	-	50
Uruguai	27	-	-	27
Outros	3	-	-	3
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	24.965	84	(125)	24.924
Ações Negociáveis	2.325	69	(97)	2.297
Certificado de Recebíveis Imobiliários	23	1	-	24
Certificado de Depósito Bancário	7.820	-	-	7.820
Debêntures	3.525	2	(1)	3.526
Euro Bonds e Assemelhados	1.446	12	(27)	1.431
Letras Financeiras	8.973	-	-	8.973
Outros	853	-	-	853
TOTAL	121.860	373	(344)	121.889
Participação Itaúsa - 36,82%	44.871	137	(127)	44.882
Outras Empresas	169	50	(52)	167
TOTAL	45.040	187	(179)	45.049

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira em 31/12/2011 eram: a) R\$ 12.010, b) R\$ 0, c) R\$ 84 e d) R\$ 48, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 4.422, b) 0, c) R\$ 31 e d) R\$ 18.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.701	49	(2)	1.748
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	86.636	77	(14)	86.699
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	653	17	(4)	666
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	9.323	38	(8)	9.353
Argentina	295	6	(8)	293
Estados Unidos	8.682	32	-	8.714
México	29	-	-	29
Rússia	45	-	-	45
Chile	248	-	-	248
Uruguai	24	-	-	24
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	16.941	152	(62)	17.031
Ações Negociáveis	3.161	134	(47)	3.248
Certificado de Recebíveis Imobiliários	587	9	-	596
Certificado de Depósito Bancário	8.932	-	-	8.932
Debêntures	2.799	1	-	2.800
Euro Bonds e Assemelhados	1.459	8	(15)	1.452
Outros	3	-	-	3
TOTAL	115.254	333	(90)	115.497
Participação Itaúsa 36,57%	42.152	122	(33)	42.241
Outras Empresas	378	1	(1)	378
TOTAL	42.530	123	(34)	42.619

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/12/2010 eram: a) R\$ 45.672, b) R\$ 125, c) R\$ 8.592 e d) R\$ 11, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 16.701, b) R\$ 45, c) R\$ 3.142 e d) R\$ 4.

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a	01/01 a
	31/12/2011	31/12/2010
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		
Ganhos	2.995	1.668
Perdas	(2.559)	(1.266)
TOTAL	436	402
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	161	147
TOTAL	161	147

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011		31/12/2010	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo
Circulante	37.701	37.706	58.534	58.705
Sem vencimento	3.650	3.635	4.862	4.996
Até um ano	34.051	34.071	53.672	53.709
Não Circulante	84.159	84.183	56.720	56.792
De um a cinco anos	72.064	72.088	49.392	49.403
De cinco a dez anos	8.570	8.550	5.134	5.177
Após dez anos	3.525	3.545	2.194	2.212
TOTAL	121.860	121.889	115.254	115.497
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	44.871	44.882	42.152	42.241
Outras Empresas	169	167	378	378
	45.040	45.049	42.530	42.619

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A, com um valor justo de R\$ 57.734 (R\$ 46.051 em 31/12/2010), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente R\$ 21.259 e (R\$ 16.842 em 31/12/2010). O retorno de tais ativos (positivo e negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos de PGBL e VGBL cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimentos.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo por meio do resultado são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011			Valor Justo
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não realizados		
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	182	4	-	186
Participação Itaúsa - 36,82%	68	1	-	69
TOTAL	68	1	-	69

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010			Valor Justo
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não realizados		
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	297	9	-	306
Participação Itaúsa - 36,57%	109	3	-	112
TOTAL	109	3	-	112

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a	01/01 a
	31/12/2011	31/12/2010
Ganhos	20	-
Perdas	-	(1)
TOTAL	20	(1)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	7	(0)
TOTAL	7	(0)

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo por meio do resultado foram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011		31/12/2010	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo
Não Circulante	182	186	297	306
Após dez anos	182	186	297	306
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	68	69	109	112
TOTAL	68	69	109	112

NOTA 07 – DERIVATIVOS

A ITAÚSA por intermédio principalmente de sua controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições. Os principais instrumentos negociados são:

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou Títulos são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de um outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a Termo de Títulos são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicados sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo como Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - Derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pela ITAÚSA e suas controladas proporcionais à participação era de R\$ 2.870 em 31/12/2011 (R\$ 2.948 em 31/12/2010) e estava basicamente composto por Títulos Públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Contratos de futuros	268.806	75	(49)	26
Compromissos de Compra	251.094	75	19	94
Moeda Estrangeira	59.087	(1)	12	11
Mercado Interfinanceiro	144.154	1	-	1
Índices	41.365	75	7	82
Títulos	6.338	-	-	-
Commodities	122	-	-	-
Outros	28	-	-	-
Compromissos de Venda	17.712	-	(68)	(68)
Moeda Estrangeira	15.796	-	(63)	(63)
Mercado Interfinanceiro	52	-	-	-
Índices	1.106	-	-	-
Títulos	230	-	(3)	(3)
Commodities	513	-	(2)	(2)
Outros	15	-	-	-
Contratos de Swaps		72	(120)	(48)
Posição Ativa	94.806	2.155	595	2.750
Moeda Estrangeira	9.883	605	7	612
Mercado Interfinanceiro	39.936	545	50	595
Prefixados	16.808	227	241	468
Pós-Fixados	3.809	3	-	3
Índices	23.995	739	312	1.051
Títulos	28	23	(26)	(3)
Commodities	3	-	-	-
Outros	344	13	11	24
Posição Passiva	94.734	(2.083)	(715)	(2.798)
Moeda Estrangeira	11.171	(608)	22	(586)
Mercado Interfinanceiro	24.958	(100)	10	(90)
Prefixados	21.733	(325)	(301)	(626)
Pós-Fixados	6.144	(133)	2	(131)
Índices	29.225	(816)	(477)	(1.293)
Títulos	112	(85)	34	(51)
Commodities	108	(1)	(4)	(5)
Outros	1.283	(15)	(1)	(16)
Contratos de Opções	1.108.517	576	(739)	(163)
De Compra - Posição Comprada	237.863	1.122	(373)	749
Moeda Estrangeira	17.481	887	(289)	598
Mercado Interfinanceiro	36.911	65	(36)	29
Pós-Fixados	278	1	(1)	-
Índices	181.517	124	(58)	66
Títulos	1.162	31	11	42
Commodities	501	14	-	14
Outros	13	-	-	-
De Venda - Posição Comprada	354.697	1.457	237	1.694
Moeda Estrangeira	7.635	149	(41)	108
Mercado Interfinanceiro	27.212	293	(49)	244
Prefixados	2	-	1	1
Pós-Fixados	218	1	-	1
Índices	315.903	915	(2)	913
Títulos	2.821	82	317	399
Commodities	768	14	-	14
Outros	138	3	11	14
De Compra - Posição Vendida	174.398	(778)	47	(731)
Moeda Estrangeira	10.325	(454)	(97)	(551)
Mercado Interfinanceiro	23.954	(47)	11	(36)
Índices	139.248	(258)	144	(114)
Títulos	795	(15)	(13)	(28)
Commodities	65	(4)	2	(2)
Outros	11	-	-	-
De Venda - Posição Vendida	341.559	(1.225)	(650)	(1.875)
Moeda Estrangeira	10.757	(309)	113	(196)
Mercado Interfinanceiro	35.433	(178)	(239)	(417)
Prefixados	2	-	(1)	(1)
Índices	293.394	(647)	(197)	(844)
Títulos	1.636	(79)	(316)	(395)
Commodities	197	(9)	1	(8)
Outros	140	(3)	(11)	(14)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação		Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial				
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Contratos de futuros	292.049	5	(60)	(55)	
Compromissos de Compra	127.499	(1)	174	173	
Moeda Estrangeira	8.128	(1)	1	-	
Mercado Interfinanceiro	98.353	-	45	45	
Índices	19.288	-	95	95	
Títulos	1.645	-	-	-	
Commodities	84	-	33	33	
Outros	1	-	-	-	
Compromissos de Venda	164.550	6	(234)	(228)	
Moeda Estrangeira	13.057	6	(20)	(14)	
Mercado Interfinanceiro	113.173	-	(45)	(45)	
Índices	32.033	-	(127)	(127)	
Títulos	4.230	-	-	-	
Commodities	2.048	-	(42)	(42)	
Outros	9	-	-	-	
Contratos de Swaps		344	580	924	
Posição Ativa	68.839	2.160	777	2.937	
Moeda Estrangeira	7.330	(292)	238	(54)	
Mercado Interfinanceiro	34.370	1.299	161	1.460	
Prefixados	9.277	326	140	466	
Pós-Fixados	865	2	18	20	
Índices	16.745	819	218	1.037	
Títulos	32	3	-	3	
Commodities	219	3	2	5	
Outros	1	-	-	-	
Posição Passiva	68.495	(1.816)	(197)	(2.013)	
Moeda Estrangeira	14.609	(310)	(17)	(327)	
Mercado Interfinanceiro	19.443	(358)	138	(220)	
Prefixados	7.835	(256)	(133)	(389)	
Pós-Fixados	3.272	(2)	(1)	(3)	
Índices	23.122	(865)	(181)	(1.046)	
Títulos	29	(1)	-	(1)	
Commodities	178	(24)	(3)	(27)	
Outros	7	-	-	-	
Contratos de Opções	2.330.950	(570)	235	(335)	
De Compra - Posição Comprada	695.908	1.182	(108)	1.074	
Moeda Estrangeira	24.905	414	(104)	310	
Mercado Interfinanceiro	530.428	468	2	470	
Pós-Fixados	314	2	-	2	
Índices	138.085	182	(53)	129	
Títulos	1.534	86	27	113	
Commodities	642	30	20	50	
De Venda - Posição Comprada	526.323	625	53	678	
Moeda Estrangeira	12.295	339	142	481	
Mercado Interfinanceiro	404.532	128	(28)	100	
Pós-Fixados	282	-	-	-	
Índices	107.034	109	(48)	61	
Títulos	1.625	40	(6)	34	
Commodities	555	9	(7)	2	
De Compra - Posição Vendida	527.731	(1.587)	342	(1.245)	
Moeda Estrangeira	26.547	(802)	341	(461)	
Mercado Interfinanceiro	376.482	(256)	(7)	(263)	
Índices	123.221	(449)	50	(399)	
Títulos	864	(49)	(27)	(76)	
Commodities	617	(31)	(15)	(46)	
De Venda - Posição Vendida	580.988	(790)	(52)	(842)	
Moeda Estrangeira	16.715	(451)	(95)	(546)	
Mercado Interfinanceiro	444.963	(196)	3	(193)	
Índices	118.333	(71)	22	(49)	
Títulos	825	(58)	7	(51)	
Commodities	152	(14)	11	(3)	

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Compensação			
	Valor Referencial			
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Contratos a Termo	17.248	1.092	(31)	1.061
Compras a Receber	8.702	921	(62)	859
Moeda Estrangeira	7.883	623	(62)	561
Mercado Interfinanceiro	520	-	-	-
Prefixados	-	35	-	35
Pós-Fixados	262	262	-	262
Commodities	37	1	-	1
Obrigações por Compra a Pagar	1.351	(324)	(9)	(333)
Moeda Estrangeira	1.218	(43)	(8)	(51)
Pós-Fixados	-	(262)	-	(262)
Commodities	131	(19)	(1)	(20)
Outros	2	-	-	-
Vendas a Receber	2.230	1.013	7	1.020
Moeda Estrangeira	1.181	24	9	33
Mercado Interfinanceiro	48	1	-	1
Prefixados	148	148	(1)	147
Pós-Fixados	110	110	-	110
Títulos	731	726	(1)	725
Commodities	12	4	-	4
Obrigações por Venda a Entregar	4.965	(518)	33	(485)
Moeda Estrangeira	4.905	(342)	32	(310)
Prefixados	-	(54)	-	(54)
Pós-Fixados	-	(110)	-	(110)
Commodities	60	(12)	1	(11)
Derivativos de Crédito	7.194	153	136	289
Posição Ativa	3.659	242	157	399
Moeda Estrangeira	117	-	1	1
Prefixados	1.820	226	134	360
Pós-Fixados	-	5	11	16
Índices	-	11	(1)	10
Títulos	1.721	-	12	12
Outros	1	-	-	-
Posição Passiva	3.535	(89)	(21)	(110)
Moeda Estrangeira	117	-	(1)	(1)
Prefixados	2.900	(89)	(8)	(97)
Títulos	517	-	(12)	(12)
Outros	1	-	-	-
Operações de Forwards	31.285	69	56	125
Posição Ativa	16.257	421	30	451
Moeda Estrangeira	15.862	415	30	445
Mercado Interfinanceiro	19	-	-	-
Pós-Fixados	376	6	-	6
Posição Passiva	15.028	(352)	26	(326)
Moeda Estrangeira	14.946	(348)	26	(322)
Mercado Interfinanceiro	13	-	-	-
Pós-Fixados	69	(1)	-	(1)
Índices	-	(1)	-	(1)
Títulos	-	(2)	-	(2)
Swap com Verificação	102	-	(2)	(2)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	51	-	-	-
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	51	-	(2)	(2)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	53	-	4	4
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.894	695	20	715
Posição Ativa	4.640	769	33	802
Moeda Estrangeira	608	55	31	86
Prefixados	973	521	-	521
Títulos	3.054	193	2	195
Outros	5	-	-	-
Posição Passiva	254	(74)	(13)	(87)
Moeda Estrangeira	118	(74)	(11)	(85)
Títulos	75	-	-	-
Outros	61	-	(2)	(2)
	ATIVO	8.175	579	8.754
	PASSIVO	(5.443)	(1.304)	(6.747)
	TOTAL	2.732	(725)	2.007
Ativo - Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11		3.010	214	3.224
Passivo - Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11		(2.004)	(480)	(2.484)
TOTAL		1.006	(266)	740
Empresas Industriais Ativo		7	9	16
Empresas Industriais Passivo		(3)	1	(2)
ATIVO		3.017	223	3.240
PASSIVO		(2.007)	(479)	(2.486)
TOTAL		1.010	(256)	754

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2011
Futuros	75.850	67.789	36.072	89.095	268.806
Swaps	9.939	16.691	19.679	46.342	92.651
Opções	846.277	58.377	176.965	26.898	1.108.517
Termo	3.393	7.970	3.626	2.259	17.248
Derivativos de Crédito	88	1.902	1.025	4.179	7.194
Forwards	6.636	14.066	6.899	3.684	31.285
Swaps com Verificação	-	-	-	51	51
Verificação de Swap	-	-	-	53	53
Outros	112	1.372	760	2.650	4.894

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Contratos a Termo	1.445	1.432	(27)	1.405
Compras a Receber	21	57	29	86
Mercado Interfinanceiro	-	36	-	36
Pós-Fixados	21	21	29	50
Obrigações por Compra a Pagar - Pós-Fixados	-	(21)	(29)	(50)
Vendas a Receber	1.424	1.397	1	1.398
Moeda Estrangeira	4	4	-	4
Títulos	1.419	1.392	1	1.393
Commodities	1	1	-	1
Obrigações por Venda a Entregar - Pós-Fixados	-	(1)	(28)	(29)
Derivativos de Crédito	6.701	125	7	132
Posição Ativa	2.902	258	3	261
Moeda Estrangeira	53	-	1	1
Prefixados	2.622	258	(2)	256
Títulos	227	-	4	4
Posição Passiva	3.799	(133)	4	(129)
Moeda Estrangeira	22	-	(1)	(1)
Prefixados	3.126	(133)	10	(123)
Títulos	651	-	(5)	(5)
Operações de Forwards	36.958	(522)	22	(500)
Posição Ativa	13.832	597	15	612
Moeda Estrangeira	13.121	548	8	556
Prefixados	3	1	-	1
Pós-Fixados	509	8	-	8
Commodities	199	40	7	47
Posição Passiva	23.126	(1.119)	7	(1.112)
Moeda Estrangeira	22.759	(1.098)	9	(1.089)
Mercado Interfinanceiro	27	-	(1)	(1)
Pós-Fixados	273	(3)	-	(3)
Commodities	67	(18)	(1)	(19)
Swap com Verificação				
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	6	-	-	-
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	6	-	-	-
Verificação de Swap - Posição Passiva - Moeda Estrangeira	25	-	-	-
Outros Instrumentos Financeiros	3.755	626	(91)	535
Posição Ativa	3.395	785	(54)	731
Moeda Estrangeira	259	189	5	194
Prefixados	698	375	2	377
Pós-Fixados	-	-	(3)	(3)
Títulos	2.438	221	(58)	163
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	360	(159)	(37)	(196)
	ATIVO	7.061	716	7.777
	PASSIVO	(5.621)	(50)	(5.671)
	TOTAL	1.440	666	2.106
Ativo - Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10		2.582	262	2.844
Passivo - Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10		(2.056)	(18)	(2.074)
TOTAL		527	244	770
Empresas Industriais Ativo		3	(1)	2
Empresas Industriais Passivo		(4)	1	(3)
ATIVO		2.585	261	2.846
PASSIVO		(2.060)	(17)	(2.077)
TOTAL		525	244	769

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2010
Futuros	108.359	64.874	49.747	69.069	292.049
Swaps	5.318	16.169	8.225	36.967	66.679
Opções	1.292.156	439.940	506.039	92.815	2.330.950
Termo	274	1.143	28	-	1.445
Derivativos de Crédito	-	1.011	592	5.098	6.701
Forwards	13.658	13.233	6.051	4.016	36.958
Swaps com Verificação	-	-	6	-	6
Verificação de Swap	6	16	3	-	25
Outros	105	927	405	2.318	3.755

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

ATIVO	31/12/2011										Acima de 720
	Valor Justo	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720				
Futuros	26	0	1	51	5	(1)	(1)	(3)	(27)	(27)	
BM&F Bovespa	31	0	1	57	5	(1)	(1)	(4)	(27)	(27)	
Instituições Financeiras	(4)	-	-	(2)	-	(2)	(2)	-	-	-	
Empresas	(1)	-	-	(4)	-	2	2	1	-	-	
Prêmios de Opções	2.443	27,9	1.252	182	223	660	113	113	13	13	
BM&F Bovespa	1.689	19,3	1.162	11	35	471	10	10	-	-	
Instituições Financeiras	286	3,3	45	67	59	87	27	27	1	1	
Empresas	468	5,3	45	104	129	102	76	76	12	12	
Operações a Termo	1.879	21,3	644	384	156	209	146	146	340	340	
BM&F Bovespa	727	8,3	461	219	47	-	-	-	-	-	
Instituições Financeiras	80	0,9	74	-	1	2	3	3	-	-	
Empresas	1.072	12,1	109	165	108	207	143	143	340	340	
Swaps - Ajuste a Receber	2.750	31,4	230	351	168	502	534	534	965	965	
BM&F Bovespa	332	3,8	13	25	31	61	22	22	180	180	
Instituições Financeiras	259	3,0	29	63	13	28	49	49	77	77	
Empresas	2.155	24,6	187	262	122	413	463	463	708	708	
Pessoas Físicas	4	-	1	1	2	-	-	-	-	-	
Derivativos de Crédito	399	4,6	-	15	17	6	52	52	309	309	
Instituições Financeiras	95	1,1	-	15	17	2	2	2	59	59	
Empresas	304	3,5	-	-	-	4	50	50	250	250	
Forwards	451	5,2	96	101	73	67	44	44	70	70	
Instituições Financeiras	279	3,2	83	73	45	31	8	8	39	39	
Empresas	172	2,0	13	28	28	36	36	36	31	31	
Swaps com Verificação - Empresas	4	0,0	-	-	-	-	-	-	4	4	
Outros	802	9,2	54	470	3	30	74	74	171	171	
Instituições Financeiras	778	8,9	54	467	1	11	74	74	171	171	
Empresas	24	0,3	-	3	2	19	-	-	-	-	
Total (*)	8.754	100,0	2.277	1.554	645	1.473	960	960	1.845	1.845	
% por prazo de vencimento			26,0%	17,8%	7,4%	16,8%	11,0%	11,0%	21,1%	21,1%	
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	3.224	37	838	572	238	542	353	353	679	679	
Empresas Industriais	16	-	-	-	-	-	16	16	-	-	
TOTAL	3.240	37	838	572	238	542	369	369	679	679	

(*) Do total do valor justo da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ 2.191 referem-se ao circulante e R\$ 1.049 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

ATIVO	31/12/2010										Acima de 720
	Valor Justo	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720				
ITAÚ UNIBANCO HOLDING											
Prêmios de Opções	1.752	22,5	213	230	222	405	106	576			
BM&F Bovespa	1.305	16,7	746	72	123	287	77	-			
Instituições Financeiras	364	4,7	24	116	90	106	22	6			
Empresas	83	1,1	(557)	42	9	12	7	570			
Operações a Termo	1.484	19,1	323	1.071	64	26	-	-			
BM&F Bovespa	1.398	18,0	251	1.059	62	26	-	-			
Instituições Financeiras	86	1,1	72	12	2	-	-	-			
Swaps - Ajuste a Receber	2.937	37,8	286	249	191	655	621	935			
BM&F Bovespa	271	3,5	5	8	14	55	63	126			
Instituições Financeiras	441	5,7	167	44	3	73	21	133			
Empresas	2.203	28,3	112	193	163	524	536	675			
Pessoas Físicas	22	0,3	2	4	11	3	1	1			
Derivativos de Crédito	261	3,4	-	22	1	2	1	235			
Instituições Financeiras	77	1,0	-	22	1	1	1	52			
Empresas	184	2,4	-	-	-	1	-	183			
Forwards	612	7,8	273	128	96	96	13	6			
Instituições Financeiras	151	1,9	64	39	21	19	4	4			
Empresas	460	5,9	209	88	75	77	9	2			
Pessoas Físicas	1	0,0	-	1	-	-	-	-			
Outros	731	9,4	50	326	-	130	12	213			
Instituições Financeiras	724	9,3	50	326	-	130	5	213			
Empresas	7	0,1	-	-	-	-	7	-			
Total (*)	7.777	100,0	1.145	2.026	574	1.314	753	1.965			
% por prazo de vencimento			14,7%	26,1%	7,4%	16,9%	9,7%	25,3%			
Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10	2.844	37	419	741	210	481	275	719			
Empresas Industriais	2	-	-	2	-	-	-	-			
TOTAL	2.846	37	419	743	210	481	275	719			

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 1.850 em 31/12/2010 referem-se ao circulante e R\$ 996 ao não circulante.

	31/12/2011							Acima de 720 dias
	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	
PASSIVO								
Prêmios de Opções	(2.606)	38,6	(1.205)	(289)	(235)	(712)	(153)	(12)
BM&F Bovespa	(1.768)	26,2	(1.114)	(87)	(20)	(484)	(63)	-
Instituições Financeiras	(687)	10,2	(86)	(185)	(180)	(162)	(63)	(11)
Empresas	(151)	2,2	(5)	(17)	(35)	(66)	(27)	(1)
Operações a Termo	(818)	12,1	(42)	(92)	(194)	(56)	(99)	(335)
Instituições Financeiras	(67)	1,0	(6)	(31)	(30)	-	-	-
Empresas	(751)	11,1	(36)	(61)	(164)	(56)	(99)	(335)
Swaps - Ajuste a Pagar	(2.798)	41,5	(211)	(177)	(116)	(534)	(497)	(1.263)
BM&F Bovespa	(518)	7,7	(6)	(11)	(24)	(131)	(102)	(244)
Instituições Financeiras	(682)	10,1	(134)	(75)	(13)	(41)	(110)	(309)
Empresas	(1.557)	23,1	(70)	(89)	(73)	(342)	(274)	(709)
Pessoas Físicas	(41)	0,6	(1)	(2)	(6)	(20)	(11)	(1)
Derivativos de Crédito	(110)	1,7	-	(5)	(9)	(7)	(8)	(81)
Instituições Financeiras	(106)	1,6	-	(5)	(9)	(5)	(7)	(80)
Empresas	(4)	0,1	-	-	-	(2)	(1)	(1)
Forwards	(326)	4,8	(68)	(67)	(61)	(49)	(47)	(34)
Instituições Financeiras	(246)	3,6	(55,00)	(51)	(40)	(33)	(38)	(29)
Empresas	(80)	1,2	(13,00)	(16)	(21)	(16)	(9)	(5)
Swaps com Verificação - Empresas	(2)	0,0	-	-	-	-	-	(2)
Outros	(87)	1,3	-	-	-	(6)	(81)	-
Instituições Financeiras	(80)	1,2	-	-	-	-	(80)	-
Empresas	(7)	0,1	-	-	-	(6)	(1)	-
Total (*)	(6.747)	100,0	(1.526)	(630)	(615)	(1.364)	(885)	(1.727)
% por prazo de vencimento			22,60%	9,3%	9,1%	20,2%	13,1%	25,6%
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	(2.484)		(562)	(232)	(226)	(502)	(326)	(636)
Outras Empresas	(2)	-	-	-	-	-	(2)	-
TOTAL	(2.486)	-	(562)	(232)	(226)	(502)	(328)	(636)

(*) Do total do valor justo da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (1.523) referem-se ao circulante e R\$ (964) ao não circulante.

		31/12/2010							Acima de 720 dias
ITAÚ UNIBANCO HOLDING		Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	
PASSIVO									
Futuros		(55)	0,9	(22)	(52)	(12)	12	16	3
BM&F Bovespa		(59)	0,9	(25)	(50)	(14)	11	16	3
Empresas		4	0,0	3	(2)	2	1	-	-
Prêmios de Opções		(2.087)	36,8	(812)	(414)	(231)	(413)	(207)	(10)
BM&F Bovespa		(1.677)	29,6	(756)	(298)	(108)	(349)	(163)	(3)
Instituições Financeiras		(299)	5,3	(17)	(93)	(114)	(45)	(27)	(3)
Empresas		(110)	1,9	(39)	(23)	(8)	(19)	(17)	(4)
Pessoas Físicas		(1)	0,0	-	-	(1)	-	-	-
Operações a Termo		(79)	1,4	(50)	-	-	-	-	(29)
Instituições Financeiras		(50)	0,9	(50)	-	-	-	-	-
Empresas		(29)	0,5	-	-	-	-	-	(29)
Swaps - Ajuste a Pagar		(2.013)	35,4	(92)	(96)	(139)	(598)	(442)	(646)
BM&F Bovespa		(388)	6,8	(6)	(9)	(40)	(60)	(112)	(161)
Instituições Financeiras		(396)	7,0	(14)	(29)	(3)	(149)	(26)	(175)
Empresas		(1.170)	20,6	(70)	(50)	(73)	(364)	(303)	(310)
Pessoas Físicas		(59)	1,0	(2)	(8)	(23)	(25)	(1)	-
Derivativos de Crédito		(129)	2,3	(7)	(6)	(2)	(3)	(8)	(103)
Instituições Financeiras		(126)	2,2	(7)	(6)	(2)	(2)	(8)	(101)
Empresas		(3)	0,1	-	-	-	(1)	-	(2)
Forwards		(1.112)	19,6	(176)	(267)	(205)	(317)	(87)	(60)
Instituições Financeiras		(629)	11,1	(88)	(201)	(106)	(138)	(46)	(50)
Empresas		(482)	8,5	(88)	(66)	(99)	(179)	(41)	(9)
Pessoas Físicas		(1)	0,0	-	-	-	-	-	(1)
Outros		(196)	3,6	46	(2)	3	(89)	(15)	(139)
Instituições Financeiras		(173)	3,1	-	-	-	(87)	-	(86)
Empresas		(23)	0,5	46	(2)	3	(2)	(15)	(53)
Total (*)		(5.671)	100,0	(1.113)	(837)	(586)	(1.408)	(743)	(984)
% por prazo de vencimento				19,6%	14,8%	10,3%	24,8%	13,1%	17,4%
Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10		(2.074)		(407)	(306)	(214)	(515)	(272)	(360)
Outras Empresas		(3)		-	-	-	-	-	(3)
TOTAL		(2.077)	-	(407)	(306)	(214)	(515)	(272)	(363)

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (1.442) referem-se ao circulante e R\$ (635) ao não circulante.

Ganhos e Perdas Realizados e não Realizados na Carteira de Derivativos

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Swap	(476)	169
Termo	(139)	29
Futuro	91	1.370
Opções	323	924
Derivativos de Crédito	185	87
Outros	367	(269)
Total	351	2.310
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	129	845
TOTAL	129	845

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

A ITAÚSA e suas controladas compram e vendem proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos públicos do governo brasileiro e títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando a ITAÚSA e suas controladas vendem proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que a ITAÚSA e suas controladas são vendedores de proteção são *credit default swaps*, *total return swaps* e *credit-linked notes*. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a ITAÚSA e suas controladas não tinham contratos em aberto referentes a proteção de crédito na forma de *credit-linked notes*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual a ITAÚSA e suas controladas vendem proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

31/12/2011						
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	3.526	1.290	1.106	990	140	(101)
TRS	9	-	-	9	-	(9)
Total por Instrumento	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	1.302	475	407	368	52	(41)
TOTAL	1.302	475	407	368	52	(41)
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Total por Risco	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	1.302	475	407	368	52	(41)
TOTAL	1.302	475	407	368	52	(41)
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Total por Entidade	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	1.302	475	407	368	52	(41)
TOTAL	1.302	475	407	368	52	(41)

31/12/2010						
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	3.375	541	1.234	1.184	416	(121)
TRS	424	416	-	8	-	(8)
Total por Instrumento	3.799	957	1.234	1.192	416	(129)
Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10	1.389	350	451	436	152	(47)
TOTAL	1.389	350	451	436	152	(47)
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	3.799	957	1.234	1.192	416	(129)
Total por Risco	3.799	957	1.234	1.192	416	(129)
Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10	1.389	350	451	436	152	(47)
TOTAL	1.389	350	451	436	152	(47)
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	3.799	957	1.234	1.192	416	(129)
Total por Entidade	3.799	957	1.234	1.192	416	(129)
Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10	1.389	350	451	436	152	(47)
TOTAL	1.389	350	451	436	152	(47)

A ITAÚSA e suas controladas avaliam o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). A ITAÚSA e suas controladas, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor nominal pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, a ITAÚSA e suas controladas não incorreram em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor *nominal* dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que a ITAÚSA e suas controladas atuam como vendedor da proteção.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.526)	2.471	(1.055)
TRS	(9)	1.188	1.179
Total	(3.535)	3.659	124
Participação Itaúsa - 36,82 em Dez/11	(1.302)	1.347	46
TOTAL	(1.302)	1.347	46

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.375)	2.902	(473)
TRS	(424)	-	(424)
Total	(3.799)	2.902	(897)
Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10	(1.389)	1.061	(328)
TOTAL	(1.389)	1.061	(328)

NOTA 08 – HEDGE CONTÁBIL

O Hedge contábil varia de acordo com a natureza do objeto de hedge e da transação. Os derivativos podem ser qualificada como instrumento de hedge para fins contábeis se são designados como instrumentos de hedge de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding utiliza: (i) contratos de futuros DI negociados na BM&FBOVESPA relativos a certos passivos pós fixados, denominados em reais, e (ii) swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominadas em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

Nossas estratégias de hedge de fluxo de caixa consistem em um hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR; e
- Hedge de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2008 (hedge CDB subordinado), 2009 (Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis) e 2010 (Hedge de Depósitos denominados em reais e operações compromissadas), sendo que os vencimentos dos derivativos relacionados ocorrerão entre 2012 e 2017. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração do resultado são:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos/recebidos diariamente;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos/recebidos semestralmente;
- Hedge de CDB subordinado: juros pagos/recebidos no final da operação.

As estratégias de investimento líquido no exterior da ITAÚSA e de suas controladas consistem em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior, em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA e contratos de Forward ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e REAL. Nos contratos de Forward ou contratos de NDF, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a MOEDA FUNCIONAL e o Dólar.

A ITAÚSA CONSOLIDADO aplica o hedge de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em BRL (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO adota o Dollar Offset Method. O Dollar Offset Method é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de hedge, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2011, sendo que o vencimento dos derivativos ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em que se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Os valores nas tabelas a seguir estão apresentados em milhões de reais e apresentam a **posição total** mantida pela controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding:

	31/12/2011		31/12/2010		
Derivativos utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)
Futuros de taxa de juros	(282)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	1	8	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros
Swap de Taxa de Juros	(30)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-	(20)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros
Total	(312)		1	(12)	1

(*) Em 31 Dezembro de 2011, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 167 (R\$ 1 em 31/12/2010).

	31/12/2011		31/12/2010	
Derivativos utilizados em Hedge de Investimento Líquido no Exterior	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado
Futuro DDI (1)	(890)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	42	
Forward	120	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	19	
NDF (2)	335	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	2	
Total	(435)		63	

(1) Futuro DDI é um contrato de Futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DI) e um vencimento posterior.

(2) NDF (Non Deliverable Forward), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

As tabelas abaixo apresentam para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos derivativos e o valor contábil do Objeto de Hedge, e a abertura dos vencimentos dos derivativos em:

Estratégias	31/12/2011				31/12/2010			
	Derivativos		Objeto de Hedge		Derivativos		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Hedge de depósitos e operações compromissadas	19.113	(4)	19.083	(10)	9.092	(10)	9.117	9.117
Hedge de ações preferenciais resgatáveis	737	(37)	737	(27)	655	(27)	655	655
Hedge de CDB subordinado	87	-	118	-	350	-	419	419
Hedge de Investimento de Operações no Exterior (*)	6.886	31	4.131	-	-	-	-	-

(*) Os instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 40%, referente impostos.

Com a intenção de alongar os passivos de CDBs subordinados, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING descontinuou parcialmente operações de Hedge de CDB Subordinado realizando uma rolagem da dívida (liquidação da operação anterior e emissão de uma nova operação), gerando um efeito no resultado (receita) de R\$ 3 em 2011.

Prazo de vencimento	Estratégias						Total
	Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Hedge de Ações Preferências Resgatáveis	Hedge de CDB Subordinado	Hedge de Investimento de Operações no Exterior	Total		
					Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Hedge de Ações Preferências Resgatáveis	
2012	4.448	-	-	6.886	-	-	11.334
2013	8.652	-	-	-	-	-	8.652
2014	5.263	-	87	-	-	-	5.350
2015	-	737	-	-	-	-	737
2016	-	-	-	-	-	-	-
2017	750	-	-	-	-	-	750
Total	19.113	737	87	6.886	-	-	26.823

NOTA 09 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Valor Justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	802	4	-	806
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	12.296	183	(55)	12.424
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	5.667	240	(1)	5.906
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	4.327	5	(15)	4.317
México	10	1	-	11
Dinamarca	1.949	-	-	1.949
Espanha	418	-	-	418
Coréia	295	-	-	295
Chile	992	4	(1)	995
Paraguai	358	-	(14)	344
Uruguai	268	-	-	268
Outros	37	-	-	37
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	23.174	1.699	(816)	24.057
Ações Negociáveis	3.458	698	(178)	3.978
Certificado de Recebíveis Imobiliários	7.806	707	(499)	8.014
Certificado de Depósito Bancário	274	-	-	274
Debêntures	7.165	139	(68)	7.236
Euro Bonds e Assemelhados	3.554	152	(68)	3.638
Notas Promissórias	646	-	-	646
Outros	271	3	(3)	271
TOTAL	46.266	2.131	(887)	47.510
Participação Itaúsa - 36,82%	17.036	785	(327)	17.494
Empresas Industriais	270	41	-	311
TOTAL	17.306	826	(327)	17.805

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/12/2011 eram: a) R\$ 2.208, b) R\$ 3.880, c) R\$ 12 e d) R\$ 2.355, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 813, b) R\$ 1.429, c) R\$ 5 e d) R\$ 867.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	756	14	-	770
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	9.949	130	-	10.079
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	4.584	181	(45)	4.720
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	4.736	4	(181)	4.559
Estados Unidos	679	-	-	679
Dinamarca	2.108	-	(92)	2.016
Espanha	777	-	(43)	734
Coréia	262	-	(26)	236
Chile	454	1	(2)	453
Paraguai	272	2	(18)	256
Uruguai	184	1	-	185
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	22.865	1.734	(188)	24.411
Ações Negociáveis	3.889	1.395	(160)	5.124
Certificado de Recebíveis Imobiliários	6.799	190	(14)	6.975
Certificado de Depósito Bancário	559	-	-	559
Debêntures	6.597	40	(3)	6.634
Euro Bonds e Assemelhados	3.745	109	(11)	3.843
Notas Promissórias	1.265	-	-	1.265
Outros	11	-	-	11
TOTAL	42.890	2.063	(414)	44.539
Participação Itaúsa - 36,57%	15.686	754	(151)	16.289
Empresas Industriais	525	(61)	51	514
TOTAL	16.211	693	(100)	16.803

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 3.396, b) R\$ 3.267, c) R\$ 13 e d) R\$ 2.149, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 1.780, b) R\$ 1.195, c) R\$ 5 e d) R\$ 786.

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a	01/01 a
	31/12/2011	31/12/2010
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ganhos	597	230
Perdas	(153)	(79)
Total	444	151
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	163	55
Total	163	55

O Custo Amortizado e o Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011		31/12/2010	
	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo
Circulante	13.239	13.904	18.424	19.566
Sem Vencimento	4.257	4.779	4.645	5.894
Até um ano	8.982	9.125	13.779	13.672
Não Circulante	33.027	33.606	24.466	24.973
De um a cinco anos	16.875	17.042	12.060	12.228
De cinco a dez anos	9.792	9.655	7.281	7.400
Após dez anos	6.360	6.909	5.125	5.345
Total	46.266	47.510	42.890	44.539
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	17.036	17.494	15.686	16.289
Empresas Industriais	270	311	525	514
TOTAL	17.306	17.805	16.211	16.803

Durante o exercício findo em 31/12/2011 e 2010 a ITAÚSA e suas controladas não reconheceram perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para Venda.

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011	31/12/2010
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	2.812	2.764
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1a)	196	226
Títulos Públicos - Outros Países	-	16
Títulos de Dívida de Empresas (1b)	97	164
Debêntures	30	30
Euro Bonds e Assemelhados	65	130
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2	4
Total	3.105	3.170
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	1.144	1.159
TOTAL	1.144	1.159

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/12/2011 eram: a) R\$ 189 e b) R\$ 41 (R\$ 268 em 31/12/2010), totalizando R\$ 230, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 70 e b) R\$ 15 (R\$ 98 em 31/12/2010), totalizando R\$ 85.

O resultado com os Ativos Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 360 (R\$ 456 em 31/12/2010) refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: R\$ 133 (R\$ 167).

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011	31/12/2010
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	120	284
Até um ano	120	284
Não Circulante	2.985	2.886
De um a cinco anos	242	344
De cinco a dez anos	1.077	77
Após dez anos	1.666	2.465
Total	3.105	3.170
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	1.144	1.159
TOTAL	1.144	1.159

Durante o período findo em 31/12/2011 e 2010 a ITAÚSA e suas controladas não reconheceram Perda por Redução ao Valor Recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

NOTA 11 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO- ITAÚ UNIBANCO HOLDING

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING		
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/12/2011	31/12/2010
Pessoas Físicas	148.127	124.787
Cartão de Crédito	38.961	33.041
Crédito Pessoal	35.253	23.528
Veículos	60.463	60.151
Crédito Imobiliário	13.450	8.067
Grandes Empresas	93.229	76.583
Micro/Pequenas e Médias Empresas	85.649	79.950
Unidades Externas América Latina	19.259	13.517
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	346.264	294.837
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(23.873)	(19.994)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	322.391	274.843
Participação Itaúsa	36,82%	36,57%
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	127.501	107.830
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.791)	(7.312)
Total Participação Itaúsa	118.710	100.518
Por setor do devedor	31/12/2011	31/12/2010
Setor Público	1.990	1.138
Indústria e Comércio	99.859	84.997
Serviços	70.642	60.295
Setor Primário	16.109	13.933
Outros Setores	1.497	2.185
Pessoa Física	156.167	132.289
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	346.264	294.837
Participação da Itaúsa	36,82%	36,57%
	127.501	107.830
Por vencimento	31/12/2011	31/12/2010
Vencidas a partir de 1 dia	5.479	4.472
A vencer até 3 meses	35.146	30.212
A vencer de 3 a 12 meses	31.460	28.291
A vencer acima de um ano	55.416	44.855
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	127.501	107.830
Por Concentração	31/12/2011	31/12/2010
Principal Devedor	858	592
10 Maiores Devedores	5.013	4.137
20 Maiores Devedores	7.955	6.698
50 Maiores Devedores	13.073	11.642
100 Maiores Devedores	17.778	15.708

O acréscimo do valor presente líquido das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva provisão para crédito de liquidação duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da receita de juros e rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 705 e R\$ 566 de receita de juros e rendimentos em 2011 e 2010, respectivamente, com igual impacto na despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa nos saldos da rubrica "Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil" são as seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING				
Composição de saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo Final
	31/12/2010	01/01 a 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Pessoas Físicas	10.619	(8.631)	11.641	13.629
Cartão de Crédito	3.306	(3.558)	4.077	3.825
Crédito Pessoal	3.492	(2.959)	4.810	5.343
Veículos	3.709	(2.041)	2.747	4.415
Crédito Imobiliário	112	(73)	7	46
Grandes Empresas	1.071	(294)	(19)	758
Micros/Pequenas e Médias	8.041	(7.001)	8.157	9.197
Unidades Externas e América Latina	263	(233)	259	289
Total	19.994	(16.159)	20.038	23.873
	36,57%			36,82%
Participação Itaúsa	7.312	(5.879)	7.358	8.791

A tabela abaixo apresenta a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

Por Setor do Devedor	31/12/2011	31/12/2010
Setor Público	1	16
Indústria e Comércio	6.266	5.658
Serviços	3.476	3.020
Setor Primário	273	318
Outros Setores	32	123
Pessoa Física	13.825	10.859
Total	23.873	19.994
	36,82%	36,57%
Participação Itaúsa	8.791	7.312

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (conforme descrito na nota explicativa 2.4.g. VIII).

Demonstramos a seguir a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011					
	Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PDD	Carteira	PDD	Carteira	PDD
I - Operações Avaliadas Individualmente						
Grandes Empresas (*)	1.033	430	92.196	328	93.229	758
II - Operações Avaliadas Coletivamente						
Pessoas Físicas	10.986	6.738	137.141	6.891	148.127	13.629
Cartão de Crédito	3.083	1.918	35.878	1.907	38.961	3.825
Crédito Pessoal	3.455	2.087	31.798	3.256	35.253	5.343
Veículos	4.329	2.707	56.134	1.708	60.463	4.415
Crédito Imobiliário	119	26	13.331	20	13.450	46
Micro / Pequenas e Médias Empresas	6.770	4.808	78.879	4.389	85.649	9.197
Unidades Externas América Latina	63	36	19.196	253	19.259	289
Total	18.852	12.012	327.412	11.861	346.264	23.873
Participação Itaúsa			36,82%			
	6.942	4.423	120.559	4.367	127.501	8.791

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010					
	Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PDD	Carteira	PDD	Carteira	PDD
I - Operações Avaliadas Individualmente						
Grandes Empresas (*)	884	394	75.699	677	76.583	1.071
II - Operações Avaliadas Coletivamente						
Pessoas Físicas	8.086	4.839	116.701	5.780	124.787	10.619
Cartão de Crédito	2.411	1.458	30.630	1.848	33.041	3.306
Crédito Pessoal	2.195	1.380	21.333	2.112	23.528	3.492
Veículos	3.315	1.938	56.836	1.771	60.151	3.709
Crédito Imobiliário	165	63	7.902	49	8.067	112
Micro / Pequenas e Médias Empresas	4.856	3.412	75.094	4.629	79.950	8.041
Unidades Externas América Latina	52	35	13.465	228	13.517	263
Total	13.878	8.680	280.959	11.314	294.837	19.994
Participação Itaúsa			36,57%			
	5.076	3.175	102.755	4.138	107.830	7.312

(*) Conforme detalhamento na nota 2.4.g. VIII, os créditos de grandes empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Conseqüentemente é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para grandes empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

Apresentamos abaixo a análise do Valor Presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por Vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	15.244	(1.172)	14.072
Até 1 ano	15.244	(1.172)	14.072
Não Circulante	18.133	(5.361)	12.772
Entre 1 e 5 anos	17.901	(5.310)	12.591
Acima de 5 anos	232	(51)	181
Total	33.377	(6.533)	26.844
		36,82%	
Participação Itaúsa	12.290	(2.406)	9.884

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	19.462	(2.047)	17.415
Até 1 ano	19.462	(2.047)	17.415
Não Circulante	29.611	(8.879)	20.732
Entre 1 e 5 anos	28.793	(8.693)	20.100
Acima de 5 anos	818	(186)	632
Total	49.073	(10.926)	38.147
		36,57%	
Participação Itaúsa	17.947	(3.996)	13.951

Os valores da Provisão para Créditos e Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 744 em 31/12/2011 e R\$ 1.006 em 31/12/2010, já considerada a participação da Itaúsa.

NOTA 12 – COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ENTIDADE ARRENDATÁRIA**a) Arrendamento Mercantil Financeiro**

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 125 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 77 em 31 de dezembro de 2010).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011	31/12/2010
Circulante	220	129
Até 1 ano	220	129
Não Circulante	120	83
De 1 a 5 Anos	120	83
Total de Pagamentos Mínimos Futuros	340	212
Juros Futuro	1	2
Valor Presente	339	210
	36,82%	36,57%
Participação Itaúsa	125	77

b) Arrendamento Mercantil Operacional

A ITAÚSA por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis, segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano, eram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011	31/12/2010
Circulante	882	823
Até 1 ano	882	823
Não Circulante	3.132	3.311
De 1 a 5 anos	2.537	2.571
Mais de 5 anos	595	740
Total de Pagamento Mínimos Futuros	4.014	4.134
	36,82%	36,57%
Participação Itaúsa	1.478	1.512

NOTA 13 - ESTOQUES - ÁREA INDUSTRIAL

	31/12/2011	31/12/2010
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	397	307
Produtos Acabados	259	245
Produtos em elaboração	74	81
Almoxarifado Geral	77	62
Adiantamento a Fornecedores	20	16
Provisão para perdas nos estoques	(58)	(50)
Outros	2	2
Total	771	663

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as controladas da ITAÚSA CONSOLIDADO não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 14 - INVESTIMENTOS

I) Participação em Controladas e Controladas em Conjunto - ITAÚSA

O quadro abaixo demonstra a participação da ITAÚSA em entidades controladas e controladas em conjunto, que são consolidadas nessas Demonstrações Contábeis:

E m p r e s a s	Saldos em 31/12/2010	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos / A Receber (1)		Resultado de Participação em Controladas	Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	Ajustes Acumulados de Conversão	Outorga de Opções Reconhecidas	Hedge de Fluxo de Caixa	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido	Saldos em 31/12/2011	Valor de Mercado (2)
Itaú Unibanco Holding S.A.	12.910	(1.269)	3.223	60	(105)	50	-	(59)	-	14.810	-
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	10.521	(139)	1.563	53	(93)	43	-	(52)	-	11.896	-
Duratex S.A.	1.212	(49)	132	2	-	2	-	-	-	1.299	1.719
Elekeiroz S.A.	460	(4)	14	-	-	-	-	-	(10)	460	289
Itautec S.A.	387	(11)	25	-	(7)	-	-	-	(6)	388	307
Itaúsa Empreendimentos S.A.	97	-	3	-	-	-	-	-	-	100	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	38	-	5	-	-	-	-	-	-	43	-
TOTAL GERAL	25.625	(1.472)	4.965	115	(205)	95	(16)	(111)	(16)	28.996	

(1) Em outros ativos, estão registrados dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

(2) Valor justo dos investimentos em coligadas e controladas com base nas cotações de ações das empresas.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de propriedade da ITAUSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital Votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Itaú Unibanco Holding S.A.	45.000	75.336	14.610	885.142.980	77.193	36,82%	64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	6.000	17.880	2.348	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Duratex S.A.	1.550	3.693	375	194.070.169	-	35,40%	35,40%
Elekeiroz S.A.	320	477	15	14.261.761	16.117.360	96,49%	98,23%
Itautec S.A.	280	538	44	10.953.371	-	94,01%	94,01%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	48	100	3	752.189	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	66	44	-	35.000.000	-	100,00%	100,00%

II - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS - ITAUSA CONSOLIDADO

a) Composição

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	% de participação em						
	31/12/2011			31/12/2010			
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a)	42,93	42,93	2.681	415	2.014	144	2.094
Banco BPI S.A. (b) (c)	19,01	19,01	1.151	(1.880)	219	(343)	219
Serasa S.A. (d)	16,14	16,14	1.119	310	273	102	-
Outros (e)	-	-	-	-	38	(16)	-
Total - Itaú Unibanco Participação Itaúsa	-	-	-	-	2.544	(113)	-
						36,82%	
Outros Investimentos (c)					937	(42)	-
Total					938	(152)	-
						36,57%	
					1.078	128	-
					1	33	-
					1.079	161	-

(a) Para fins de mercado foi considerada a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 862 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 887 em 31 de dezembro de 2010), que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento, que refletem no consolidado ITAUSA, proporcionalmente: R\$ 317 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 328 em 31 de dezembro de 2010.

(b) Em 31/12/2011 foi reconhecida uma redução ao valor recuperável deste investimento de R\$ 277, que refletidos no consolidado da ITAUSA proporcionalmente: R\$ 102;

(c) Investimento tratado por equivalência patrimonial em função da influência significativa exercida pelos membros da administração na gestão dos negócios;

(d) Investimentos detido indiretamente pelo Itaú Unibanco Holding em função da sua participação de 66% da controlada BIU Participações S.A. que detêm 24% no capital votante da Serasa S.A.;

(e) Em 31/12/2011, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Processamento S.A. (26,88% capital total e votante); Latosol Empreendimentos e Participações Ltda. (32,11% capital total e votante); RedeBanc SRL (20,00% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (24,81% capital total e capital votante).

b) Outras informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

ITAUSA CONSOLIDADO	31/12/2011	31/12/2010
Total de ativos (*)	107.783	107.250
Total de passivos (*)	102.831	100.114
Total de receitas (*)	8.739	8.275
Total de despesas (*)	(9.894)	(7.065)

(*) Representado substancialmente pelo Banco BPI S.A., no montante de R\$ 103.696 em 31 de dezembro de 2011, de R\$ 103.472 em 31 de dezembro de 2010, referente a Ativos, de R\$ 102.544 em 31 de dezembro de 2011, de R\$ 99.883 em 31 de dezembro de 2010, referente a Passivos, de R\$ 7.081 em 31 de dezembro de 2011 e de R\$ 6.428 em 31 de dezembro de 2010, referente a Receitas e de R\$ 8.961 em 31 de dezembro de 2011 e de R\$ 5.986 em 31 de dezembro de 2010, referente a Despesas.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais a Itaúsa Consolidado esteja significativamente exposta.

ITAUSA	31/12/2011	31/12/2010
Total de ativos	846.083	751.816
Total de passivos	748.016	664.257
Total de receitas	142.552	115.677
Total de despesas	(125.158)	(100.608)

NOTA 15 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO (1)	Taxas anuais de depreciação (%)		Saldo em 31/12/2010		Movimentações				Saldo em 31/12/2011		
			Custo	Depreciação Acumulada	Aquisições	Despesa Depreciação		Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
						Baixas	Outras				
IMÓVEIS DE USO (2)	-	-	2.990	(1.025)	252	(58)	(152)	13	3.152	(1.133)	2.019
Terrenos	-	-	997	-	89	(18)	-	(12)	1.056	-	1.056
Edificações	4		1.587	(848)	79	(39)	(63)	13	1.638	(909)	729
Benfeitorias	10		406	(177)	84	(1)	(89)	12	458	(224)	234
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	-	-	5.689	(3.037)	1.034	(37)	(527)	(196)	6.153	(3.087)	3.066
Instalações de Uso	5 a 20		671	(417)	67	(1)	(43)	46	773	(450)	323
Móveis e Equipamentos de Uso	10 a 20		2.721	(1.022)	165	(10)	(194)	(19)	2.807	(1.166)	1.641
Sistema Processamento de Dados (3)	20 a 50		1.783	(1.392)	349	(22)	(253)	10	1.868	(1.253)	615
Outros (Comunicação, Seg., Transp.)	4 a 20		514	(206)	453	(4)	(37)	(233)	705	(218)	487
TOTAL IMOBILIZADO			8.679	(4.062)	1.286	(95)	(679)	(183)	9.305	(4.220)	5.085

(1) Há compromisso contratual para compra de Imobilizado no montante de R\$ 61;

(2) Inclui o valor de R\$ 1 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 48, sendo de Imóveis de Uso R\$ 21, Benfeitorias R\$ 19 e Equipamentos R\$ 9;

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas Demonstrações Contábeis.

NOTA 16 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de sua controlada Duraflora S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de auto suficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2011 possuía aproximadamente 138 mil hectares em áreas de efetivo plantio (136 mil hectares em 31/12/2010) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até dois anos de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), baseado na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010
Custo de formação dos ativos biológicos	519	471
Diferencial entre o custo e o valor justo	575	559
Valor justo dos ativos biológicos	1.094	1.030

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo inicial	1.030	870
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	154	184
Exaustão	(138)	(132)
Variação do Valor Histórico		
Formação	98	86
Exaustão	(57)	(36)
Aquisição	7	58
Saldo final	1.094	1.030
	31/12/2011	31/12/2010
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	16	52
Variação do Valor Justo	154	184
Exaustão do Valor Justo	(138)	(132)

A elevação do saldo é decorrente do aumento das áreas plantadas para suportar a expansão das operações da companhia.

O ajuste na variação do valor justo é decorrente dos maiores preços a valor presente da madeira em pé, bem como de sua maior produtividade.

NOTA 17 - ATIVOS INTANGÍVEIS - ITAÚSA CONSOLIDADO (*)

INTANGÍVEL	31/12/2010			Movimentações					31/12/2011			
	Taxas anuais de amortização (%)	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa de Amortização	Redução ao Valor Recuperável (1)	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento	0%	889	(473)	416	135	(41)	(222)	(9)	(2)	607	(330)	277
Ágio sobre ações adquiridas do Itaú Unibanco Holding (Nota 27)		832	-	832	45	-	-	-	(877)	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	0%	1.860	(417)	1.443	1.130	(14)	(359)	(2)	537	3.408	(673)	2.735
Associação Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	0%	543	(21)	522	117	(10)	(42)	(2)	(111)	516	(41)	475
Gastos com Aquisição de Software	20%	557	(321)	236	366	(1)	(88)	-	16	859	(330)	529
Marcas e Patentes	0 a 50%	2	-	2	1	-	(8)	-	82	85	(8)	77
Ágio por Rentabilidade Futura	0%	210	-	210	477	-	-	-	-	687	-	687
Carteira de Clientes	6 a 50%	329	(29)	300	55	-	(196)	-	633	1.016	(224)	792
Outros Ativos Intangíveis	10 a 20%	219	(46)	173	114	(3)	(25)	-	(83)	245	(70)	175
INTANGÍVEL		3.581	(890)	2.691	1.310	(55)	(581)	(11)	(342)	4.015	(1.003)	3.012

(1) Nota 2.4.;

(2) O prazo de amortização é de acordo com o prazo do contrato.

(*) Na ITAÚSA o total de intangíveis refere-se ao ágio sobre ações de emissão do Itaú Unibanco Holding adquiridas após a data de transição, conforme apresentado na Nota 27.

NOTA 18 - DEPÓSITOS

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

Depósitos e Captações de Clientes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	130.523	83.181	213.704	114.017	63.134	177.151
Depósitos a Prazo	61.560	82.909	144.469	53.522	62.894	116.416
Depósitos Interfinanceiros	1.793	272	2.065	1.689	240	1.929
Depósitos para Investimento	-	-	-	906	-	906
Depósitos de Poupança	67.170	-	67.170	57.900	-	57.900
Depósitos não Remunerados	28.932	-	28.932	25.537	-	25.537
Depósitos a Vista	28.932	-	28.932	25.349	-	25.349
Outros Depósitos	-	-	-	188	-	188
Total	159.455	83.181	242.636	139.554	63.134	202.688
		36,82%			36,57%	
Participação Itaúsa	58.714	30.629	89.343	51.039	23.090	74.129
Eliminações	(17)	-	(17)	-	-	-
TOTAL	58.697	30.629	89.326	51.039	23.090	74.129

NOTA 19 - PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

ITAU UNIBANCO HOLDING	31/12/2011	31/12/2010
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Notas Estruturadas	2.815	1.335
Total	2.815	1.335
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	1.037	488
TOTAL	1.037	488

O valor da variação dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R\$ 545 em 31/12/2011 (R\$ 246 em 31/12/2010).

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/12/2011 e 31/12/2010.

O saldo é composto por ações no montante de R\$ 613 (R\$ 339 em 31/12/2010) e títulos de dívida no montante de R\$ 423 (R\$ 149 em 31/12/2010). No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O custo ou custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação são os seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante	1.803	658
Até um ano	1.803	658
Não Circulante	1.012	677
De um a cinco anos	909	632
De cinco a dez anos	89	32
Após dez anos	14	13
Total	2.815	1.335
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	1.037	488
TOTAL	1.037	488

Durante o exercício findo em 31/12/2011 e 31/12/2010 não reconhecemos perda por redução ao valor recuperável para os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação .

NOTA 20 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	78.408	107.005	185.413	122.445	77.212	199.657
Interbancários	47.265	43.233	90.498	32.551	30.048	62.599
Letras Hipotecárias	37	207	244	48	254	302
Letras de Crédito Imobiliário	14.470	1.281	15.751	8.259	477	8.736
Letras de Crédito do Agronegócio	1.422	1.862	3.284	2.660	114	2.774
Letras Financeiras	2.544	11.764	14.308	-	2.466	2.466
Financiamento à Importação e à Exportação	17.755	3.697	21.452	11.815	3.640	15.455
Repasses no país	11.037	24.422	35.459	9.769	21.920	31.689
Outros	-	-	-	-	1.177	1.177
Participação Itaúsa		36,82%			36,57%	
Mercado Aberto	28.871	39.401	68.273	44.782	28.239	73.020
Mercados Interbancários	17.404	15.919	33.323	11.905	10.989	22.894

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.) com base em 31/12/2011:

	No país	No Exterior
Mercado Aberto	50% CDI a 16,68%	0,37% a 5,28%
Letras Hipotecárias	-	2,70% a 7,50%
Letras de Crédito Imobiliário	82% a 100,00% CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 112,75% CDI	-
Letra de Crédito do Agronegócio	20% a 95% CDI	-
Financiamento à Importação e a Exportação	0,20% a 105,25% CDI	0,86% a 11,75%
Repasses no país	0,50% a 10,50% TJLP	-

Em "Mercado Aberto", apresentamos os passivos em transações nas quais a ITAÚSA CONSOLIDADO vende à vista, para clientes, títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pela ITAÚSA CONSOLIDADO. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 50% CDI a 16,68%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

b) Pela Controladora

Em 01/06/2010 a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,5% do CDI, com amortização em três parcelas anuais e sucessivas, em junho de 2011, 2012 e 2013, podendo a Itaúsa, a seu critério, antecipar estes resgates. Em junho de 2011 a Itaúsa efetuou o pagamento no valor de R\$ 416, referente amortização da primeira parcela.

c) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida subordinada	10.719	28.996	39.715	979	33.508	34.487
Obrigações por Emissão de Debêntures	1.039	-	1.039	293	1.091	1.384
Obrigações por TVM no Exterior	8.143	5.910	14.053	2.659	5.983	8.642
Total	19.901	34.906	54.807	3.931	40.582	44.513
		36,82%			36,57%	
Participação Itaúsa	7.328	12.853	20.180	1.438	14.842	16.280
Debêntures Itaúsa	401	350	751	365	700	1.065
Total	7.729	13.203	20.931	1.803	15.542	17.345

Na tabela a seguir, apresentamos a taxa de juros em cada uma das operações (a.a) com base em 31/12/2011:

	No País	No Exterior
Dívida subordinada	CDI + 0,35% a IPCA + 7,80%	3,04% a 6,20%
Obrigações por emissão de debêntures	CDI + 0,35	-
Obrigações por TVM no exterior	1,40% a 9,50%	1,52% a 11,00%

NOTA 21 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

a) Outros Ativos

	31/12/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros (1)	10.763	4.162	14.925	12.296	3.535	15.831
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	6.745	-	6.745	6.606	-	6.606
Operações de Seguros e Resseguros	1.322	-	1.322	1.131	-	1.131
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 31)	957	3.915	4.872	661	3.477	4.138
Depósitos em Garantia de Captações de Recursos Externos	221	-	221	686	-	686
Negociação e Intermediação de Valores	593	-	593	1.953	-	1.953
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 31)	236	-	236	601	51	652
Serviços Prestados a Receber	463	-	463	417	-	417
Valores a Receber do FCVS (Fundo para Compensação de Variações Salariais) (2)	-	247	247	211	-	211
Carteira de Câmbio	99	-	99	-	-	-
Operações sem Características de Concessão de Crédito	127	-	127	29	7	36
Não Financeiros	3.522	547	4.069	1.878	360	2.238
Despesas Antecipadas	868	547	1.415	408	360	768
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 28(b) e (c))	735	-	735	701	-	701
Diversos no País	1.611	-	1.611	597	-	597
Diversos no Exterior	41	-	41	71	-	71
Outros	267	-	267	101	-	101

(1) Neste período não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado através da Resolução nº 25, de 16.6.67, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Mar/1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros passivos

	31/12/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	16.202	44	16.246	14.951	48	14.999
Operações com Cartões de Crédito	15.169	-	15.169	13.637	8	13.645
Carteira de Câmbio	-	-	-	117	-	117
Negociação e Intermediação de Valores	922	-	922	1.133	-	1.133
Obrigações Leasing Financeiro	81	44	125	47	30	77
Recursos de Consorciados	30	-	30	17	10	27
Não Financeiros	10.015	252	10.267	8.441	91	8.532
Obrigações Empresas Industriais	2.498	-	2.498	2.056	-	2.056
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	320	-	320	256	-	256
Credores Diversos - País e Exterior	754	-	754	674	-	674
Recursos em Trânsito	1.420	-	1.420	803	-	803
Provisão para Pagamentos Diversos	768	210	978	796	83	879
Sociais e Estatutárias	1.488	31	1.519	1.465	9	1.474
Relativas a Operações de Seguros	341	-	341	291	-	291
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamentos	555	-	555	475	-	475
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 28 b e d)	127	11	138	84	-	84
Provisão de Pessoal	568	-	568	497	-	497
Provisão para Seguro Saúde	229	-	229	222	-	222
Rendas Antecipadas	266	-	266	170	-	170
Outros	681	-	681	651	-	651

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

Em Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 29/04/2011, foi aprovada a seguinte proposta do Conselho de Administração:

- Aumento do capital social no montante de R\$ 412, mediante emissão de 41.200.000 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 15.830.895 ordinárias e 25.369.105 preferenciais, com integralização em dinheiro ou em créditos originários de dividendos ou Juros sobre Capital Próprio.

Em decorrência do item precedente, a Assembléia Geral Extraordinária de 30/06/2011 homologou a elevação do Capital Social para R\$ 13.678, representado por 4.415.481.589 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.696.626.868 ordinárias e 2.718.854.721 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 10,00 por lote de mil ações, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no início do exercício de 2010 e em 31 de dezembro de 2011:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266
Residentes no País	1.680.546.641	1.746.312.444	3.426.859.085	10.393
Residentes no Exterior	249.332	947.173.172	947.422.504	2.873
(-) Ações em Tesouraria em 01/01/2010 (*)	-	(1.382.038)	(1.382.038)	(15)
Cancelamento de Ações (AGE de 30/04/2010)	-	1.382.038	1.382.038	15
Ações em Tesouraria em 31/12/2010 (*)	-	-	-	-
Em Circulação em 31/12/2010	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266
Residentes no País	1.680.546.641	1.746.312.444	3.426.859.085	10.393
Residentes no Exterior	249.332	947.173.172	947.422.504	2.873
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01/2011 a 31/12/2011	15.830.895	25.369.105	41.200.000	412
Aumento de Capital	15.830.895	25.369.105	41.200.000	412
(-) Ações em Tesouraria em 31/12/2011 (*)	-	(8.700.000)	(8.700.000)	-
Aquisição de Ações	-	(8.700.000)	(8.700.000)	-
Em Circulação em 31/12/2011	1.696.626.868	2.710.154.721	4.406.781.589	13.678
Residentes no País	1.696.361.573	1.811.897.595	3.508.259.168	10.895
Residentes no Exterior	265.295	898.257.126	898.522.421	2.783

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,014 por ação. O valor por ação foi mantido conforme deliberado na AGO/E de 10/11/2008.

Adicionalmente, foram declarados após 31/12/2011 juros sobre o capital próprio, segregado no patrimônio líquido em reservas especiais de lucros no montante de R\$ 551 – R\$ 0,1250 por ação, que líquido do imposto de renda na fonte totaliza R\$ 468.

I. Cálculo*(Em milhões de Reais)*

	31/12/2011		31/12/2010	
Lucro Líquido	4.837		4.417	(1)
(-) Reserva Legal	(242)		(221)	
Base de Cálculo do Dividendo	4.595		4.196	
Dividendo Mínimo Obrigatório	1.149	25,00%	1.049	25,00%
Declarados após 31/12/2011 e 2010	468		378	
Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio Proposto	1.617	35,18%	1.427	34,01%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos / Antecipados	467	(51)	416
Dividendos	123	-	123
1 parcela trimestral de R\$ 0,014 por ação paga em 01/07/2011	61	-	61
1 parcela trimestral de R\$ 0,014 por ação paga em 03/10/2011	62	-	62
Juros sobre o Capital Próprio	344	(51)	293
1 parcela de R\$ 0,078 por ação pago em 22/08/2011	344	(51)	293
Provisionados	841	(108)	733
Dividendos	124	-	124
1 parcela trimestral de R\$ 0,014 por ação paga em 02/01/2012	62	-	62
1 parcela trimestral de R\$ 0,014 por ação a ser paga em 02/04/2012	62	-	62
Juros sobre o Capital Próprio	717	(108)	609
1 parcela de R\$ 0,140 por ação a ser pago em 13/03/2012	617	(93)	524
1 parcela de R\$ 0,01288 por ação a ser pago em 13/03/2012	57	(9)	48
1 parcela de R\$ 0,00982 por ação a ser pago em 08/06/2012	43	(6)	37
JCP declarado em 28/02/2012	551	(83)	468
1 parcela de R\$ 0,1250 por ação a ser pago em 08/06/2012	551	(83)	468
Total em 31/12/2011 - R\$ 0,3669 líquido por ação (1)	1.859	(242)	1.617
Total em 31/12/2010 - R\$ 0,3262 líquido por ação (1)	1.635	(208)	1.427

(1) Considera os valores declarados após as respectivas datas base.

c) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;

- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e

- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	31/12/2011	31/12/2010
RESERVAS DE LUCROS	15.268	11.406
Legal	2.019	1.777
Estatutárias	13.249	9.629
Equalização de Dividendos	4.501	3.539
Reforço do Capital de Giro	4.313	3.053
Aumento de Capital de Empresas Participadas	4.435	3.037
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	551	445
Outras Reservas	264	1.181
Total das Reservas na Controladora	16.083	13.032

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais da ITAÚSA CONSOLIDADO.

NOTA 23 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Itaú Unibanco Holding

I – Objetivo e Diretrizes do Plano

O Grupo dispõe de plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Esse plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, por meio da outorga de opções de ações simples ou bonificadas, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações obtidas pelos acionistas na data do balanço de encerramento do exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, do tipo de opção, o prazo de vigência das séries, podendo variar entre o mínimo de 5 anos e o máximo de 10 anos o “período de carência” para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar desse programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas e funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste PLANO somente entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

II – Características dos Programas

II.1 – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco dispunham, antes da associação, Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa eram outorgados opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anteriores à data de emissão das opções, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar. Não são mais outorgadas opções nesse modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA nos três últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado ainda o ajuste de até 20% para mais ou para menos. O preço de exercício é ajustado pelo IGPM ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

II. II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e ou o direito de receber ações (“Instrumentos Baseados em Ações”). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidos pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas a variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseados em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento, após o respectivo período de carência, sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseado em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem à fixação do referido preço.

As ações recebidas ao final do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

A média ponderada do valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações na data da concessão foi estimada para as ações adquiridas no exercício findo em 31/12/2011 – R\$ 37,00 por ação (R\$ 39,90 por ação em 31/12/2010).

O valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações é o preço de mercado cotado na data de concessão para as ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding, menos o preço a vista pago pelos beneficiários. O valor recebido na compra de Instrumentos Baseados em Ações foi de R\$ 48 em 2011 (R\$ 62 em 2010).

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga	Carência	Prazo	Preço	Opções Exercidas		Quantidade de Ações					
				de Exercício	Preço de Exercício	Valor de Mercado	Saldo Anterior	Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito (*) / Canceladas	Saldo a Exercer
Nº	Data	até	Atualizado (R\$1)	Médio Ponderado	Médio Ponderado	31/12/2010					em 31/12/2011
Opções Simples											
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	13,46	13,23	35,17	712.942	-	712.942	-	-
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	12.650	-	12.650	-	-
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,94	18,39	34,88	2.877.600	-	1.912.825	27.500	937.275
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,94	18,39	34,88	27.500	-	27.500	-	-
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,94	-	-	11.357	-	-	-	11.357
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	16.389	-	16.389	-	-
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	35,34	-	-	75.901	-	-	75.901	-
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	35,31	-	-	29.518	-	-	29.518	-
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	28,49	28,45	36,48	52.710	-	52.710	-	-
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	21,77	21,30	38,45	12.650	-	12.650	-	-
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	28,18	27,30	36,42	8.025.250	-	1.110.385	60.500	6.854.365
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	28,18	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	32,05	-	-	874.167	-	-	-	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	36,85	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	36,80	-	-	29.518	-	-	-	29.518
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	45,79	-	-	25.301	-	-	-	25.301
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	29,21	-	-	52.707	-	-	-	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	32,34	-	-	21.083	-	-	-	21.083
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,89	34,82	36,93	8.546.975	-	507.375	306.625	7.732.975
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,89	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	35,89	-	-	45.954	-	-	-	45.954
Total de Opções a Exercer					21,84	35,62	21.572.589	-	4.365.426	500.044	16.707.119
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	36,85	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	36,80	-	-	29.514	-	-	-	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	45,79	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	37,02	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,37	-	-	10.846.487	-	-	1.580.421	9.266.066
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,37	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	41,37	-	-	45.954	-	-	-	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	45,79	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,06	26,97	33,88	15.067.330	-	804.770	147.620	14.114.940
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,06	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,95	-	-	6.126.609	-	-	74.386	6.052.223
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,95	-	-	1.206.340	-	-	42.421	1.163.919
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	42,93	-	-	-	-	9.863.110	93.678	9.769.432
Total de Opções em Aberto					26,97	33,88	33.544.865	9.863.110	804.770	1.938.526	40.664.679
Total de Opções Simples					22,64	35,35	55.117.454	9.863.110	5.170.196	2.438.570	57.371.798
Opções dos Sócios											
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	37,22	416.487	-	376.581	-	39.906
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	28,83	490.624	-	431.185	12.729	46.710
Total de Opções a Exercer						37,22	907.111	-	807.766	12.729	86.616
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	740.362	-	-	21.339	719.023
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	329.181	-	-	19.673	309.508
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	415.930	-	-	27.498	388.432
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	376.916	-	-	37.284	339.632
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	359.991	-	-	30.280	329.711
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	490.126	-	-	40.684	449.442
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.940.987	-	-	78.578	1.862.409
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	-	1.585.541	-	26.957	1.558.584
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	739.608	-	-	35.004	704.604
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
14ª	04/11/2011	18/08/2014	-	-	-	-	-	509	-	-	509
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	-	706.397	-	-	706.397
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	376.876	-	-	37.953	338.923
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	359.962	-	-	30.810	329.152
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.940.951	-	-	82.433	1.858.518
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	-	1.585.497	-	28.282	1.557.215
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	-	706.338	-	-	706.338
14ª	04/11/2011	18/08/2016	-	-	-	-	-	508	-	-	508
Total de Opções em Aberto							8.298.684	4.584.790	-	496.775	12.386.699
Total Opções dos Sócios						37,22	9.205.795	4.584.790	807.766	509.504	12.473.315
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					22,84	32,92	64.323.249	14.447.900	5.977.962	2.948.074	69.845.113

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação do Plano

Nº	Outorga	Carência	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Saldo Anterior 01/01/2010	Quantidade de Ações			Saldo a Exercer em 31/12/2010	
					Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado		Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito (*) / Canceladas		
Opções Simples												
09ª	10/03/2003	31/12/2007	31/12/2010	-	7,85	38,55	570.500	-	570.500	-	-	
09ª	02/05/2005	31/12/2007	31/12/2010	-	7,85	38,55	6.187	-	6.187	-	-	
16ª	02/09/2003	02/09/2008	25/02/2010	-	7,77	36,03	38.263	-	38.263	-	-	
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	12,70	12,15	39,34	1.886.792	-	1.173.850	-	712.942	
24ª	19/07/2004	13/01/2009	05/05/2010	-	12,58	39,59	29.516	-	29.516	-	-	
25ª	04/08/2004	13/01/2009	05/05/2010	-	6,76	39,65	329.506	-	329.506	-	-	
27ª	01/02/2005	01/02/2009	05/05/2010	-	15,76	36,97	206.342	-	206.342	-	-	
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,38	-	-	12.650	-	-	-	12.650	
30ª	04/07/2006	04/07/2009	03/07/2010	-	26,73	32,50	52.710	-	52.710	-	-	
33ª	30/08/2006	30/08/2009	29/08/2010	-	29,62	38,45	21.084	-	21.084	-	-	
29ª	19/09/2005	19/09/2009	18/09/2010	-	20,14	38,33	12.650	-	12.650	-	-	
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	17,88	16,69	39,49	7.082.200	-	4.204.600	-	2.877.600	
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	17,88	-	-	27.500	-	-	-	27.500	
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	17,88	-	-	11.357	-	-	-	11.357	
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,38	15,76	36,97	1.068.901	-	999.802	52.710	16.389	
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	34,60	-	-	75.901	-	-	-	75.901	
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	34,56	-	-	29.518	-	-	-	29.518	
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	27,42	-	-	52.710	-	-	-	52.710	
33ª	30/08/2006	30/08/2010	29/08/2011	-	29,62	38,45	21.084	-	21.084	-	-	
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	20,78	20,14	38,33	25.300	-	12.650	-	12.650	
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	26,60	25,68	39,83	9.579.384	-	1.554.134	-	8.025.250	
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	26,60	-	-	15.867	-	-	-	15.867	
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	30,25	-	-	874.167	-	-	-	874.167	
Total de Opções a Exercíveis					16,67	39,08	22.030.089	-	9.232.878	52.710	12.744.501	
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	34,60	-	-	75.901	-	-	-	75.901	
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	34,56	-	-	29.518	-	-	-	29.518	
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	42,99	-	-	25.301	-	-	-	25.301	
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	27,42	-	-	52.707	-	-	-	52.707	
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	30,37	-	-	21.083	-	-	-	21.083	
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	33,87	31,99	38,98	10.220.925	-	1.660.200	13.750	8.546.975	
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	33,87	-	-	30.649	-	-	-	30.649	
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	33,87	-	-	45.954	-	-	-	45.954	
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	34,60	-	-	75.901	-	-	-	75.901	
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	34,56	-	-	29.514	-	-	-	29.514	
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	42,99	-	-	25.300	-	-	-	25.300	
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	34,94	-	-	29.551	-	-	-	29.551	
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	39,05	38,12	41,31	11.485.485	-	612.599	26.399	10.846.487	
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	39,05	-	-	20.625	-	-	-	20.625	
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	39,05	-	-	45.954	-	-	-	45.954	
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	42,99	-	-	25.300	-	-	-	25.300	
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	25,54	24,80	40,27	16.829.780	-	1.533.100	229.350	15.067.330	
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	25,54	-	-	45.954	-	-	-	45.954	
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	41,48	-	-	-	6.258.877	-	132.268	6.126.609	
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	41,48	-	-	-	1.290.289	-	83.949	1.206.340	
Total de Opções no Período de Carência					30,08	39,87	39.115.402	7.549.166	3.805.899	485.716	42.372.953	
Total de Opções Simples							61.145.491	7.549.166	13.038.777	538.426	55.117.454	
Preço Médio Ponderado - Opções Simples					20,59	39,31	25,46	41,48		31,92	31,38	
Opções Bonificadas												
01ª	03/09/2007	03/09/2010	-	-	-	37,85	342.502	-	340.340	2.162	-	
03ª	29/02/2008	03/09/2010	-	-	-	-	33.474	-	-	33.474	-	
Total de Opções a Exercer						37,85	375.976	-	340.340	35.636	-	
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	-	423.212	-	-	6.725	416.487	
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	502.189	-	-	11.565	490.624	
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	769.830	-	-	29.468	740.362	
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446	
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	342.479	-	-	13.298	329.181	
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474	
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	423.190	-	-	7.260	415.930	
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	-	384.961	-	8.045	376.916	
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	-	359.991	-	-	359.991	
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	-	17.717	-	-	17.717	
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	502.164	-	-	12.038	490.126	
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	-	1.940.987	-	-	1.940.987	
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	769.807	-	-	30.199	739.608	
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445	
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	-	384.920	-	8.044	376.876	
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	-	359.962	-	-	359.962	
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	-	17.712	-	-	17.712	
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	-	1.940.951	-	-	1.940.951	
Total de Opções em Aberto							3.925.236	5.407.201	-	126.642	9.205.795	
Total Opções Bonificadas						37,85	4.301.212	5.407.201	340.340	162.278	9.205.795	
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/BONIFICADAS					20,59	39,28	65.446.703	12.956.367	13.379.117	700.704	64.323.249	

(*) Refere - se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação dos Instrumentos Baseados em Ações

Nº	Período de Carência		Saldo	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em
			Anterior 31/12/2010				31/12/2011
1ª	17/08/2010	16/08/2011	114.980	-	110.598	4.382	-
1ª	17/08/2010	16/08/2012	114.969	-	-	4.381	110.588
1ª	17/08/2010	16/08/2013	114.958	-	-	4.381	110.577
1ª	30/08/2010	16/08/2011	10.221	-	10.221	-	-
1ª	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	-	-	10.216
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2011	3.972	-	3.972	-	-
1ª	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	-	-	3.971
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2011	424.172	-	424.172	-	-
2ª	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	-	-	424.163
2ª	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	-	424.154
3ª	28/02/2011	27/02/2011	-	444.040	-	-	444.040
3ª	28/02/2011	27/02/2012	-	444.030	-	-	444.030
3ª	28/02/2011	27/02/2013	-	444.020	-	-	444.020
Total			1.659.958	1.332.090	548.963	13.144	2.429.941

Nº	Período de Carência		Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em
						31/12/2010
1ª	17/08/2010	16/08/2011	123.231	-	8.251	114.980
1ª	17/08/2010	16/08/2012	123.220	-	8.251	114.969
1ª	17/08/2010	16/08/2013	123.209	-	8.251	114.958
1ª	30/08/2010	16/08/2011	10.221	-	-	10.221
1ª	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	-	10.216
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2011	3.972	-	-	3.972
1ª	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	-	3.971
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2011	424.172	-	-	424.172
2ª	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	-	424.163
2ª	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	424.154
Total			1.684.711	-	24.753	1.659.958

II.III - Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções utilizando o modelo Binomial para as opções simples e Black&Scholes para as opções dos sócios. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do Itaú Unibanco Holding (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BOVESPA na data base de cálculo.

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4.

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção.

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga		Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Nº	Data							
Opções Simples								
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	37,26	11,02	2,97%	5,80%	30,53%
Opções Bonificadas (*)								
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	37,00	33,85	2,97%	-	-
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	37,00	31,83	2,97%	-	-
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	26,65	24,39	2,97%	-	-
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	26,65	22,98	2,97%	-	-
14ª	04/11/2011	18/08/2014	-	32,62	30,04	2,97%	-	-
14ª	04/11/2011	18/08/2016	-	32,62	28,30	2,97%	-	-

(*) O valor justo das opções bonificadas é mensurado com referência ao valor justo da ação do Itaú Unibanco na data das outorgas.

II.IV - Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência, pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado foi de R\$ 60 (R\$ 48 de 01/01 a 31/12/2010), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido do Itaú Unibanco Holding o efeito foi de:

	31/12/2011	31/12/2010
Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	353	406
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(268)	(403)
Efeito na Venda (*)	85	3

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

b) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo comitê de pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só há outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da

Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data Vencto.	Prazo para Exercício	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência					Demais Períodos	
					dez/10	dez/11			2007	2008	2009	2010	dez/11		
30/03/2006	2.659.180	01/07/2007	até 31/12/2016	11,16	40.714	48.856	11,42	1	1	-	-	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.050	01/07/2008	até 31/12/2017	11,82	2.112.699	2.535.227	10,36	25	16	9	-	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.901	01/07/2009	até 31/12/2018	15,34	2.443.506	2.932.193	8,47	19	-	12	7	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.951	01/07/2012	até 31/12/2017	9,86	1.652.752	1.983.285	4,64	9	-	-	2	-	5	1	1
14/04/2010	1.333.914	01/01/2014	até 31/12/2018	16,33	1.220.697	1.464.818	8,21	9	-	-	-	-	2	2	4
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	-	1.875.322	5,11	10	-	-	-	-	-	1	8
Soma	13.852.318				7.470.368	10.839.701		72	17	21	9	8	4	13	13
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								70	16	20	9	7 (1)	4 (2)	13 (3)	

(1) Valor contabilizado contra o resultado de 2010.

(2) Valor contabilizado contra o resultado até dezembro de 2011.

(3) Valor a ser contabilizado contra o resultado até dezembro de 2019.

(*) Contempla bonificação de ações de 20% conforme AGO/E de 29/04/2011

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía 1.889.486 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

c) Itautec S.A.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Itautec até o ano de 2006 possuía Plano para Outorga de Opções de Ações, com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração, hoje objeto de estudo e revisão pelo próprio Conselho.

O preço fixado para Outorga das Opções de Ações tinha como base a cotação média dos preços das ações da Itautec S.A., nos pregões da Bolsa de Valores, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores a data de emissão das opções. A critério do Comitê de Opções era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

Conforme Deliberação CVM 562 de 17/12/08, o reconhecimento contábil pelo valor justo das opções ocorria a partir do momento da outorga e até o final do período de carência ("vesting period"). Considerando o período de carência e a data da última outorga (08 de fevereiro de 2006), não há despesas relacionadas ao Plano de Opção de ações de competência de 2010 e 2011.

Dado não haver preço de mercado disponível para as opções outorgadas, a companhia utilizou o modelo binomial para estimativa dos preços das opções nas datas de outorga e chegou aos valores indicados na tabela abaixo.

Premissas

Data da outorga	09/02/00	06/03/01	06/03/01	08/05/02	12/02/03	05/05/04	08/02/06	Total
Quantidade de ações (a) (b)	93.332	58.423	58.423	110.335	159.826	127.831	191.666	799.836
Carência	30/06/01	30/06/02	30/06/03	30/06/03	30/06/04	30/06/05	30/06/07	
Vencimento	31/12/10	31/12/11	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	31/12/16	
Valor opção (b) (R\$/ação)	64,80	72,15	78,15	31,05	21,45	23,55	36,45	
Valor prêmio (R\$/ação)	66,87	78,04	77,83	45,3	34,94	38,52	32,88	
Valor Total (R\$ mil)	6.241	4.559	4.546	4.998	5.585	4.924	6.302	37.155

Data da outorga	09/02/00	06/03/01	06/03/01	08/05/02	12/02/03	05/05/04	08/02/06
Volatilidade do Preço das Ações	104%	115%	115%	116%	81%	64%	65%
Dividend Yield	0,9%	1,4%	1,4%	1,8%	2,9%	1,5%	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	26,5%	20,6%	20,6%	32,6%	48,2%	24,9%	13,7%

(a) descontados os cancelamentos;

(b) considera agrupamento, na proporção de 15 ações para cada 1, realizado em out/2006

De todas as outorgas acima, nenhuma foi exercida até o momento.

O valor justo total das opções outorgadas, resultante do quadro acima, é de R\$ 37 foi contabilizado como reserva na conta de patrimônio líquido (Nota 22), a partir de apropriação da conta de lucros acumulados, nos termos do CPC 10. Após o reconhecimento do valor justo das opções outorgadas, a companhia não deve fazer nenhum ajuste subsequente ao patrimônio líquido, o que não elimina a necessidade de reconhecimento, pela companhia, da transferência de um componente para outro dentro do patrimônio líquido, se as opções forem exercidas (expirarem). No exercício de 2011 não houve ajuste realizado no patrimônio líquido por conta da falta de exercício das opções que expiraram em 31 de dezembro de 2011.

d) Elekeiroz S.A.**Plano de outorga de opções**

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS**a) Outras Receitas Operacionais**

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Recuperação de Encargos e Despesas	60	29
Reversão de Provisões Operacionais	138	160
Rendas Operacionais	403	268
Lucros na Alienação de Investimentos	20	18
Lucros na Alienação de Valores e Bens	97	220
Reversão de Provisões não Operacionais	25	62
Outras	340	127
Total	1.083	884

b) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Despesas Relacionadas a Cartões de Crédito	(666)	(1.237)
Reembolso Relativo à Aquisições	(54)	(42)
Perdas com Fraudes com Terceiros	(276)	(204)
Prejuízo na Venda de Bens Não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	(68)	(208)
Contingências	(889)	(1.624)
Despesas Operacionais de Empresas Industriais	(747)	(1.322)
Outros	(482)	(1.047)
Total	(3.182)	(5.684)

c) Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Despesas de Pessoal	(5.485)	(4.941)
Remuneração	(2.313)	(2.059)
Encargos	(916)	(796)
Benefícios Sociais	(639)	(708)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria	(47)	(51)
Plano de Opção de Ações	(60)	(48)
Treinamento	(98)	(86)
Desligamentos	(488)	(347)
Participações de Empregados nos Lucros	(924)	(846)
Despesas Administrativas	(4.699)	(4.700)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1.165)	(1.197)
Serviços de Terceiros	(1.203)	(1.000)
Instalações	(417)	(468)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(388)	(452)
Despesas de Aluguéis	(336)	(315)
Transportes	(260)	(218)
Materiais	(169)	(167)
Despesas com Serviços Financeiros	(162)	(166)
Segurança	(177)	(165)
Concessionárias de Serviços Públicos	(108)	(103)
Despesas de Viagem	(73)	(61)
Outros	(241)	(388)
Depreciação	(727)	(649)
Amortização	(393)	(404)
Despesas de Comercialização de Seguros	(466)	(367)
Total	(11.770)	(11.061)

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas controladas apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica separadas. No Brasil, o imposto de renda abrange o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido, que é um adicional sobre o imposto de renda federal.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	6.631	7.063
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(2.612)	(2.810)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões Permanentes	1.348	760
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas Não Consolidadas	24	78
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	337	(94)
Juros Sobre o Capital Próprio	675	613
Dividendos, Juros Sobre Títulos da Dívida Externa e Incentivos Fiscais	100	107
Outras (*)	212	56
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.264)	(2.050)

(*) Contempla o efeito decorrente do Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei 11.941/09.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2011
Refletido no Resultado	9.907	(4.040)	5.214	11.081
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	1.336	(492)	1.013	1.857
Créditos de Liquidação Duvidosa	3.814	(1.590)	2.499	4.723
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros				
Derivativos	94	(98)	118	114
Ágio na Aquisição do Investimento	2.251	(1.059)	508	1.700
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	499	3	68	570
Provisões para Passivos Contingentes	<u>925</u>	<u>(388)</u>	<u>510</u>	<u>1.047</u>
Ações Cíveis	378	(127)	183	434
Ações Trabalhistas	366	(264)	263	365
Fiscais e Previdenciárias	162	15	64	241
Outros	19	(12)	-	7
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	17	(16)	3	4
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	87	2	3	92
Outros	884	(402)	492	974
Refletida no Patrimônio Líquido	77	(52)	124	149
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	49	(24)	102	127
Outros	28	(28)	22	22
Total (*)	9.984	(4.092)	5.338	11.230

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 9.006 e R\$ 3.133.

	31/12/2009	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2010
Refletido no Resultado	9.884	(3.565)	3.588	9.907
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	1.272	(162)	226	1.336
Créditos de Liquidação Duvidosa	3.291	(1.515)	2.038	3.814
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros				
Derivativos	157	(74)	11	94
Ágio na Aquisição do Investimento	2.820	(684)	115	2.251
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	697	(247)	49	499
Provisões para Passivos Contingentes	<u>862</u>	<u>(352)</u>	<u>415</u>	<u>925</u>
Ações Cíveis	317	(234)	295	378
Ações Trabalhistas	340	(44)	70	366
Fiscais e Previdenciárias	168	(48)	42	162
Outros	37	(26)	8	19
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	4	-	13	17
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	86	-	1	87
Outros	695	(531)	720	884
Refletida no Patrimônio Líquido	57	(17)	37	77
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	30	(17)	36	49
Outros	27	-	1	28
Total (*)	9.941	(3.582)	3.625	9.984

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 7.741 e R\$ 3.114.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2011
Refletido no Resultado	4.756	(1.114)	1.219	4.861
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	3.011	(848)	600	2.763
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	11	2	16	29
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	15	1	18	34
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	131	(131)	64	64
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	256	(55)	97	298
Ganho de Capital - Operação Redecard	137	(137)	-	-
Planos de Pensão	220	(19)	19	220
Amortização de Deságio	818	1	4	823
Outros	157	72	401	630
Refletida no Patrimônio Líquido	602	(199)	93	496
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	266	(177)	93	182
Outros	336	(22)	-	314
Total	5.358	(1.313)	1.312	5.357

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 9.006 e R\$ 3.133.

	31/12/2009	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2010
Refletido no Resultado	4.274	(921)	1.403	4.756
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	2.661	(759)	1.109	3.011
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	11	(2)	2	11
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	13	(3)	5	15
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos	80	(48)	99	131
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	209	(42)	89	256
Ganho de Capital - Operação Redecard	133	-	4	137
Planos de Pensão	200	(8)	28	220
Amortização de Deságio	818	-	-	818
Outros	149	(59)	67	157
Refletida no Patrimônio Líquido	548	(29)	83	602
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	186	(3)	83	266
Outros	362	(26)	-	336
Total	4.822	(950)	1.486	5.358

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 7.741 e R\$ 3.114.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2011, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários			Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos Líquidos
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total		
2012	3.261	469	3.730	(1.389)	2.341
2013	1.993	545	2.538	(1.511)	1.027
2014	1.301	504	1.805	(1.075)	730
2015	943	310	1.253	(505)	748
2016	662	20	682	(317)	365
Acima de 2016	1.213	9	1.222	(560)	662
Total	9.373	1.857	11.230	(5.357)	5.873
Valor Presente (*)	8.193	1.669	9.862	(4.709)	5.153

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e de venda de produtos e serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

NOTA 26 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA - Investimentos Itaú S.A. pelo número médio de ações durante os exercício, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Lucro Líquido	4.837	4.417
Dividendo Mínimo Não Cumulativo Sobre as Ações Preferenciais, Segundo Nossos Estatutos	(27)	(27)
Subtotal	4.810	4.390
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(17)	(17)
Subtotal	4.793	4.373
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	1.843	1.681
Aos Detentores de Ações Preferenciais	2.950	2.693
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	1.860	1.697
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	2.977	2.720
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	1.690.030.662	1.676.313.114
Ações Preferenciais	2.704.942.594	2.686.114.746
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	1,10	1,01
Ações Preferenciais	1,10	1,01

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 27 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 e utilizou o período de apuração previsto no CPC 15 (de até um ano após a data de aquisição) para obter as informações necessárias a fim de identificar e mensurar a sua alocação. No segundo trimestre de 2011 o ágio foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o valor justo estimado para os ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição, incluindo os ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	30/06/2010	Amortizações/ Realizações	31/12/2011
Ágio Apurado na aquisição (I)	877		-
Total alocado a Valor Justo dos ativos e passivos (II)	13	(13)	-
Alocação de Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	470	(140)	330
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	163	(32)	131
Marca Unibanco	11	(8)	3
Outros	5	(1)	4
Total alocado a Ativos Intangíveis amortizáveis (III)	649	(181)	468
Alocação de Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Redecard	4	-	4
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total alocado a Ativos Intangíveis não Amortizáveis (IV)	71	-	71
Total alocado como Intangíveis (V = III + IV)	720	(181)	539
Passivo fiscal Diferido (VI)	(293)	77	(216)
Total ágio alocado (VII = II + V + VI)	440	(117)	323
Ágio - Goodwill (VIII = I - VII)	437	-	437

A diferença obtida no valor do ágio, líquida das correspondentes apropriações e amortizações referentes ao período foram refletidas no resultado findo em dezembro de 2011, conforme segue:

Efeito no resultado	31/12/2011
Ágio apurado em 2010	809
Ágio recalculado em 2011	877
Complemento do ágio	68
Apropriações do ágio alocado:	
Ativos e passivos a valor justo	(8)
Amortização do Intangível	(108)
	(116)
Total reconhecido no resultado	(48)

Os valores justos de ativos e passivos financeiros foram reconhecidos totalmente no resultado do período. Os ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

NOTA 28 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos do CPC nº 33, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

A ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os funcionários contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos abaixo referidos. Os funcionários contratados pelas empresas da Área de Serviços Financeiros após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. Já para os funcionários contratados pelas empresas da Área Industrial estes contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Benefícios de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

a) Descrição dos Planos

Os ativos dos planos estão investidos em fundos separados, com o objetivo exclusivo de prover benefícios aos funcionários elegíveis, e são mantidos de forma independente da ITAÚSA CONSOLIDADO. Esses fundos são mantidos por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaubanco	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaubanco CD (3) (4)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Fundação Itaúsa Industrial	Plano de Benefícios de Contribuição Definida - PAI-CD (3) Plano de Benefícios Definido- BD (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg	Plano de Benefícios Prebeg (1)
Itaú Fundo Multipatrocinado	Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2) Plano de Previdência Redecard (3)(5)
Itaubank Sociedade de Previdência Privada	Plano de Aposentadoria Itaubank (3)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Previdência Unibanco (3) Plano Básico (1) Plano IJMS (1)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

(1) Plano de modalidade de benefício definido.

(2) Plano de modalidade de contribuição variável (contabilizado como plano de benefício definido).

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

(4) O Plano Itaubanco CD foi instituído em decorrência da cisão parcial do PAC e foi oferecido exclusivamente aos participantes desse plano, inclusive autopatrocinados e aqueles que tenham optado ou presumida a opção pelo instituto do benefício proporcional diferido, que não estejam recebendo benefício de aposentadoria pelo PAC. Os participantes que não ingressaram no Plano Itaubanco CD e os participantes assistidos do PAC permaneceram no referido plano, sem solução de continuidade, mantendo-se os direitos adquiridos. Conforme estabelecido no regulamento do Plano Itaubanco CD o prazo para transação e novação encerrou em 08/05/2010.

(5) O Plano de Previdência Redecard foi alterado em janeiro de 2011 de Benefício Definido – BD para Contribuição Definida – CD, com adesão de 95% dos funcionários. Esse plano permite que o funcionário contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal e adicionalmente a empresa participa com 100% da opção escolhida pelos empregados, limitado a 9% dos seus rendimentos.

b) Planos de Benefício Definido**I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria**

	Área de Serviços Financeiros (1)	
	31/12/2011	31/12/2010
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,32 % a.a.	12,32 % a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2003/2004
Crescimento Salarial Futuro	7,12 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

	Área Industrial (2)	
	31/12/2011	31/12/2010
Taxa de Desconto	9,52% a.a.	9,20% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	10,37 % a.a.	10,56 % a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,43 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,30 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	4,30 % a.a.	4,00 % a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1)Corresponde às premissas adotadas pelos planos administrados pela Fundação Itaúbanco, Bemgeprev, Funbep, Prebeg, UBB Prev e Fundação Banorte;

(2) Corresponde às premissas adotadas pelo plano de Benefício Definido administrado pela Fundação Itaúsa Industrial;

(3) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas;

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

A principal diferença entre as premissas acima e as adotadas na apuração do passivo atuarial dos planos de benefício definido, para efeito de registro no balanço das Entidades Fechadas de Previdência Complementar que os administram, é o método atuarial. Para esta finalidade é adotado o método agregado, pelo qual a reserva matemática é definida pela diferença entre o valor atual do benefício projetado e o valor atual das contribuições futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

II -Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações previdenciárias, por meio da superação das metas atuariais.

Em relação aos recursos garantidores das reservas matemáticas, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e a meta de alocação para 2012, por categoria de ativo, são as seguintes:

Categorias	Posição		% Alocação		Meta 2012
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Títulos de Renda Fixa	10.574	10.035	87,96%	87,50%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	1.066	1.026	8,87%	8,95%	0% a 25%
Investimentos Estruturados	14	11	0,12%	0,10%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	-	4	0,00%	0,04%	0% a 3%
Imóveis	344	369	2,86%	3,22%	0% a 6%
Empréstimos a participantes	23	23	0,19%	0,20%	0% a 5%
Total	12.021	11.468	100,00%	100,00%	

Os Ativos do Planos de Benefícios Definidos incluem ações da ITAÚSA e de suas controladas com um valor justo de R\$ 545 (R\$ 562 em 31/12/2010) e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 298 (R\$ 309 em 31/12/2010).

O rendimento esperado para as carteiras de ativos dos planos de benefícios está baseado nas projeções de retorno para cada um dos segmentos acima discriminados. Para o segmento de renda fixa foram utilizadas as taxas de juros dos títulos de longo prazo contidos nas carteiras e as taxas de juros praticadas pelo mercado por ocasião do fechamento do balanço. Para o segmento de renda variável foram utilizadas expectativas conservadoras de retorno anual para esse segmento. Para o segmento de bens imóveis foram utilizados os fluxos de recebimento de aluguéis esperados para os próximos 12 meses. Para todos os segmentos foram utilizados como base as posições de carteira na data de fechamento do balanço.

III- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA:

	31/12/2011	31/12/2010
1- Ativos Líquidos dos Planos	12.021	11.468
2- Passivos Atuariais	(10.545)	(9.997)
3- Superveniência (1-2)	1.476	1.471
4- Restrição do Ativo (*)	(1.379)	(1.227)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	97	244
Valor Reconhecido no Ativo	342	367
Valor Reconhecido no Passivo	(245)	(123)

(*) - Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do CPC 33.

O montante líquido reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA CONSOLIDADO foi o seguinte:

	31/12/2011	31/12/2010
Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (*)	36	89
Valor Reconhecido no Ativo	126	134
Valor Reconhecido no Passivo	(90)	(45)

(*) Considera participação no IUH de 36,82% e 36,57% para 31/12/2011 e 31/12/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

IV- Evolução dos Ativos Líquidos, dos Passivos Atuariais e da Superveniência

	01/01 a 31/12/2011			01/01 a 31/12/2010		
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Período	11.468	(9.997)	1.471	15.045	(11.354)	3.691
Efeitos Cisão Parcial do PAC (1)	-	-	-	(5.147)	2.710	(2.437)
Inclusão Plano CD Itaú	12	(13)	(1)	-	-	-
Efeitos Cisão Parcial Redecard (2)	(44)	42	(2)	-	-	-
Rendimentos Esperados dos Ativos(4)	1.366	-	1.366	1.368	-	1.368
Custo Serviço Corrente	-	(92)	(92)	-	(87)	(87)
Custo dos Juros	-	(941)	(941)	-	(953)	(953)
Benefícios Pagos	(610)	610	-	(578)	578	-
Contribuições Patrocinadora	42	-	42	42	-	42
Contribuições Participantes	9	-	9	41	-	41
Ganho/(Perda) Atuarial (3) (4)	(222)	(154)	(376)	697	(891)	(194)
Valor Presente Resultado do Exercício	12.021	(10.545)	1.476	11.468	(9.997)	1.471

(1) Corresponde ao efeito da cisão parcial do PAC e criação do Plano Itaúbanco CD, cujo processo de migração resultou em redução e liquidação parcial das obrigações do PAC. O evento de redução que implicou na diminuição da obrigação e consequentemente dos passivos atuariais ocorreu em 31 de dezembro de 2009 e já se encontra ajustado no saldo de abertura (01 de janeiro de 2010). Em 31 de março de 2010, os participantes do PAC que optaram pela migração voluntária para o Plano Itaúbanco CD tiveram todas as suas obrigações liquidadas pelo PAC por meio de um aporte inicial de ativos anteriormente detidos pelo PAC para as contas individuais correspondentes no Plano Itaúbanco CD. O PAC não é mais responsável por quaisquer obrigações de benefícios de aposentadoria no âmbito do PAC referentes a esses participantes. Após a liquidação parcial do PAC, os ativos foram transferidos do PAC para o Plano Itaúbanco CD.

(2) Durante o exercício de 2011, foi realizado um processo de migração dos participantes do Plano de Aposentadoria Redecard, estruturado na modalidade de benefício definido, para o Plano de Previdência Redecard, estruturado na modalidade de contribuição definida. Para os participantes que migraram para o Plano de Previdência Redecard, a acumulação do benefício futuro passa a ser feita na forma de contribuição definida, não havendo, portanto, substituição por um benefício de mesma natureza.

(3) Os ganhos/ perdas apresentados no Ativo Líquido correspondem aos rendimentos obtidos acima/(abaixo) da taxa de retorno esperado nos ativos.

(4) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 1.145 (R\$ 2.065 em 31/12/2010).

O histórico dos ganhos e perdas atuariais é o seguinte:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Ativo Líquidos dos Planos	12.021	11.468	15.045	12.673	12.767
Passivos Atuariais	(10.545)	(9.997)	(11.354)	(11.371)	(9.541)
Superveniência	1.476	1.471	3.691	1.302	3.226
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	(222)	697	1.086	(993)	1.063
Ajustes de Experiência nos Passivos Atuariais	(154)	(891)	162	(829)	(186)

Os valores relativos a 31/12/2009, 31/12/2008 e 31/12/2007 são apresentados somente para efeitos de evolução, tendo em vista que conformidade com a isenção prevista no IFRS 1 o reconhecimento dos ativos, dos passivos e dos ganhos e perdas foi efetuado em 01/01/2010.

V- Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Período

O total reconhecido de Planos de Benefício Definido pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 31 de dezembro:

	2011	2010
Custo do Serviço Corrente	(92)	(87)
Custo de Juros	(941)	(953)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	1.366	1.368
Efeitos Cisão Parcial do PAC	-	(2.437)
Efeitos Cisão Parcial Redecard	(2)	-
Efeito na restrição do Ativo	(157)	1.092
Ganho/(Perda) no Exercício	(376)	(194)
Contribuições Participantes	9	41
Total reconhecido no Resultado do Exercício	(193)	(1.170)

O total reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

Total reconhecido no Resultado do Exercício (*)	(71)	(412)
---	------	-------

(*) Considera participação no IUH de 36,82% e 36,57% para 31/12/2011 e 31/12/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 15 (R\$ 15 em 31/12/2010). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2012, considerando a participação societária da ITAÚSA, esperamos contribuir com R\$ 14 para os planos de aposentadoria patrocinados.

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	238
2013	248
2014	257
2015	265
2016	275
2017 a 2021	1.517

c) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

O montante reconhecido considerando a participação societária da ITAÚSA em 31/12/2011 no ativo é de R\$ 686 (R\$ 567 em 31/12/2010).

O total reconhecido dos Planos de Contribuição Definida pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 31 de dezembro:

	2011	2010
Efeito cisão parcial do PAC	-	1.477
Aportes/Contribuições	(150)	(115)
Ganho/Perda Atuarial	167	287
Efeito na Restrição do Ativo	272	(579)
Total reconhecido no Resultado do Exercício	289	1.070

O total reconhecido de Planos de Contribuição Definida em função da participação societária da ITAÚSA foi a

Total reconhecido no Resultado do Exercício (*)	106	411
--	------------	------------

(*) Considera participação no IUH de 36,82% e 36,57% para 31/12/2011 e 31/12/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 77 (R\$ 61 em 31/12/2010) sendo R\$ 59 (R\$ 45 em 31/12/2010) oriundos dos fundos previdenciais.

d) Outros Benefícios Pós Emprego

A ITAÚSA e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pela ITAÚSA, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários.

I- Movimentação

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA, são os seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010
No Início do período	(105)	(100)
Custo de Juros	(10)	(10)
Benefícios Pagos	6	5
Ganho/(Perda) Atuarial	(11)	-
No Final do Exercício	(120)	(105)

O valor de Outros Benefícios Pós Emprego reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

Total reconhecido no Passivo (*)	(44)	(39)
---	-------------	-------------

(*) Considera participação no IUH de 36,82% e 36,57% para 31/12/2011 e 31/12/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	2
2013	3
2014	3
2015	3
2016	3
2017 a 2021	18

II- Premissas e Sensibilidades 1%

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (28b I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Efeito sobre o Custo de Serviço e o Custo de Juros	2	(1)
Efeito sobre o valor Presente da Obrigação	17	(14)

NOTA 29 – CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através de suas controladas, oferece ao mercado, os produtos de Seguros e Previdência. Os produtos são ofertados através das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Banco Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de Governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que busca gerar valor para os clientes e promover diferenciais competitivos.

Circulares normativas internas prevêm e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos observa a seguinte cadeia de eventos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica;
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança;
- Criação das parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novas implementações;
- Lançamento do produto pós autorização do comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência há ainda fluxos de abertura de fundos junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e etapas de obtenção de aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para posterior comercialização. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de precificação interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada negócio. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de precificação padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da Governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de Despesas Administrativas, Operacionais e de Comercialização, onde as Despesas Administrativas, partindo da contabilização por Centros de Custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do Conglomerado Itaú Unibanco. As despesas Operacionais e de Comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

b) Principais Produtos

I- Seguros

O Itaú Unibanco Holding, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personnalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes visa garantir a proteção dos bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado se garante de proteção através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as Seguradoras, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do Itaú Unibanco Holding se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida;
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Danos Pessoais causados por Veículos				
Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	86,4	87,0	1,5	1,4
Vida em Grupo	39,0	41,5	11,5	12,8
Acidentes Pessoais Individual	29,0	28,8	12,3	17,6
Responsabilidade Civil Geral	33,9	42,7	9,2	13,3
Prestamista	21,8	25,8	25,2	29,4
Extensão de Garantia - Patrimonial	19,5	21,1	65,4	68,5
Acidentes Pessoais Coletivos	6,3	7,8	45,3	43,9
Riscos de Petróleo	6,2	3,2	3,2	1,8
Riscos Diversos	5,3	16,2	59,4	50,0

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação da ITAÚSA. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas Diretos		Resseguros		Prêmios e Contribuições Retidas	
	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
	VGBL	10.010	7.036	-	-	10.010
PGBL	1.424	1.247	(1)	-	1.423	1.247
Extensão de Garantia - Patrimonial	1.365	1.158	-	-	1.365	1.158
Vida em Grupo	1.165	1.150	(24)	(17)	1.141	1.133
Acidentes Pessoais Coletivo	661	625	(1)	-	660	625
Riscos Nomeados e Operacionais	480	360	(384)	(209)	96	151
Prestamista	461	424	-	(1)	461	423
Tradicional	369	391	-	-	369	391
DPVAT	308	284	-	-	308	284
Riscos de Petróleo	257	61	(220)	(43)	37	18
Riscos Diversos	207	238	(36)	(34)	171	204
Responsabilidade Civil Geral	80	87	(27)	(38)	53	49
Riscos de Engenharia	72	88	(64)	(74)	8	14
Aeronáuticos	49	56	(49)	(47)	-	9
Demais Ramos	1.271	1.034	(204)	(139)	1.067	895
	18.179	14.239	(1.010)	(602)	17.169	13.637
	36,82%	36,57%	36,82%	36,57%	36,82%	36,57%
Participação Itaúsa	6.694	5.209	(372)	(220)	6.322	4.989

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP - nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

I - Seguros:

- **Provisão de Prêmios Não Ganhos** – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes Mas Não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;
- **Provisão de Insuficiência de Prêmios** - Constituída, de acordo com nota técnica atuarial, se for constatada insuficiência de prêmios;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros; para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora;
- **Provisão para Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.
- **Outras Provisões** – Constituída basicamente pela provisão técnica da modalidade extensão de garantia do seguro garantia estendida e o cálculo é efetuado durante o prazo compreendido entre a data de início de vigência do contrato e a data de início da cobertura do risco, sendo que o valor a ser constituído deverá ser igual ao prêmio comercial retido.

II - Previdência Privada:

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão, Pecúlio e Vida Individual e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos** – Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios;
- **Provisão de Insuficiência de Contribuição** – Constituída quando constatada a insuficiência de prêmios ou contribuições;
- **Provisão de Riscos Não Expirados** – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;
- **Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR** - Constituída em função dos valores esperado de eventos ocorridos mas não avisados;
- **Provisão de Excedente Financeiro** – Constituída pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;
- **Outras Provisões** – Referem-se basicamente a Provisão para Despesas Administrativas constituídas de acordo com Nota Técnica Atuarial para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios previstos no plano, em função de eventos ocorridos e a ocorrer. Inclui também a rubrica Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar que se refere aos valores ainda não regularizados até a data do balanço.

III - Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação dos saldos das Provisões das operações de seguros e previdência privada:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011		31/12/2010		Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total							
Saldo Inicial	5.527	18.296	33.041	56.864	4.758	16.053	27.135	47.946			
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	16.681	1.706	9.936	28.323	11.861	1.621	6.975	20.457			
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(15.694)	-	-	(15.694)	(11.709)	-	-	(11.709)			
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(1.508)	(103)	(6)	(1.617)	(1.556)	(118)	(53)	(1.727)			
(+) Sinistros Avisados	2.020	-	-	2.020	2.029	-	-	2.029			
(-) Resgates	(152)	(917)	(3.745)	(4.814)	-	(907)	(3.240)	(4.147)			
(+/-) Portabilidades líquidas	(115)	152	(14)	23	-	139	(180)	(41)			
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	1	1.658	3.362	5.021	-	1.512	2.352	3.864			
(+/-) Outras (substituição/reversão)	849	101	(172)	778	144	(4)	52	192			
Provisão de Seguros e Previdência Privada	7.609	20.893	42.402	70.904	5.527	18.296	33.041	56.864			
		36,82%				36,57%					
Participação Itaúsa	2.802	7.693	15.613	26.108	2.020	6.688	12.080	20.789			

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	SEGUROS		PREVIDÊNCIA		TOTAL	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	17	30	61.953	50.070	61.970	50.100
Prêmios não Ganhos	3.026	1.354	-	-	3.026	1.354
Sinistros a Liquidar (*)	2.297	2.163	-	-	2.297	2.163
IBNR (*)	712	587	10	9	722	596
Insuficiência de Prêmios	313	273	-	-	313	273
Insuficiência de Contribuição	-	-	692	602	692	602
Excedente Financeiro	2	2	475	458	477	460
Outras	1.242	1.118	165	198	1.407	1.316
TOTAL	7.609	5.527	63.295	51.337	70.904	56.864
	36,82%	36,57%	36,82%	36,57%	36,82%	36,57%
Participação Itaúsa	2.802	2.021	23.306	18.767	26.108	20.789

(*) A provisão de Sinistros a Liquidar e IBNR estão demonstrados na nota 29e.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir.

ITAU UNIBANCO HOLDING		Seguro
Saldo em 01/01/2011		1.649
Constituições		583
Amortizações		(168)
Saldo em 31/12/2011		2.064
Saldo a amortizar até 12 meses		1.495
Saldo a amortizar após 12 meses		569
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11		760
<hr/>		
Saldo em 01/01/2010		1.650
Constituições		36
Amortizações		(37)
Saldo em 31/12/2010		1.649
Saldo a amortizar até 12 meses		1.339
Saldo a amortizar após 12 meses		310
Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10		603

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstradas na nota 29I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do grupo ao final de cada fechamento anual. A tabela a seguir demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros ocorridos. A parte superior da tabela ilustra como a estimativa do sinistro final se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

A Provisão de Sinistros a Liquidar estava composta da seguinte forma, no fechamento anual de 31/12/2011:

I - Bruto de Resseguro - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados	31/12/2011
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	2.574
Operações DPVAT	282
Retrocessão e Outras Estimativas	163
Total da Provisão (*)	3.019
	36,82%
Participação Itaúsa	1.112

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar e IBNR, demonstrados na nota 29c III.

Data de Ocorrência	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	Total
No final do ano de divulgação	1.030	1.906	2.137	1.768	1.530	1.890	1.771	
1 ano depois	1.030	1.963	2.140	1.787	1.590	2.031	-	
2 anos depois	1.037	2.036	2.206	1.778	1.606	-	-	
3 anos depois	1.046	2.059	2.212	1.739	-	-	-	
4 anos depois	1.056	2.052	2.201	-	-	-	-	
5 anos depois	1.056	2.036	-	-	-	-	-	
6 anos depois	1.052	-	-	-	-	-	-	
Estimativa corrente	1.052	2.036	2.201	1.739	1.606	2.031	1.771	12.436
Pagamentos acumulados até a data base	1.006	1.964	2.078	1.584	1.319	1.404	852	10.207
Passivo reconhecido no balanço	46	72	123	155	287	627	919	2.229
Passivo em relação a anos anteriores a 2005								345
Total do passivo incluso no balanço								2.574
								36,82%
Participação Itaúsa								948

II - Líquido de Resseguro - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados	31/12/2011
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	1.245
Operações DPVAT	282
Resseguros, Retrocessão e Outras Estimativas	1.492
Total da Provisão	3.019
	36,82%
Participação Itaúsa	1.112

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar e IBNR, demonstrados na nota 29c III.

Data de Ocorrência	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	Total
No final do ano de divulgação	808	865	1.027	1.157	1.197	1.269	1.311	
1 ano depois	808	899	1.044	1.164	1.188	1.180	-	
2 anos depois	813	921	1.063	1.161	1.190	-	-	
3 anos depois	820	929	1.071	1.157	-	-	-	
4 anos depois	829	928	1.076	-	-	-	-	
5 anos depois	827	932	-	-	-	-	-	
6 anos depois	834	-	-	-	-	-	-	
Estimativa corrente	834	932	1.076	1.157	1.190	1.180	1.311	7.680
Pagamentos acumulados até a data base	796	879	1.002	1.061	1.083	1.031	743	6.595
Passivo reconhecido no balanço	38	53	74	96	107	149	568	1.085
Passivo em relação a anos anteriores a 2005								160
Total do passivo incluso no balanço								1.245
								36,82%
Participação Itaúsa								458

As variações observadas nas estimativas dos sinistros ocorridos no ano de 2010 devem-se principalmente à ocorrência de sinistros atípicos, com valores brutos muitas vezes superiores à média até então observada. Porém, como os percentuais de resseguros são elevados, a análise líquida não sofre interferência deste fator. Além disso em face da grande volatilidade inerente às análises dos dados brutos de resseguro, principalmente na operação de grandes riscos, recomenda-se a análise dos valores líquidos de resseguro.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 a seguradora deve realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

As Premissas utilizadas no teste foram:

- Os critérios de agrupamento de riscos estão alinhados à legislação vigente
- A relevante estrutura a termos de taxa de juros livre de risco foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna da companhia

- c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triangulo de chain ladder com periodicidade trimestral
- d) Cancelamentos, resgates parciais, contribuições futuras, conversões em renda e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes
- e) Mortalidade: tábuas BR-EMSW vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da escala G.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência em quaisquer dos exercícios apresentados.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas premissas atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica da Cia, benchmarks de mercado e na experiência do atuário.

Foram efetuados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes com base em variações nas principais premissas atuariais. Os resultados da análise de sensibilidade do TAP - Teste de Adequação dos Passivos foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado do TAP	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 10bp na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 10bp na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O Conglomerado Itaú Unibanco dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do Conglomerado Itaú Unibanco tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo:

	31/12/2011			31/12/2010		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
DANOS						
Garantia Estendida	1.365	1.365	100,0	1.158	1.158	100,0
Prestamista	461	461	100,0	424	423	99,8
DPVAT	308	308	100,0	284	284	100,0
Riscos Diversos	207	171	82,6	238	204	85,7
PESSOAS						
Vida em Grupo	1.165	1.141	97,9	1.150	1.141	99,2
Acidentes Pessoais Coletivo	661	660	99,8	625	625	100,0
Acidentes Pessoais Individual	109	108	99,1	118	117	99,2
Vida Individual	20	19	95,0	23	22	95,7
GRANDES RISCOS						
Riscos Nomeados e Operacionais	480	96	20,0	360	151	41,9
Riscos de Petróleo	257	37	14,4	61	18	29,5
Riscos de Engenharia	72	8	11,1	88	14	15,9
Aeronáuticos	49	-	0,0	56	9	16,1

i) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

• Controle Centralizado do Risco de Subscrição

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.

• Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios, sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

j) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpra a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição.
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência.
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência.
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição.
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência.
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição.
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pela instituição.

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Responsável pela definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional.
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos supervisores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do Itaú Unibanco, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO..
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis.
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras do ITAÚSA CONSOLIDADO.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos da Seguradora

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que abordem todo o ciclo de subscrição.
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição.
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos Órgãos Reguladores Brasileiros.

VI- Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de Provisões e Reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO. Envio dos relatórios gerenciais à Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações demandadas devidamente conciliadas contabilmente.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos.
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de Seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração das unidades de seguros e previdência privada trabalham em conjunto com o gestor de investimentos com o objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de Asset Liability Management para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez**Risco de Mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições de uma empresa, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Os limites de risco de mercado estão estruturados de acordo com as diretrizes dadas pela Comissão Superior de Políticas de Riscos (CSRisc), avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco da empresa, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco Estatístico (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos (Nota 34);
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Sensibilidade (DV01 – Discount Value): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Classe	31/12/2011		31/12/2010	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Títulos Públicos				
NTN-C	2.766	(2,7)	2.648	(2,8)
NTN-B	1.400	(1,3)	667	(1,0)
NTN-F	28	-	57	-
Títulos Privados				
Indexado a IGPM	141	-	137	-
Indexado a IPCA	224	(0,2)	122	(0,1)
Indexado a PRE	93	-	-	-
Ativos pós-fixados	5.607	-	5.013	-
Compromissadas Over	6.433	-	4.408	-
Total	16.692	(4,20)	13.052	(3,90)
Participação da Itaúsa	36,82%		36,57%	
	6.146	(1,55)	4.773	(1,43)

A coluna DV01 é o impacto para um movimento de + 0,01% (BPS) na taxa do indexador. No caso como as posições são ativas o impacto positivo na taxa contribui negativamente para o resultado.

Risco de Liquidez

As seguradoras identificam o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo dos pagamentos relativo aos seus passivos vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela sua carteira de ativos financeiros. Além disso, seguindo os princípios de conservadorismo e prudência, as seguradoras mantêm recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Passivo	31/12/2011		31/12/2010		31/12/2011		31/12/2010	
	Valor	DU (*)	Valor	DU (*)	Valor	DU (*)	Valor	DU (*)
Provisão Técnica								
PPNG, PPNG-RVNE, PCP e OPT (1)	1.690	11,95	1.232	13	1.690	7	1.232	5
Provisão de Insuficiência de Prêmio	233	187,22	199	172	233	7	199	4
IBNR e Provisões de Sinistros a Liquidar (2)	1.401	18,97	1.077	20	1.401	7	1.077	5
Outras Provisões	303	-	299	-	303	7	299	-
Sub Total	3.627		2.807		3.627		2.807	
Provisões								
Despesas Administrativas	43	125	32	128	43	7	32	3
Matemática de Benefícios Concedidos	977	126	860	128	977	124	860	130
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL/VGBL	57.626	109	46.037	116	57.626	8	46.037	5
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	3.365	116	3.205	109	3.365	109	3.205	101
Insuficiência de Contribuição	692	109	603	109	692	109	603	101
Excedente Financeiro	477	109	461	109	477	109	461	101
Sub Total	63.180		51.198		63.180		51.198	
Total Reservas Técnicas	66.807		54.005		66.807		54.005	
(*) DU = Duration em meses								
(1) Valor Líquido de Direito Creditório								
(2) Líquido de Depósitos Judiciais e de Provisões Retidas IRB								
(3) Desconsidera as reservas de PG/VGBL alocadas em renda variável								

Risco de Crédito

Em relação às operações de resseguro, faz parte da política interna não haver concentração excessiva em um único ressegurador. Atualmente aquele que detêm a maior parcela de nossas operações não excede 37,22% do total. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”, com os seguintes níveis mínimos:

Agência Classificadora de Riscos	Nível Mínimo Exigido
Standard & Poor's	BBB-
Fitch	BBB-
Moody's	Baa3
AM Best	B+

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas no período em que ocorrem observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises dos programas de resseguro são realizadas prevendo a necessidades atuais mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual. A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito das empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual deve obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O Itaú Unibanco Holding cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em outros ativos e amortizados em outras despesas operacionais de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Créditos		Débitos	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	176	253	106	302
Contratos Emitidos	-	-	926	561
Sinistros a Recuperar	52	29	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	32	(82)	(751)	(754)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	32	(3)
Outras Constituições / Reversões	(46)	(24)	-	-
Saldo Final	214	176	313	106
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	79	64	115	39

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011	31/12/2010
Sinistros de Resseguros	1.394	1.185
Prêmios de Resseguros	535	404
Comissão de Resseguros	(58)	(59)
	1.871	1.530
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	689	560

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	1.185	886
Sinistros Avisados	615	713
Sinistros Pagos	(101)	(390)
Outras Constituições / Reversões	(305)	(24)
Saldo Final	1.394	1.185
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	513	433

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	404	529
Constituições	814	614
Reversões	(683)	(739)
Saldo Final	535	404
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	197	148

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	(59)	(59)
Constituições	(50)	(54)
Reversões	51	54
Saldo Final	(58)	(59)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	(21)	(22)

m) Entidades Reguladoras

As operações de Seguros e Previdência são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e conseqüentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

n) Requerimentos de Capital para a Atividade de Seguros

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, divulgou a resolução CNSP nº 227 de 06/12/2010 (que revogou as Resoluções nºs 178 de 28/12/2007 e 200 de 16/12/2008), e a circular nº 411 de 22/12/2010. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e previdência e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição para os diversos ramos de seguros. Em janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas.

O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que participam exclusivamente de atividades de seguros e previdência é superior ao capital regulamentar exigido em R\$ 854 (R\$ 964 em 31/12/2010).

NOTA 30 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	40.099	40.099	35.498	35.498
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.244	10.255	5.425	5.425
Aplicações no Mercado Aberto	35.001	35.001	32.786	32.786
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	45.049	45.049	42.619	42.619
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	69	69	112	112
Derivativos (*)	3.240	3.240	2.846	2.846
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	17.805	17.805	16.803	16.803
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	1.144	1.367	1.159	1.380
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	118.710	118.942	100.518	100.826
Outros Ativos Financeiros	14.925	14.925	15.831	15.831
Passivos Financeiros				
Depósitos	89.326	89.296	74.129	74.099
Captação no Mercado Aberto	68.273	68.273	73.020	73.020
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	1.037	1.037	488	488
Derivativos (*)	2.486	2.486	2.077	2.077
Recursos de Mercados Interbancários	33.323	33.269	22.894	22.873
Recursos de Mercados Institucionais	20.931	20.885	17.345	16.245
Passivos de Planos de Capitalização	1.045	1.045	952	952
Outros Passivos Financeiros	16.246	16.246	14.999	14.999

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

(1) Os valores no quadro acima já reflete a participação da Itaúsa

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 34) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (standby) e Garantias Prestadas, cujo valor registrado em conta de compensação totaliza R\$ 51.530 em 2011 (R\$ 38.374 em 31/12/2010), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente R\$ 18.974 em 2011 (R\$ 14.034 em 31/12/2010) e o valor justo estimado R\$695 (R\$ 537 em 31/12/2010), R\$ 256 em 2011 (196 em 31/12/2010) no Consolidado da Itaúsa.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.

b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Estimamos os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.

c) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

- Swaps: Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&F, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).

- Futuros e Termo: cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos swaps;
- Opções: Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- Crédito: Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PDD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses spreads se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais da ITAÚSA CONSOLIDADO para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Passivos Financeiros remunerados e não remunerados incluem: Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Passivos Financeiros Mantidos para Negociação, Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais, Passivos de Planos de Capitalização e Outros Passivos Financeiros.

- **Passivos Financeiros não remunerados (à vista)** - O valor justo dos depósitos à vista é igual ao valor contábil.
- **Passivos Financeiros remunerados** – O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo de seu valor contábil. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa fixa foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros oferecidos pela ITAÚSA CONSOLIDADO na data do balanço patrimonial respectivo. O valor contábil das captações no mercado aberto, linhas comerciais e outras obrigações por empréstimos de curto prazo aproxima-se do valor justo de tais instrumentos. O valor justo das demais obrigações de longo prazo é estimado utilizando-se os fluxos de caixa descontados através de taxas de juros oferecidas no mercado por instrumentos semelhantes. Essas taxas de juros são obtidas de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg) das quais são derivadas a curva de rentabilidade sem risco e o spread sem risco negociado por instrumentos semelhantes.

f) Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial - O valor justo dos compromissos para a concessão de crédito foi estimado com base nas taxas atualmente cobradas para firmar contratos similares, levando em consideração o prazo remanescente dos contratos e a qualidade de crédito das contrapartes. O valor justo das cartas de crédito em aberto ("*standby*") e cartas comerciais e garantias foi baseado nas comissões atualmente cobradas em contratos similares ou no custo estimado para encerrar os contratos, ou de qualquer outra forma liquidar as obrigações com as contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em ativos / passivos financeiros a valor justo através do resultado ou em outros passivos, conforme descrito na Nota 2.4.f e apresentado nas Notas 6 e 7. Consulte a Nota 7 para o valor referencial e o valor justo estimado de nossos instrumentos financeiros derivativos.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração:

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo e ações negociadas em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Nos casos em que as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de precificação obtidas por meio dos serviços de precificação, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures e alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. A ITAÚSA CONSOLIDADO não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Nos casos em que não há informações de precificação em um mercado ativo, a ITAÚSA CONSOLIDADO usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro (principalmente NTN-I, NTN-A1, CRIs e TDA com vencimentos após 2025 e CVS), Notas Promissórias e títulos que não são geralmente negociados em um mercado ativo, como os CRIs.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, a ITAÚSA CONSOLIDADO estima o valor justo por meio da adoção de uma série de técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são swaps de inadimplência de crédito, swaps de moeda cruzada, swaps de taxa de juros, opções de plain vanilla, alguns forwards e geralmente todos os swaps. Todos os modelos adotados pela ITAÚSA CONSOLIDADO são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos, como swap com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities. Estas operações têm sua precificação derivada de superfície de volatilidade gerada à partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, a ITAÚSA CONSOLIDADO acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado.

Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2011 e 2010 para nossos ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda.

ITAU UNIBANCO HOLDING	31/12/2011				31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	-	1.339	-	1.339	-	1.748	-	1.748
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	93.727	187	-	93.914	86.422	277	-	86.699
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	910	-	-	910	666	-	-	666
Títulos Públicos - Outros Países	722	80	-	802	9.036	317	-	9.353
Argentina	225	-	-	225	293	-	-	293
Estados Unidos	292	-	-	292	8.714	-	-	8.714
México	205	-	-	205	29	-	-	29
Chile	-	50	-	50	-	248	-	248
Uruguai	-	27	-	27	-	24	-	24
Rússia	-	-	-	-	-	45	-	45
Outros	-	3	-	3	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas	4.682	19.952	290	24.924	4.321	12.551	159	17.031
Ações negociáveis	2.241	56	-	2.297	3.208	40	-	3.248
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	24	-	24	-	439	157	596
Certificado de Depósito Bancário	-	7.820	-	7.820	-	8.932	-	8.932
Debêntures	2.434	1.092	-	3.526	1.112	1.688	-	2.800
Euro Bonds e Assemelhados	7	1.424	-	1.431	-	1.452	-	1.452
Notas Promissórias	-	-	290	290	-	-	-	-
Letras Financeiras	-	8.973	-	8.973	-	-	-	-
Outros (basicamente Letras Financeiras)	-	563	-	563	1	-	2	3
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	100.041	21.558	290	121.889	100.445	14.893	159	115.497
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	36.837	7.938	107	44.882	36.736	5.447	58	42.241
Empresas Industriais	-	-	-	167	-	378	-	378
TOTAL	36.837	7.938	107	45.049	36.736	5.825	58	42.619
Fundos de investimento	-	806	-	806	-	770	-	770
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	12.165	-	259	12.424	9.753	6	320	10.079
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	5.906	-	-	5.906	4.720	-	-	4.720
Títulos Públicos - Outros Países	11	4.306	-	4.317	679	3.880	-	4.559
Estados Unidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Dinamarca	-	1.949	-	1.949	-	2.016	-	2.016
Espanha	-	418	-	418	-	734	-	734
Coréia	-	295	-	295	-	236	-	236
México	11	-	-	11	679	-	-	679
Chile	-	995	-	995	-	453	-	453
Paraguai	-	344	-	344	-	256	-	256
Uruguai	-	268	-	268	-	185	-	185
Outros	-	37	-	37	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas	2.914	19.806	1.337	24.057	3.746	19.338	1.327	24.411
Ações negociáveis	808	3.170	-	3.978	624	4.500	-	5.124
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7.323	691	8.014	-	6.913	62	6.975
Certificado de Depósito Bancário	-	274	-	274	-	559	-	559
Debêntures	2.103	5.133	-	7.236	3.122	3.512	-	6.634
Euro Bonds e Assemelhados	3	3.635	-	3.638	-	3.843	-	3.843
Notas Promissórias	-	-	646	646	-	-	1.265	1.265
Outros	-	271	-	271	-	11	-	11
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	20.996	24.918	1.596	47.510	18.898	23.994	1.647	44.539
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	7.731	9.175	588	17.494	6.912	8.775	602	16.289
Empresas Industriais	-	-	-	311	-	514	-	514
TOTAL	7.731	9.175	588	17.805	6.912	9.289	602	16.803
Títulos públicos do governo brasileiro	-	186	-	186	306	-	-	306
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	186	-	186	306	-	-	306
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	-	69	-	69	112	-	-	112
TOTAL	-	69	-	69	112	-	-	112
Notas Estruturadas	-	(2.815)	-	(2.815)	-	(1.335)	-	(1.335)
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo	-	(2.815)	-	(2.815)	-	(1.335)	-	(1.335)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	-	(1.037)	-	(1.037)	-	(488)	-	(488)
TOTAL	-	(1.037)	-	(1.037)	-	(488)	-	(488)

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2011 e 2010 para nossos Derivativos:

ITAU UNIBANCO HOLDING	31/12/2011				31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Opções	-	1.755	688	2.443	-	1.696	56	1.752
Termo	-	2.326	4	2.330	-	2.096	-	2.096
Swaps - Diferencial a Receber	-	2.732	18	2.750	-	2.932	5	2.937
Swap c/ Verificação	-	4	-	4	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	-	399	-	399	-	-	261	261
Futuros	17	9	-	26	-	-	-	-
Outros Derivativos	-	607	195	802	-	568	163	731
Derivativos - Ativo	17	7.832	905	8.754	-	7.292	485	7.777
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	6	2.884	333	3.224	-	2.667	177	2.844
Empresas Industriais	-	-	-	16	-	2	-	2
TOTAL	6	2.884	333	3.240	-	2.669	177	2.846
Opções	-	(1.930)	(676)	(2.606)	-	(1.899)	(188)	(2.087)
Termo	-	(1.136)	(8)	(1.144)	-	(1.191)	-	(1.191)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(2.782)	(16)	(2.798)	-	(2.007)	(6)	(2.013)
Verificação de Swap	-	(2)	-	(2)	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	-	(110)	-	(110)	-	(10)	(119)	(129)
Futuros	-	-	-	-	(46)	-	(9)	(55)
Outros Derivativos	-	(87)	-	(87)	-	(183)	(13)	(196)
Derivativos - Passivo	-	(6.047)	(700)	(6.747)	(46)	(5.290)	(335)	(5.671)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11 e 36,57% em Dez/10	-	(2.227)	(258)	(2.484)	(17)	(1.935)	(123)	(2.074)
Outras Empresas	-	-	-	(2)	-	(3)	-	(3)
TOTAL	-	(2.227)	(258)	(2.486)	(17)	(1.938)	(123)	(2.077)

Mensurações de valor justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do balanço patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pela ITAUSA CONSOLIDADO no nível 3 da hierarquia de avaliação.

Distribuição dos Níveis

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	159	89	1.422	(1.391)	11	290	-
Títulos de Dívidas de Empresas	159	89	1.422	(1.391)	11	290	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	157	85	562	(804)	-	-	-
Notas Promissórias	-	3	697	(410)	-	290	-
Outros	2	1	163	(177)	11	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.647	767	3.217	(3.530)	(505)	1.596	266
Títulos públicos do governo brasileiro	320	-	38	(64)	(35)	259	(100)
Títulos de Dívidas de Empresas	1.327	767	3.179	(3.466)	(470)	1.337	366
Ações Negociáveis	-	-	227	-	(227)	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	62	686	1.125	(1.103)	(79)	691	366
Notas Promissórias	1.265	78	1.666	(2.363)	-	646	-
Outros	-	3	161	-	(164)	-	-
	36,57%				36,82%		
Participação Itaúsa	661	315	1.708	(1.812)	(182)	694	98

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	485	811	835	(1.226)	-	905	(93)
Opções	56	89	690	(147)	-	688	(63)
Swap - Diferencial a receber	5	-	28	-	-	33	3
Termo	-	(15)	4	-	-	(11)	-
Derivativos de Crédito	261	57	104	(422)	-	-	-
Outros Derivativos	163	680	9	(657)	-	195	(33)
Derivativos - Passivo	(335)	130	(166)	(329)	-	(700)	(316)
Opções	(188)	82	(110)	(460)	-	(676)	(302)
Termo	-	-	(8)	-	-	(8)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	(13)	(16)	19	-	(16)	(14)
Derivativos de Crédito	(119)	55	(5)	69	-	-	-
Futuros	(9)	6	(27)	30	-	-	-
Outros Derivativos	(13)	-	-	13	-	-	-
	36,57%				36,82%		
Participação Itaúsa	55	346	246	(573)	-	75	(110)

Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 como Outros Derivativos correspondem basicamente a CDS indexadas a Ações.

Não ocorreram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante os períodos findos em de 31/12/2011 e 2010.

Houve transferências de Nível 3 para Nível 2, devido ao alongamento das curvas verificadas no mercado.

Análise de sensibilidade de operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas de avaliação que incorporam premissas não evidenciadas por preços de transações correntes em mercados ativos, conforme explicado no item f acima. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários razoavelmente possíveis de alterações no preço de ativos, nas taxas de juros ou em cenários que combinam choques no preço com choques de volatilidade para ativos não lineares (volatilidade decorrente da ausência de linearidade entre o preço do derivativo e do ativo-objeto):

Categoria	Cenários		
	I	II	III
Taxa de Juros	(1)	(17)	(34)
Impacto no Resultado	-	(1)	(2)
Impacto no Patrimônio	(1)	(16)	(32)
Moedas, Commodities e Índices	(1)	(1)	-
Impacto no Resultado	(1)	(1)	-
Impacto no Patrimônio	-	-	-
Não Lineares	(30)	(56)	-
Impacto no Resultado	(30)	(56)	-
Impacto no Patrimônio	-	-	-
TOTAL	(32)	(74)	(34)
Impacto no Resultado	(31)	(58)	(2)
Impacto no Patrimônio	(1)	(16)	(32)

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, Commodities e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, commodities e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques combinados de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques combinados de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

NOTA 31 – PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

Provisões	31/12/2011	31/12/2010
Cíveis	1.186	1.108
Trabalhistas	1.549	1.518
Fiscais e Previdenciárias	3.425	2.917
Outros	61	63
Total	6.221	5.606
Circulante	1.156	995
Não Circulante	5.065	4.611

A ITAÚSA e suas controladas e subsidiárias, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências.

Os dados estão sendo apresentados, considerando a participação da Itaúsa no Itaú Unibanco Holding proporcional, conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingencia: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O Itaú Unibanco Holding também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no STF é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, recentemente foi decidido no STJ que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 222, sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico que precifica as ações, acrescido do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não existem Ações Trabalhistas categorizadas como perda possível

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com FCVS cedidos ao Banco Nacional.

Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes	01/01 a 31/12/2011			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	1.108	1.518	63	2.689
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(114)	(410)	-	(524)
Subtotal	994	1.108	63	2.165
Atualização/Encargos	44	48	-	92
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>551</u>	<u>296</u>	<u>(2)</u>	<u>845</u>
Constituição	729	384	5	1.118
Reversão	(178)	(88)	(7)	(273)
Pagamento	(453)	(245)	-	(698)
Subtotal	1.136	1.207	61	2.404
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	50	342	-	392
Saldo Final	1.186	1.549	61	2.796
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2011	751	898	-	1.649

Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes	01/01 a 31/12/2010			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	862	1.172	63	2.097
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(35)	(203)	-	(238)
Subtotal	827	969	63	1.859
Atualização/Encargos	51	28	-	79
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>430</u>	<u>301</u>	<u>-</u>	<u>731</u>
Constituição	655	338	4	997
Reversão	(225)	(37)	(4)	(266)
Pagamento	(313)	(187)	-	(500)
Subtotal	995	1.111	63	2.169
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	113	407	-	520
Saldo Final	1.108	1.518	63	2.689
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2010	778	1.194	-	1.972

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Saldo Inicial	2.917	3.064
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(16)	(13)
Subtotal	2.901	3.051
Atualização/Encargos	213	164
Movimentação do Período Refletida no Resultado	375	330
Constituição	452	646
Reversão (1)	(77)	(316)
Pagamento (1)	(85)	(644)
Subtotal	3.404	2.901
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	21	16
Saldo Final (Notas 13c e 14c)	3.425	2.917

(1) O ITAUSA e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei 11.941 de 27/05/2009. No 1º semestre/2010 foram incluídos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, sendo que a principal tese refere-se ao alargamento da base de cálculo de PIS e Cofins, previsto pelo § 1º do art. 3º da Lei 9.718 de 27/11/1998.

Depósitos em Garantias	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Saldo Inicial	3.007	2.953
Apropriação de Rendas	225	183
Movimentação do Período	<u>(30)</u>	<u>(217)</u>
Depositados	165	300
Levantamentos Efetuados	(184)	(491)
Conversão em Renda	(11)	(26)
Outros ajustes	20	88
Saldo Final	3.222	3.007

As principais discussões relativas às Provisões são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo – R\$ 1.062: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 384.
- CSLL - Isonomia – R\$ 496: a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, mantendo a alíquota de 9% para as demais pessoas jurídicas, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 85.
- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior – R\$ 180: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 181.
- PIS – R\$ 138 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento com base na Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 47.

Contingências não reconhecidas no Balanço – não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2.184, sendo as principais naturezas descritas a seguir.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 404: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

- INSS - Verbas não Remuneratórias – R\$ 233: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, vale transporte e abono único.
- IRPJ/CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos – R\$ 169: defendemos que são despesas operacionais necessárias e dedutíveis nos termos da Lei as perdas em operações de crédito e os descontos em sua renegociação e recuperação.
- ISS Atividades Bancárias – R\$ 166: trata-se de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado e/ou são decorrentes de atividades não listadas em Lei Complementar.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 137: discutimos o correto tratamento contábil e tributário do valor recebido pela constituição onerosa do usufruto.
- IRPJ, CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 132: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 236 (R\$ 652 em 31/12/2010) (Nota 21a), representado principalmente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Ativos dados em garantia de contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010
Títulos e Valores Mobiliários (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	569	578
Depósitos em Garantia	1.193	1.204

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais da Itaúsa são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Em virtude desse fato, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com a relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, a Itaúsa não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

A ITAÚSA e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

NOTA 32 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentadas ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itaotec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa tem autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding e detinha uma participação de 36,82%, em 31 de dezembro de 2011 (36,57% em 31/12/2010).

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga) que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itaotec: atua no mercado de informática, sendo especializada no desenvolvimento de produtos e soluções de computação, automações e serviços tecnológicos.

	Janeiro a Dezembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO IFRS (1)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Elekeiroz S.A.	
Ativos Totais	2011	818.136	6.814	1.176	654	312.002
	2010	727.082	6.171	1.081	633	275.492
Receitas Operacionais (2)	2011	124.877	2.970	1.542	777	56.238
	2010	104.414	2.742	1.571	851	47.942
Lucro Líquido	2011	13.837	375	44	15	5.367
	2010	11.708	467	12	45	5.013
Patrimônio Líquido	2011	73.941	3.693	538	477	32.290
	2010	65.875	3.453	514	466	29.036
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (3)	2011	19,9%	10,5%	8,3%	3,1%	17,6%
	2010	18,9%	14,1%	2,2%	10,1%	17,9%
Geração Interna de Recursos (4)	2011	43.182	861	66	35	17.166
	2010	40.100	839	70	88	16.668

(1) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e Comercialização e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços Financeiros.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun + set + dez)/5)

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Abaixo seguem informações das Receitas por área geográfica da área de serviços financeiros, já na proporção da participação da ITAÚSA.

As controladas da área industrial não têm transações externas relevantes no consolidado.

	01/01 a 31/12/2011			01/01 a 31/12/2010		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira (*)	36.484	1.797	38.281	28.979	1.314	30.293
Ativos não Correntes	3.125	256	3.381	2.613	216	2.829

(*) Inclui receita de juros e rendimentos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Informações adicionais

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total da ITAÚSA CONSOLIDADO em 2011 e em 2010.

NOTA 33 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaúbanco, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaúbank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social e a Fundação Itaúsa Industrial, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚSA e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, o Instituto Assistencial Pedro Di Perna, o Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- O investimento na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Controladora				Consolidado			
	Valor da transação		Saldo em Aberto		Valor da transação		Saldo em Aberto	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	-	(143)	-	-	-	-	(107)	(98)
Itaú Unibanco Holding S.A.	-	(143)	-	-	-	-	-	-
Fundação BEMGEPREV	-	-	-	-	-	-	(3)	(13)
UBB Prev Previdência Complementar	-	-	-	-	-	-	(19)	(17)
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	(76)	(79)
Caixa de Prev. Dos Func. Do B anco BEG - PREBEG	-	-	-	-	-	-	(9)	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	11
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	-	-	30	18	-	-
Itaú Unibanco Holding S.A.	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	21	10	-	-
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	-	-	5	3	-	-
UBB Prev Previdência Complementar	-	-	-	-	1	3	-	-
Outras	-	-	-	-	4	3	-	-
Receita (Despesas) com Aluguéis	1	1	-	-	(37)	(24)	-	-
Itaú Unibanco Holding S.A.	1	1	-	-	-	-	-	-
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	(27)	(15)	-	-
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	-	-	(10)	(8)	-	-
Outras	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Despesas com Doações	-	-	-	-	(57)	(45)	-	-
Instituto Itaú Cultural	-	-	-	-	(56)	(44)	-	-
Outras	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010
Duratex S.A.	382	362
Elekeiroz S.A.	46	15
Itautec S.A.	164	167
Total	592	544

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos administradores da ITAÚSA são compostos conforme segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Remuneração	7	9
Participações no Lucro	6	8
Contribuição aos Planos de Aposentadoria	-	1
Total	13	18

NOTA 34 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, que refletem principalmente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação das debêntures emitidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 327 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Conforme nota 20c, as debêntures remuneram 106,5% do CDI e a amortização dar-se-á em três parcelas anuais e sucessivas em junho de 2011, 2012 e 2013.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Como forma de gerenciar melhor sua exposição, a ITAÚSA possui o controle dos seus investimentos com maior propensão ao risco, notadamente aqueles da área financeira. As entidades nas quais a ITAÚSA participa direta ou indiretamente, mas não controla, não estão sujeitas a riscos relevantes. Esta nota de riscos prioriza a gestão da controlada em conjunto que concentra o maior nível de riscos de mercado, crédito e liquidez, o Itaú Unibanco Holding. Desta forma, estamos apresentando as suas informações de gestão de risco pelos valores integrais, sem aplicar a proporcionalidade da participação da ITAÚSA.

ÁREA FINANCEIRA

Risco de Crédito

Risco de crédito, conforme resolução 3.721 do Banco Central do Brasil, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas: (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas em renegociações e (iv) aos custos de recuperação.

A gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é feita tendo como objetivo otimizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece suas políticas de crédito com base em fatores internos e externos. Dentre os internos destacam-se os critérios de classificação de clientes, a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno observadas, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; já os externos estão relacionados ao ambiente econômico no Brasil e no exterior, e a fatores como a participação de mercado, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e aumento (ou redução) do consumo.

O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é estruturado de forma a garantir a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios, por meio de estrutura de comitês e comissões. No varejo, as decisões de concessão e gestão da carteira de crédito são tomadas tendo como base modelos de score continuamente acompanhados. No atacado, as diversas comissões se subordinam à Comissão Superior responsável pela gestão do risco de crédito, através de alçadas que garantem a detalhada observação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

1. Mensuração do Risco de Crédito

1.1. Empréstimos a clientes e a instituições financeiras

O Itaú Unibanco leva em consideração três componentes para aferir o risco de crédito: a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD) e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes (LGD). A avaliação dessas componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira.

A classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos reflete sua probabilidade de inadimplência, e constitui elemento fundamental no processo de mensuração do risco, pois é com base nela que os limites de crédito são calculados. A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco e dos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor que 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%
Impairment	Operações Corporate com PD maior que 31,84%
	Operações em Atraso >90 dias
	Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *credit* e *behaviour score*, alinhados com as exigências do Comitê de Basileia. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

1.2. Títulos públicos e outros instrumentos de dívida

A Instituição classifica os títulos públicos e outros instrumentos de dívida de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições ao risco de crédito.

2. Controle do limite de risco de crédito

O Itaú Unibanco Holding realiza o controle do risco de crédito de forma centralizada, ao passo que a gestão do risco de crédito é feita descentralizada por cada unidade de negócio.

O monitoramento centralizado das carteiras é realizado por área executiva independente responsável pelo controle de risco de crédito, que utiliza indicadores de risco e desempenho para analisar a carteira de crédito em nível agregado, por linha de negócio, segmento, produto e demais variáveis que considera relevante.

Com isso, garante-se o alinhamento permanente entre as estratégias definidas pela organização e eventuais mudanças no cenário de crédito.

O monitoramento descentralizado das carteiras, com foco na gestão, é realizado por todas as áreas de crédito das unidades de negócio, que avaliam as carteiras em nível detalhado.

O grupo controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e política de mitigação do risco de crédito

O Itaú Unibanco Holding utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações que apresentam risco de crédito. Desse modo, as garantias são utilizadas com o fim de ajustar o potencial de recuperação do crédito em caso de inadimplência; e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

As garantias são importante instrumento de gestão do risco de crédito e por essa razão só são aceitas quando condizentes com os rigorosos critérios estabelecidos pelo grupo.

O Itaú Unibanco Holding assegura que qualquer garantia mantida é suficiente, juridicamente exercível (eficaz), exequível e é regularmente reavaliada.

O Itaú Unibanco Holding utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de suas carteiras de empréstimos e títulos; estes instrumentos são precificados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os compromissos para extensão de crédito (ex. cheque especial, limites pré-aprovados, compromissos de concessão de créditos, cartas de crédito em aberto ("standby") e outras garantias) representam porções não utilizadas do valor disponibilizado em operações de crédito. A exposição máxima, considerando-se a utilização total dos limites está demonstrada no quadro abaixo. Os limites são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo Itaú Unibanco está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo do Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo-se em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se *impaired* principalmente os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com reclassificação interna maior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou 540 dias após vencido no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao risco de crédito

	31/12/2011			31/12/2010		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.820	18.001	27.821	4.684	10.151	14.835
Aplicações no Mercado Aberto	91.643	605	92.248	87.396	1.286	88.682
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	116.615	5.274	121.889	101.815	13.682	115.497
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	186	186	-	306	306
Derivativos	5.864	2.890	8.754	5.571	2.206	7.777
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	7.323	40.187	47.510	19.602	24.937	44.539
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.500	605	3.105	2.478	692	3.170
Operações de Crédito	251.034	71.357	322.391	220.835	54.008	274.843
Off Balance	254.711	14.830	269.541	214.962	7.074	222.036
Avais e Fianças	48.908	2.622	51.530	36.510	1.864	38.374
Cartas de Crédito	11.172	-	11.172	8.628	-	8.628
Compromissos a Liberar	194.631	12.208	206.839	169.824	5.210	175.034
Crédito Imobiliário	14.308	-	14.308	9.064	-	9.064
Cheque Especial	91.904	-	91.904	82.299	-	82.299
Cartão de Crédito	83.767	489	84.256	72.034	522	72.556
Outros Limites Pré-Aprovados	4.652	11.719	16.371	6.427	4.688	11.115
Total	739.510	153.935	893.445	657.343	114.342	771.685

A tabela apresenta a exposição máxima em 31 de dezembro de 2011 e de 31 de dezembro de 2010, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Para as garantias (Avais, Fianças e Cartas de Crédito) o valor máximo da exposição ao risco de crédito é o montante que o Itaú Unibanco pode vir a desembolsar, se as garantias forem requeridas.

Como descrito no quadro anterior a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos mantidos para negociação, Aplicações em Instituições financeiras, além de Avais, Fianças e outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 78% das operações de crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna, além de que;
- somente 7,3% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda; e
- 5,4% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

a) Operações de Crédito

	31/12/2011	%	31/12/2010	%
Setor Público	1.990	0,57%	1.138	0,39%
Indústria e Comércio	99.859	28,85%	84.997	28,82%
Serviços	70.642	20,40%	60.295	20,45%
Setor Primário	16.109	4,65%	13.933	4,73%
Pessoa Física	156.167	45,10%	132.289	44,86%
Outros Setores	1.497	0,43%	2.185	0,75%
Total	346.264	100,00%	294.837	100,00%

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/12/2011	%	31/12/2010	%
Setor Primário	1.029	0,34%	581	0,21%
Setor Público	88.174	29,24%	85.364	31,06%
Indústria e Comércio	5.381	1,78%	5.614	2,04%
Serviços	72.281	23,97%	72.491	26,38%
Outros Setores	14.574	4,83%	7.218	2,63%
Pessoa Física	5	0,00%	21	0,01%
Financeiras	120.069	39,82%	103.517	37,67%
Total	301.513	100,00%	274.806	100,00%

(*) inclui Ativos financeiros mantidos para negociação, derivativos, ativos designados a valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros mantidos até o vencimento, Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos "Off Balance" (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito por portfólio de segmentos e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2011			31/12/2010				
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	86.992	3.423	314	90.729	72.602	2.499	134	75.235
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	70.501	40.321	8.952	119.774	62.956	33.892	6.256	103.104
Cartão de Crédito	19.245	12.580	2.503	34.328	15.447	11.571	2.083	29.101
Crédito Pessoal	7.648	14.893	5.870	28.411	9.816	6.447	3.178	19.441
Veículos	31.516	12.248	565	44.329	30.327	15.752	976	47.055
Crédito Imobiliário	12.092	600	14	12.706	7.366	122	19	7.507
Micros/Pequenas e Médias Empresas	50.774	15.899	6.828	73.501	47.789	16.170	7.273	71.232
Unidades Externas América Latina	13.048	4.120	816	17.984	12.641	-	-	12.641
Total	221.315	63.763	16.910	301.988	195.988	52.561	13.663	262.212

6.1.1 As operações de crédito vencidas, por portfólio de segmentos e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento:

	31/12/2011			31/12/2010				
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	11.764	4.112	1.491	17.367	9.234	3.280	1.091	13.605
Cartão de Crédito	805	344	401	1.550	871	352	306	1.529
Crédito Pessoal	2.056	871	460	3.387	1.227	507	202	1.936
Veículos	8.456	2.760	589	11.805	6.851	2.331	564	9.746
Crédito Imobiliário	447	137	41	625	285	90	19	394
Grandes Empresas	1.232	185	51	1.468	367	55	42	464
Micros/Pequenas e Médias Empresas	3.433	1.349	596	5.378	2.275	1.114	473	3.862
Unidades Externas América Latina	1.144	41	26	1.211	771	31	14	816
Total	17.573	5.687	2.164	25.424	12.647	4.480	1.620	18.747

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	31/12/2011							Total
	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		
Baixo	120.069	111.938	186	4.750	26.849	3.101	266.893	
Médio	-	9.197	-	3.742	20.580	4	33.523	
Alto	-	754	-	262	81	-	1.097	
Total	120.069	121.889	186	8.754	47.510	3.105	301.513	
%	39,8%	40,4%	0,1%	2,9%	15,8%	1,0%	100,0%	

Classificação Interna	31/12/2010							Total
	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		
Baixo	103.517	107.798	306	5.140	22.055	3.163	241.979	
Médio	-	7.564	-	2.577	22.428	7	32.576	
Alto	-	135	-	60	56	-	251	
Total	103.517	115.497	306	7.777	44.539	3.170	274.806	
%	37,7%	42,0%	0,1%	2,8%	16,2%	1,2%	100,0%	

6.1.3 Garantias de operações de crédito

Efeito financeiro da garantia	31/12/2011				31/12/2010			
	(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia		(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia	
	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia
Pessoas Físicas	75.802	152.646	30	19	70.111	98.605	12	10
Crédito Pessoal	1.136	2.735	25	15	85	303	12	10
Veículos	61.274	88.881	5	4	62.910	79.866	-	-
Crédito Imobiliário	13.392	61.030	-	-	7.116	18.436	-	-
Empresas	146.817	269.179	30.373	12.504	120.279	246.473	6.774	5.018
Unidades Externas América Latina	-	-	19.259	13.497	-	-	13.509	12.479
Total das Garantias	222.619	421.825	49.662	26.020	190.390	345.078	20.295	17.507

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos (valor total de R\$ 73.983 em dezembro de 2011) (valor total de R\$ 84.152 em dezembro de 2010).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito. Desse modo, as garantias são utilizadas com o fim de maximizar o potencial de recuperação do crédito em caso de inadimplência, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Crédito a Pessoa Física

Empréstimo Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito normalmente requer garantias de acordo com as políticas de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, focando em avais e fianças.

Veículos - Para esta modalidade de operação prevalece a garantia de alienação fiduciária, que também são os bens arrendados nas operações de Leasing.

Crédito Imobiliário - Os próprios bens são dados em garantias.

Crédito a pessoa jurídica - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Argentina/Chile/Uruguai/Paraguai - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Operações de crédito renegociadas

Atividades de renegociação incluem acordos de pagamentos prorrogados, modificação e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a situação do cliente (anteriormente inadimplente) retorna à situação de não vencida e é classificada nos *ratings* internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação). As operações de crédito renegociadas que estariam em curso anormal ou em situação de perda, caso não tivessem sido renegociadas, totalizam R\$ 14.570 (R\$ 9.032 em 31/12/2010).

8. Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período de 01/01 a 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Imóveis Não de Uso	8	3
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	34	21
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	4	68
Outros (Veículos/móveis/Equipamentos) - Dação	1	2
Total	47	94

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição planeja, monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O Itaú Unibanco Holding utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados, e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*). Atualmente, está em análise o uso de soluções de mercado para complementar a arquitetura tecnológica de risco como parte do processo evolutivo para atendimento das futuras exigências regulatórias e gerenciais.

O controle de risco de mercado realizado pelo Itaú Unibanco Holding abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas sob sua responsabilidade. Neste sentido, a política de gerenciamento de risco de mercado do Itaú Unibanco Holding encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN), constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do conglomerado ITAÚ UNIBANCO.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia adotada pelo Itaú Unibanco Holding baseia-se no uso abrangente e complementar de métodos, bem como de ferramentas quantitativas para estimar, monitorar e gerenciar riscos, e nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

Nesse contexto, a estratégia de gerenciamento de risco do Itaú Unibanco Holding visa a balancear os objetivos de negócio da empresa, considerando:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado da instituição;
- *Expertise* para atuar em mercados específicos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais do conglomerado Itaú Unibanco Holding. Além disso, a área independente realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, inclusive das eventuais extrapolações de limites de risco, comunicando o evento à unidade de negócio responsável e acompanhando as ações necessárias para readequação da posição e / ou nível de risco. Para isto, o banco conta com um processo estruturado de comunicação e informações, visando a fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no Itaú Unibanco Holding.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007 do CMN, e na Circular nº 3.354, de 27 de junho de 2007, do Banco Central do Brasil (BACEN) e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, os instrumentos financeiros, incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em carteira de negociação (*trading*) e carteira de não-negociação (*banking*). A mensuração do risco de mercado é realizada observando esta mesma segregação de carteiras.

A carteira de negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação no curto prazo ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas à obtenção de benefícios com os movimentos de preços, efetivos ou esperados no curto prazo, ou realização de arbitragens.

A carteira de não negociação é formada pelas operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste de operações detidas sem intenção de negociação no curto prazo, e seus respectivos *hedges*, bem como em operações destinadas à gestão ativa dos riscos financeiros, que podem ou não ser realizados com derivativos.

O Itaú Unibanco Holding realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de seus investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedges*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil, conforme definido pelas políticas internas do Itaú Unibanco Holding.

As exposições a risco de mercado dos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em fatores de risco. Um fator de risco refere-se a um parâmetro de mercado cuja variação acarreta impactos no resultado, sendo os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo Itaú Unibanco Holding:

- Taxas de Juros: risco de perda das operações sujeitas à variações nas taxas de juros, abrangendo:
 - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
 - Taxas dos cupons de taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda das posições em operações sujeitas às taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Moedas Estrangeiras: risco de perda das posições em moeda estrangeira, em operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda das operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Ações: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de ações.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado do Itaú-Unibanco ocorre dentro da governança e hierarquia de comissões e limites aprovados especificamente para este fim, e que cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco até limites granulares, garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na

gestão. Os limites são monitorados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas comissões competentes.

Neste último trimestre, o Itaú Unibanco Holding aprimorou sua estrutura de controle de limites de risco de mercado, tornando-a mais granular e alinhada à estrutura de negócios, segregando as métricas em grupos de fatores de risco, conforme as áreas de negócios. Essa nova estrutura de controle de limites visa:

- Proporcionar mais conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do banco, promovendo o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco e sua evolução;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Evitar a concentração de riscos.

Nesta estrutura de controle, os limites, agora mais granulares, são monitorados e os alertas de atingimento acionam discussões deliberativas sobre as posições.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco Estatístico (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos. Aplicado a grupo de fatores de risco;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: Perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado a Realizar (RaR): avaliação da diferença entre valor com os juros apropriados e valor de mercado em determinada data, em cenário normal e em cenários estressados, refletindo assimetrias contábeis e expectativas de realização de resultado. É uma das medidas de risco utilizada para avaliar gerencialmente o risco da carteira de não negociação.
- Resultado em Risco (EaR): medida que quantifica o impacto no resultado do balanço em situações adversas de mudança de taxa de juros;

Adicionalmente às medidas de risco acima mencionadas, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, inclui-se:

- Análise de Descasamentos (*gaps*): exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas curvas futuras de juros. Aplicado a fatores de risco;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS) – derivadas parciais de uma carteira de opções em relação ao preço do ativo-objeto, a volatilidade implícita, taxa de juros e ao tempo;
- Perda Máxima (*Stop Loss*): máxima perda que um dado portfólio classificado na carteira de negociação está autorizado a atingir.

VaR - Consolidado Itaú Unibanco Holding

O modelo interno de VaR utilizado pelo Itaú Unibanco Holding considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela de VaR Global Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do Itaú Unibanco Holding e de suas subsidiárias no exterior (Banco Itaú BBA International S.A., Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A. e Banco Itaú Paraguai S.A.); demonstrando onde encontram-se as maiores concentrações de risco de mercado.

O consolidado Itaú Unibanco Holding S. A., mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital. Neste trimestre, o aumento do VaR Global Total observado quando comparado com o final de 2010, se deve principalmente ao incremento na volatilidade gerada pela recente crise global e aumento da aversão ao risco.

Neste período, o VaR Global Médio foi de R\$ 142,0 milhões ou 0,19% do patrimônio total (em todo o ano de 2010 foi de R\$ 109,4 milhões ou 0,16%).

	VaR Global (*)							
	Média	Mínimo(**)	Máximo(**)	31/12/2011	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2010
	(em milhões de R\$)							
Grupo de Fatores de Risco								
Taxa de Juros	105,3	27,0	229,2	114,8	109,5	47,3	207,8	123,7
Cupons Cambiais	29,5	12,6	59,0	23,6	18,4	3,7	50,8	17,3
Moedas Estrangeiras	38,1	14,2	69,2	29,0	31,8	3,3	98,1	34,0
Índices de Preços	17,7	2,5	41,6	21,1	17,1	6,4	30,0	18,6
Ações	13,4	3,7	26,1	4,4	15,1	5,1	27,7	14,4
Unidades Externas								
Itaú BBA <i>International</i>	2,9	0,4	6,5	1,5	1,3	0,5	3,4	0,6
Itaú Argentina	4,0	1,6	9,4	3,7	1,0	0,4	2,3	1,6
Itaú Chile	5,3	1,9	10,3	5,3	5,1	2,6	9,4	3,3
Itaú Uruguai	0,5	0,2	1,1	0,7	0,4	0,2	0,8	0,2
Itaú Paraguai	0,6	0,2	1,7	0,2	0,6	0,2	1,6	0,9
Efeito de diversificação	-	-	-	(53,4)				(82,8)
Total	142,0	74,0	278,5	150,9	109,4	61,6	181,8	131,9

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

(**) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação do fechamento da data-base

Análise de Sensibilidade - CARTEIRAS DE NEGOCIAÇÃO (TRADING) E NÃO NEGOCIAÇÃO (BANKING)

Em cumprimento à Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, o Itaú Unibanco realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes aos quais o conglomerado estava exposto. Cada fator de risco de mercado foi sensibilizado com aplicações de choques de 25% e 50%, tanto de crescimento quanto de queda. As maiores perdas resultantes, por fator de risco, em cada um dos cenários, foram apresentadas com impacto no resultado, líquido de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da exposição do Itaú Unibanco em derivativos em cenários excepcionais.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464 do CMN, de 26 de junho de 2007, e na Circular nº 3.354, de 27 de junho de 2007, do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, os instrumentos financeiros, incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em carteira de negociação e carteira de não negociação. A mensuração do risco de mercado é realizada observando esta mesma segregação de carteiras.

As análises de sensibilidade, aqui apresentadas, são uma avaliação estática de exposição do portfólio e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, com horizonte de investimentos de curto prazo, destinadas a hedge de outros instrumentos desta carteira ou trava de resultados de arbitragem.

Valores em BRL mil

Carteira Trading		Exposições			31/12/2011 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários					
		I	II	III			
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(1.118)	(27.821)	(55.369)			
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	246	(6.207)	(12.531)			
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(7.486)	(187.152)	(374.305)			
Índices de Preços	Taxas de cupons de índices de preços	(163)	(4.060)	(8.083)			
TR	Taxas de cupom de TR	367	(9.267)	(18.706)			
Ações	Preços de ações	525	(13.121)	(26.243)			
Total sem correlação		(7.629)	(247.628)	(495.236)			
Total com correlação		(5.501)	(178.532)	(357.049)			

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

A carteira de não negociação é formada pelas operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste de operações com horizonte de investimento de médio e longo prazos e seus respectivos hedges e as destinadas à gestão ativa dos riscos financeiros, que podem ou não ser realizados com derivativos.

Valores em BRL mil

Carteiras Trading e Banking		Exposições			31/12/2011 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários					
		I	II	III			
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(4.343)	(108.226)	(215.754)			
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(1.068)	(26.420)	(52.268)			
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(1.960)	(49.009)	(98.018)			
Índices de Preços	Taxas de cupons de índices de preços	(1.021)	(25.313)	(50.197)			
TR	Taxas de cupom de TR	(3.355)	(82.061)	(160.429)			
Ações	Preços de ações	1.381	(34.523)	(69.046)			
Total sem correlação		(10.366)	(325.552)	(645.712)			
Total com correlação		(7.474)	(234.712)	(465.538)			
Total sem correlação - área industrial (**)			(3.556)	(5.142)			

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

(**) Inclui exposições em moeda estrangeira, taxa de juros e preços.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações, que têm como base as informações divulgadas pelo mercado (BM&F BOVESPA, Anbima, etc).

Cenário II: Aplicação de choques de 25 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 25 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Cenário III: Aplicação de choques de 50 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 50 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Os derivativos contratados pelo Itaú Unibanco estão demonstrados no item Instrumentos Financeiros Derivativos, constante na nota 7.

Taxa de Juros

O gerenciamento de risco de taxas de juros é realizado com base na marcação a mercado dos valores de vencimento dos diversos produtos, agregando-os em datas comuns, apurando a sensibilidade às variações de juros, e aplicando choques nas taxas de juros. Já a tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros apresenta uma visão diferente, agrupando, por produtos, o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo mais utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros (1)

	31/12/2011					31/12/2010						
	0-30	31-180	181-365	1-3 anos	Acima de 3 anos	Total	0-30	31-180	181-365	1-3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos Remunerados	236.921	142.241	90.272	164.644	111.752	745.830	222.161	145.250	69.989	151.046	66.973	655.419
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.911	3.226	3.247	2.122	315	27.821	8.209	2.954	3.153	518	1	14.835
Aplicações no Mercado Aberto	50.131	40.462	1.655	-	-	92.248	47.929	32.267	1.898	5.165	1.423	88.682
Depósitos Compulsórios no Banco Central	98.053	-	-	-	-	98.053	85.776	-	-	-	-	85.776
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.188	3.369	27.149	49.914	34.269	121.889	28.366	19.403	10.936	29.507	27.285	115.497
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor	186	-	-	-	-	186	306	-	-	-	-	306
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.139	3.997	3.768	13.221	20.385	47.510	6.809	8.098	4.659	8.249	16.724	44.539
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	87	-	33	190	2.795	3.105	4	144	136	295	2.591	3.170
Derivativos	2.277	2.199	1.473	1.531	1.274	8.754	1.142	2.602	1.315	1.212	1.506	7.777
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	53.949	88.988	52.947	97.666	52.714	346.264	43.620	79.782	47.892	106.100	17.443	294.837
Passivos Remunerados	167.707	69.188	47.978	167.503	104.446	556.822	172.825	58.287	49.042	135.939	77.436	493.529
Depósitos de Poupança	67.170	-	-	-	-	67.170	57.900	-	-	-	-	57.900
Depósitos a Prazo	30.918	19.167	11.475	41.702	41.207	144.469	15.332	16.714	21.476	33.002	29.892	116.416
Depósitos Interfinanceiros	665	683	445	242	30	2.065	348	836	505	203	37	1.929
Depósitos para Investimentos	-	-	-	-	-	-	906	-	-	-	-	906
Mercado Aberto	55.866	11.403	11.139	83.623	23.382	185.413	89.010	21.369	12.067	60.200	17.011	199.657
Mercado Interbancário	5.904	24.588	16.773	30.133	13.100	90.498	4.905	16.209	11.438	20.897	9.150	62.599
Mercado Institucional	2.772	11.248	5.881	9.565	25.341	54.807	658	1.419	1.857	20.261	20.318	44.513
Derivativos	1.526	1.245	1.364	1.541	1.071	6.747	1.113	1.423	1.408	1.090	637	5.671
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	48	854	901	697	315	2.815	50	317	291	286	391	1.335
Passivos de Planos de Capitalização	2.838	-	-	-	-	2.838	2.603	-	-	-	-	2.603
Diferença ativo/passivo (2)	66.626	73.907	43.195	(2.162)	7.621	189.187	48.701	87.280	21.238	15.393	(10.072)	162.540
Diferença Acumulada	66.626	73.907	43.195	(2.162)	7.621	189.187	48.701	87.280	21.238	15.393	(10.072)	162.540
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	8,9%	9,9%	5,8%	(0,3%)	1,0%	25,4%	7,4%	13,3%	3,2%	2,3%	(1,5%)	24,8%

(1) Prazos contratuais remanescentes.

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre os vencimento de todos os ativos e passivos remunerados, na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

RISCO DE MOEDA

31/12/2011					
ATIVO	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Disponibilidades	2.560	323	64	2.221	5.168
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	13	-	2.098	2.111
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.681	1.274	2	1.044	18.001
Aplicações em Mercado Aberto	478	-	-	127	605
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.327	643	-	304	5.274
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	186	-	-	186
Derivativos	2.018	614	-	258	2.890
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	37.880	98	-	2.209	40.187
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	605	-	-	-	605
Operações de Crédito, líquida	40.494	5.338	2.832	22.693	71.357
TOTAL DO ATIVO	104.043	8.489	2.898	30.954	146.384

31/12/2011					
PASSIVO	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Depósitos	36.830	2.390	409	19.438	59.067
Captações no Mercado Aberto	7.228	-	-	176	7.404
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	2.815	-	-	2.815
Derivativos	1.684	537	-	137	2.358
Recursos de Mercados Interbancários	28.022	643	2	2.015	30.682
Recursos de Mercados Institucionais	47.643	3.530	-	1.230	52.403
TOTAL DO PASSIVO	121.407	9.915	411	22.996	154.729

POSIÇÃO LIQUÍDA	(17.364)	(1.426)	2.487	7.958	(8.345)
------------------------	-----------------	----------------	--------------	--------------	----------------

31/12/2010					
ATIVO	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Disponibilidades	3.433	124	130	1.154	4.841
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	8	-	898	906
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.726	2.724	-	701	10.151
Aplicações em Mercado Aberto	1.177	-	-	109	1.286
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	12.447	694	-	541	13.682
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	306	-	-	306
Derivativos	1.974	111	-	121	2.206
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	22.320	47	-	2.570	24.937
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	692	-	-	-	692
Operações de Crédito, líquida	30.558	4.158	2.511	16.781	54.008
TOTAL DO ATIVO	79.327	8.172	2.641	22.875	113.015

31/12/2010					
PASSIVO	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Depósitos	21.603	1.435	274	13.822	37.134
Captações no Mercado Aberto	15.327	-	-	259	15.586
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	1.335	-	-	1.335
Derivativos	1.684	119	-	130	1.933
Recursos de Mercados Interbancários	25.013	712	1	1.360	27.086
Recursos de Mercados Institucionais	27.355	1.333	-	932	29.620
Provisões Técnicas de Seg, Prev. Privada e Capitalização					
Provisões					
Obrigações Fiscais Diferidas					
Outros Passivos Financeiros					
TOTAL DO PASSIVO	90.982	4.934	275	16.503	112.694

POSIÇÃO LIQUÍDA	(11.655)	3.238	2.366	6.372	321
------------------------	-----------------	--------------	--------------	--------------	------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na nota 6, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 9, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O Itaú Unibanco Holding possui estrutura dedicada ao aperfeiçoamento da monitoração e análise, através de modelos de projeções estatísticas e econômico-financeiras, das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local e estrangeira.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

Em observância às exigências da Resolução 2.804/00 e da Circular 3.393/08 do Banco Central do Brasil, é enviado mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez.
- Planos de contingência para situações de crise.
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco.
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação.
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de Funding

O Itaú Unibanco Holding dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 410,6 bilhões de reais no terceiro trimestre de 2011, com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 29,9% do total, ou R\$ 122,7 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é bastante estável: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/12/2011			31/12/2010		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	127.686	242.638		91.011	190.773	
Recursos à Vista	28.933	28.933	6,5	24.837	24.837	8,4
Recursos de Poupança	67.170	67.170	15,0	48.222	48.222	16,3
Recursos a Prazo	30.917	144.469	32,2	16.374	114.671	38,7
Outros Recursos	666	2.066	0,5	1.578	3.043	1,0
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	4.862	51.557	11,5	2.303	17.320	5,8
Recursos de Emissão Própria (2)	2.913	114.155	25,5	4.170	65.457	22,1
Dívida Subordinada	60	39.715	8,9	13	22.726	7,7
Total	135.521	448.065		97.497	296.275	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras, registradas em Recursos de Mercados Interbancários, e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior, registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O Itaú Unibanco Holding gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o exercício de 2011, o Itaú Unibanco Holding manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (disponibilidades de caixa, posições bancadas das aplicações no mercado aberto e títulos públicos livres) totalizavam R\$ 80,8 bilhões e representavam 59,6% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 18,0% do total de recursos e 15,4% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo Itaú Unibanco Holding na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	%
Ativos Líquidos / Recursos em até 30 dias	59,6
Ativos Líquidos / Recursos Totais	18,0
Ativos Líquidos / Ativos Totais	15,4

Adicionalmente, apresentamos os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	31/12/2011					31/12/2010					R\$ Milhões
	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total	
ATIVO (1)	10.633	-	-	-	10.633	10.097	-	-	-	10.097	
Disponibilidades											
Aplicações em Instituições Financeiras	68.277	36.721	2.295	287	107.580	50.739	24.031	469	172	75.411	
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada (2)	25.438	-	-	-	25.438	24.773	-	-	-	24.773	
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	23.948	29.706	-	-	53.654	17.764	17.617	-	-	35.381	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.891	7.015	2.295	287	28.488	8.202	6.414	469	172	15.257	
Títulos e Valores Mobiliários	50.127	5.368	3.979	54.096	113.570	50.962	25.808	5.130	58.920	140.820	
Títulos Públicos - Livres	44.741	-	-	-	44.741	23.473	-	-	-	23.473	
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	686	1.779	916	23.210	26.591	21.488	19.063	3.694	38.588	82.833	
Títulos Privados - Livres	4.693	3.299	2.332	28.648	38.972	5.954	6.193	1.411	17.748	31.306	
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	7	290	731	2.238	3.266	47	552	25	2.584	3.208	
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.277	3.672	960	1.845	8.754	1.145	3.914	753	1.965	7.777	
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil (3)	48.966	133.015	78.609	110.750	371.340	41.720	116.494	62.832	99.394	320.440	
	180.280	178.776	85.843	166.978	611.877	154.663	170.247	69.184	160.451	554.545	

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 98.053 (R\$ 85.776 em 31/12/2010) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos FGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 29.

(2) Subtraído o valor de R\$ 7.227 (R\$ 8.670 em 31/12/2010), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao fofista de R\$ 25.749 (R\$ 18.758 em 31/12/2010).

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	31/12/2011				31/12/2010					
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
PASSIVO										
Depósitos	122.173	38.410	33.101	67.913	261.597	100.235	43.094	18.217	63.733	225.279
Depósito a Vista	28.933	-	-	-	28.933	25.537	-	-	-	25.537
Depósito Poupança	67.170	-	-	-	67.170	57.899	-	-	-	57.899
Depósito a Prazo	25.423	37.239	32.903	67.806	163.371	15.531	41.687	18.159	63.534	138.911
Depósito Interfinanceiros	647	1.171	198	107	2.123	362	1.407	58	199	2.026
Outros Depósitos	-	-	-	-	-	906	-	-	-	906
Depósitos Compulsórios	(39.562)	(15.790)	(13.951)	(28.750)	(98.053)	(31.547)	(18.323)	(7.981)	(27.925)	(85.776)
Depósito a Vista	(9.939)	-	-	-	(9.939)	(8.210)	-	-	-	(8.210)
Depósito Poupança	(18.843)	-	-	-	(18.843)	(16.511)	-	-	-	(16.511)
Depósito a Prazo	(10.780)	(15.790)	(13.951)	(28.750)	(69.271)	(6.826)	(18.323)	(7.981)	(27.925)	(61.055)
Captações no Mercado Aberto (1)	56.618	24.205	45.139	91.587	217.549	89.375	35.558	27.096	62.490	214.519
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	4.365	25.714	12.998	13.274	56.351	3.455	11.825	5.854	6.224	27.358
Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)	3.339	25.276	10.617	24.484	63.716	2.372	19.742	17.343	16.935	56.392
Dívidas Subordinadas (4)	69	11.338	3.174	40.941	55.522	28	2.039	14.801	29.396	46.264
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.526	2.609	885	1.727	6.747	1.113	2.831	743	984	5.671
	148.528	111.762	91.963	211.176	563.429	165.031	96.766	76.073	151.837	489.707

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

A tabela anterior não apresenta o efeito financeiro referentes à carteira de avais e fianças e carteira de crédito, pois representa risco de liquidez com probabilidade de 0,03% de materialização, de acordo com dados históricos (Nota 35.5).

NOTA 35 - CORREÇÕES

Alguns valores foram corrigidos em 01 de janeiro de 2010 pela nossa controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding. Essas correções foram efetuadas para atendimento aos requerimentos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração no que se refere ao reconhecimento das operações de crédito pelo método de juros efetivos e estão refletidas proporcionalmente na ITAÚSA.

Saldos em 31 de dezembro de 2010	Apresentação anterior	Apresentação atual	Correções
Operações de Crédito	108.068	107.830	(238)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	7.646	7.741	95
Patrimônio Líquido	29.179	29.036	(143)

As correções acima afetaram o balanço patrimonial e a demonstração das mutações no patrimônio líquido.

NOTA 36 – OPERAÇÃO COM O CARREFOUR

Em 14 de abril de 2011 o Itaú Unibanco Holding celebrou com o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour Brasil"), Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 49% do Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour"), pelo valor de R\$ 725 milhões, correspondente a um múltiplo P/L (Preço/Lucro) 2010 de 11,6. A conclusão da operação depende da aprovação do Banco Central do Brasil.

NOTA 37 – EVENTOS SUBSEQUENTES**Operação com a Redecard**

Em 07/02/2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, comunicou aos seus acionistas e ao mercado, através de Fato Relevante, que tem intenção de realizar, diretamente ou por meio de suas controladas, aquisição das ações dos acionistas não controladores da Redecard S.A., por meio de oferta pública unificada para fins de cancelamento do registro de companhia aberta da Redecard e saída do Novo Mercado da BMF&BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Novo Mercado").

A Oferta Pública de Ações (OPA) será destinada a 336.390.251 ações ordinárias de emissão da Redecard, representativas de 49,9859% do capital social da Redecard. O preço máximo a ser ofertado será de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por ação, a ser pago em moeda corrente nacional.

A realização da OPA ficará sujeita à aprovação dos órgãos reguladores e os demais termos e condições da oferta serão oportunamente divulgados ao mercado, de acordo com as normas aplicáveis.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos

Itaú S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de **acordo com** as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ. 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE. 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da **ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**, após procederem ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2011, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do relatório de revisão emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Sociedade no período.

São Paulo (SP), 28 de fevereiro de 2012.

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI
Presidente

LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS
Conselheiro

PAULO RICARDO MORAES AMARAL
Conselheiro

GLOSSÁRIO DE TERMOS ESTRANGEIROS UTILIZADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

1. **Accrual:** Reconhecimento de receitas e despesas pelo regime de competência.
2. **ATM:** Caixa automatico, máquina automática para serviços bancários
3. **EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization):** Ganhos antes de Impostos, Depreciações e Amortizações.
4. **Eurobonds/Euronotes:** (Eurobônus/Euronotas) Bônus lançado no mercado europeu por um governo ou companhia através de um banco de determinado país e na moeda deste, mas vendido internacionalmente, geralmente por bancos.
5. **Hedge:** Proteção de uma posição. Estratégia financeira empregada para minimizar o risco decorrente das flutuações no mercado sobre investimentos de risco.
6. **Holding:** Sociedade que possui capital votante de outra em quantidade suficiente para influenciar seu conselho de administração e controlar sua política e administração.
7. **IBNR (Incurred But Not Reported):** Sigla em língua inglesa para a expressão “Incorridos mas não informados” utilizada nos sinistros de seguros.
8. **IFRS:**
9. **Joint Bookrunner:** Banco que estrutura, define o preço e convida outros subscritores a participar de uma emissão de valores mobiliários.
10. **Leasing:** Arrendamento Mercantil.
11. **Libor:** Taxa interbancária do mercado de Londres.
12. **Ranking:** Classificação, categorização.
13. **ROE (Return On Equity):** Retorno sobre o Patrimonio Líquido
14. **Software:** Conjunto de programas, métodos e procedimentos, regras e documentação, relacionados com o funcionamento e manejo de um sistema de dados.
15. **Subprime:** é um crédito de risco, concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes para se beneficiar da taxa de juros mais vantajosa
16. **Stress:** Tensão. Estado de dificuldade, pressão ou preocupação extrema.
17. **Swap:** Direitos contratuais de troca de resultados financeiros.
18. **Write-off:** (Baixa contábil de operação de crédito que se encontra totalmente provisionada). Baixar o valor de um ativo a débito de sua respectiva provisão.